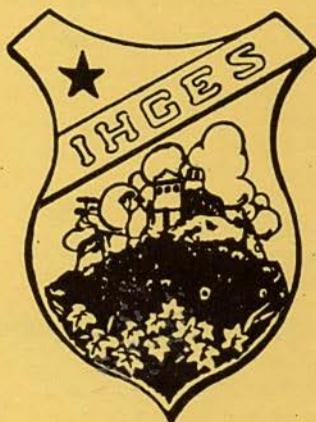


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1996

80 ANOS

Nº 47

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1996

80 ANOS

Nº 47

SUMÁRIO

Estudos e Ensaios

Por uma identidade ítalo-capixaba

Luiz Busatto

O Estado do Espírito Santo:

Vocação e Experiência no Comércio Exterior

Arthur Carlos Gerhardt Santos

A Espanha de Federico Garcia Lorca

Miguel Depes Tallon

Miguel Hernández: seu percurso de vida, amor e morte

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Hermógenes Lima Fonseca: o fenômeno eleitoral de 1947

Yedo Alberto de Menezes Freire

História eleitoral e parlamentar do PCB no Espírito Santo de 1945 a 1992

Rafael Cláudio Simões e Wania Malheiros Alves

Origens e Rituais dos índios tupis

Zoel Corrêa da Fonseca

Notas e Comentários

Estudos tupinológicos

José Moysés

Patrimônio cultural: a preservação da memória ferroviária

Lea Brigida Rocha de Alvarenga Rosa

Os juizes conservadores da nação inglesa

Renato Pacheco

Zumbi

Paulo Stuck Moraes

Documentos para nossa história

Entrevista com Rubem Braga,
pela reporter Ana Maria Roiter

Discurso de posse

Discurso do consócio Des. Ewerly Grandi Ribeiro,
na sessão de posse em 12/06/1996

Resenha

Aquém da infância
Berredo de Menezes

Discurso de Homenagem aos 80 Anos
José Garajau da Silva

O Bolo do Morto
José Hygino de Oliveira

PALAVRAS DA PRESIDÊNCIA

Este é o segundo número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, no ano de 1996. A revista, que, até então, era anual, torna - se, graças ao presidente anterior, Ormando de Moraes, semestral.

Neste numero - O 47º de sua existência - , a Revista do IHGES traz ensaios, estudos, conferências e crônicas de Renato Pacheco, Léa Brigida Rocha de Alvarenga Rosa, Wânia Malheiros Barbosa Alves, Luiz Busatto, Ester Abreu Vieira de Oliveira, José Moysés, Paulo Stuck de Moraes, Ewerly Grandi Ribeiro, Berredo de Menezes, Zoel Correa da Fonseca e a grata colaboração de Levy Rocha, que, de seus arquivos, resgatou a belíssima contribuição sobre Rubem Braga.

Finalmente, fica o registro de que, neste ano de 1996, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, completa oitenta anos, tornando-se, assim, sem favor algum, a mais antiga e atuante entidade cultural do Espírito Santo.

Setembro de 1996

A PRESIDÊNCIA

Estudos e Ensaaios

Por uma identidade ítalo-capixaba

Luiz Busatto

1. Razões da emigração italiana
2. Os insucessos da emigração alemã
3. O depoimento de Enrico Ferri
4. Núcleo Moniz Freire: centenário de um fracasso
5. Breves notícias da província
6. Primeiro problema: a escravatura
7. Segundo problema: a vocação agrícola do Brasil
8. O pioneirismo do Espírito Santo
9. Cidadania e identidade
10. Bibliografia

Por que, hoje, se fala tanto, no Espírito Santo, sobre a questão da identidade ítalo-capixaba? Por que os descendentes dos imigrantes italianos buscam suas raízes e almejam a dupla cidadania?

Carlos Rodrigues Brandão em seu livro **Identidade e Etnia** diz muito bem que enquanto a noção de **pessoa** aparece como problema interno a uma cultura e aponta para o consenso, a noção de **identidade** tende a emergir como um problema de relações entre culturas e aponta para o conflito (p. 144).

O Espírito Santo vive o momento do apagar das luzes dos centenários da imigração, inclusive do centenário da proibição da emigração italiana para este Estado em 20 de julho de 1895, com alegação de graves motivos. A maioria dos municípios e vilas já comemoraram seus centenários. Muitas

famílias continuam a preservar os encontros anuais de seus descendentes que atingem milhares de membros. Vão desaparecendo os últimos imigrantes italianos autênticos, os “nonnos” e as “nonnas”, suas conversas em dialeto, suas casas, suas propriedades, suas fotografias, suas cartas e seus documentos. Toda uma cultura importada por força de um acontecimento histórico - a imigração - teima em ficar ou tende a desaparecer.

Às portas do terceiro milênio as novas gerações vivem um momento de decisão. Vasculhar o próprio patrimônio histórico e cultural é tarefa gratificante para alguns e, ao mesmo tempo, dolorosa para outros. Trata-se de refletir que não se vive em vão no atual mundo tão conturbado de valores. O que, realmente, deve ser guardado e o que deve ser jogado fora? Está em questão aquele quadro velho pendurado na parede. Está em questão um princípio de vida da família como quando o velho camponês disse que “filho meu não muda lei que meu pai deixou”. A fotografia dos avós, na parede da sala, parece restaurar, em cada um de seus descendentes, a segurança perdida, a luta pela sobrevivência no campo e na cidade. É bonito ver parte da juventude capixaba se voltando para a história, documentos, lugares e línguas de seus antepassados.

Uma **identidade** existe ou se constrói na relação e conflito entre culturas. Os descendentes dos imigrantes italianos são brasileiros, falam português e se comportam como consumistas norte-americanos. A cultura italiana deixou traços e marcas muito fortes no comportamento social destes brasileiros e capixabas. Quem são estas novas pessoas com suas palavras, seus ritos, alianças, conflitos, memórias, objetos produzidos e trocados?

Para se responder a esta questão é preciso retornar no tempo e no espaço. Sem passado não há história. Sem história não há identidade por absoluta falta de traços da presença humana e de suas relações pessoais. E tudo começou com 20 anos apenas de aventura colonizadora na Província do Espírito Santo (1875 - 1895) no século passado.

1. Razões da emigração italiana

Nos últimos cinquenta anos do século dezenove o Brasil foi um depósito de milhões de deserdados europeus de todas as nacionalidades, assim como o foram outras nações da América. Quem eram estes humilhados e abandonados? O que sobrou, historicamente, deste período, deste êxodo humano de proporções bíblicas?

Aqui, não se quer discutir propriamente as razões da emigração italiana mas as da imigração para o Brasil. Deve-se fazer um corte temporal e

situar-se entre os anos de 1875 a 95 no pequeno estado brasileiro do ES. Tal perspectiva deve ficar bem clara, como um divisor de águas, no continente geral do mesmo assunto. Talvez seja interessante aos italianos de hoje reconhecer traços de sua identidade numa Itália fora da Europa e pensar se vale à pena conhecê-la, manter com ela linhas de conduta e de contato.

Por parte da Itália, todos bem sabem, uma palavra resume as razões da emigração: a miséria. O primeiro e mais importante documento de identidade dos emigrados, o passaporte, quer em nome de sua majestade Vítor Emanuel II, quer em nome de Umberto I, testemunha esta condição. No lugar do selo, os passaportes trazem, com freqüência, os seguintes dizeres: “Senza marca per comprovata miserabilità”. Ou “esente da bollo per comprovata povertà”. Noutros aparece simplesmente a palavra “grátis”. O passaporte de Luigi Zuccolotto, natural de Lentiai - Belluno, expedido em dezembro de 1888, traz selo e carimbo, mas uma carta, 25 anos depois, em 6 de outubro de 1913, assinada por Basilio Piccolotto, diz ao filho de Luigi: “Chiedete a vostro padre del viaggio che fece a Genova, il quale non se decideva di più montare in treno a Milano se non le davo io i biglietti ferroviari, perchè le mancava il denaro di prenderli (...) allora potevo, mentre oggi ho bisogno io”. Miséria de uma Itália que não existe mais, mas miséria declarada nos documentos pelos respectivos administradores, miséria nos corpos doentes, mal alimentados, cansados, forrados apenas de esperança.

2. Os insucessos da colonização alemã

O Brasil já havia iniciado, embora timidamente, o processo de aceitar imigrantes suíços em Nova Friburgo - RJ (1819), alemães em São Leopoldo - RS (1824) e em dezenas de outros lugares. O ES teve duas colônias alemãs, a de Santa Isabel em 1847 e a maior, de Santa Leopoldina, em 1856. Os laços de parentesco com a família imperial austríaca, no entanto, não justificavam a má condução e os repetidos fracassos dos inumeráveis empreendimentos colonizadores. Tome-se, por exemplo, o que aconteceu na fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro, em São Paulo e a revolta dos colonos suíços liderados por Thomas Davatz.

Os acontecimentos se sucediam tão comprometedores que, em 1871, o império alemão unificado proibia a emigração dos seus conacionais para o Brasil. Promovia em toda a Europa uma enorme campanha de difamação contra o Brasil cuja situação o Brasil não conseguia reverter.

O alemão Handelmann, em sua **História do Brasil** de 1859, dedica especial atenção ao difícil problema da colonização. Tratava-se da questão

mais vital da sociedade brasileira. Conhecendo *in loco* as dificuldades de seus compatriotas entre os anos de 56 e 57, Handelmann dirige esta estocada ao Brasil: “os primeiros esforços do governo imperial conseguiram seduzir milhares de emigrantes e enriqueceu de mais exemplos a história da miséria humana” (p. V). Ele foi um historiador honesto que via os dois lados do problema e sua complexidade. Havia miséria em quem expulsava sua população e havia miséria em quem a recebia. Sabedor da difamação do Brasil na Europa ele não desistiu dos interesses da emigração alemã e dizia que o Brasil precisava de uma radical mudança de administração no sistema imigratório. Em lugar do sistema de plantação em fazenda, deve-se, pouco a pouco, adotar o da pequena lavoura; em vez do fazendeiro, o lavrador; em vez do trabalho escravo, o do braço livre (p. 983). São Leopoldo no RS foi a única tentativa colonizadora que deu certo para os alemães.

Diz um ditado que “quem despreza compra”. É histórico o desprezo dos europeus para com o continente sulamericano a que chamam de subdesenvolvido. Handelmann apresenta uma solução de dividir o Brasil em três zonas conforme as raças tendo como exemplo os Estados Unidos. Lá, os brancos no norte, os negros no sul e uma zona mista intermediária. Só que no Brasil a posição era invertida. A Alemanha e os alemães sempre sonharam com uma grande colônia sua no cone sul da América, compreendendo, além de parte do Brasil, o Uruguai, Paraguai e Argentina.

Quando a Alemanha proibiu, de uma vez, a emigração para o Brasil, começaram a aparecer tratados e obras de conselheiros do Império Brasileiro tentando mostrar a realidade dos fatos. Uma circular endereçada aos cónsules do Brasil na Europa, de 20 de novembro de 1871, recomendava que os imigrantes a virem para o Império deviam ser indivíduos habituados a trabalhos rurais e se excluir os habitantes de cidades manufatureiras que não iriam se adaptar facilmente à agricultura (Carvalho, p. 256). É sabido que havia interesses e interessados em despejar no Brasil gente de toda espécie e mesmo criminosos e desocupados. A província do ES recebeu, no início dos anos setenta, uma leva de polacos que criaram os maiores problemas na colônia de Santa Leopoldina. Tanto é verdade que o diretor da colônia escreveu ao Presidente da Província:

A ociosidade, o descaramento, a ratonice, o gênio desordeiro são os caracteres distintivos do **Polaco**. Por conveniência e moralidade do serviço fui forçado a não deixar sequer um **Polaco** nas turmas em que trabalhavam os alemães (pomeranos) pois o seu contato era por

demais sensível ao serviço. Essa gente foi como uma praga lançada sobre esta colônia: a passagem de um grupo deles é sempre perfeitamente traçada pela destruição e roubo ou furto de algum objeto. Tudo lhes serve; alguém pode ficar tranqüilo diante desses talvez, fregueses das casas de correção de Possen? Alguém julga-se tranqüilo diante desses verdadeiros bandidos?

A história da miséria humana de que fala Handelman vinha enriquecida de lá, da Europa, e já havia começado com a descoberta do Brasil, quando o português Pedro Álvares Cabral abandonou dois degredados portugueses entre os índios nativos do Brasil afim de lhes ensinar os costumes da civilização européia e a religião cristã (Carta de Pero Vaz de Caminha).

Um Augusto de Carvalho editou na cidade do Porto, em 1876, uma obra de 500 páginas, tentando mostrar que o Brasil era injustiçado no grave problema de receber imigrantes europeus. Com **O Brasil colonização e emigração** não se dirigia somente a Portugal mas a toda a Europa, fazendo apologia do Brasil com longos parágrafos ufanistas.

3. O depoimento de Enrico Ferri

Sobre estes seres humanos abandonados disse Enrico Ferri na Câmara Italiana em sessão do dia 22 de junho de 1909: Deu-se comigo o caso que, indo à América, descobri a Itália. Sentimos que devemos amar a nossa pátria, nunca contra a pátria dos outros povos. É certíssimo que os italianos na América, embora completamente abandonados e esquecidos durante meio século pelos governos italianos - que um atrás do outro se têm sucedido, herdando quase como palavra de ordem, um do outro, a máxima indiferença para com os destinos deles (p. 12).

Passados cento e vinte anos de uma aventura colonizadora, retoma-se uma subtil verificação do senhor Enrico Ferri de que os italianos na América não queriam se naturalizar argentinos ou brasileiros. E por que? Porque não querem que se os considerem como renegados (p. 32). Em 1909 eles não queriam **agente de emigração** mas um **adido consular**. A exigência de um representante consular continha, em si, a idéia de cidadania e o vínculo de identidade com a pátria mãe. Emigração significava abandono. O que parecia um jogo de palavras era, no entanto, um problema fundamental para os imigrantes. Identidade não é coisa que se arranca de um povo tiran-

do-o de um lugar e colocando-o num outro. Também não foi uma viagem de trinta ou quarenta e cinco dias de navio que apagou a sua especificidade, a sua diferença. Identidade é o reconhecimento social da diferença e ela aparece no conflito das culturas.

Não é o momento de teorizar a questão da identidade. É preciso historiar o sangue nas veias, alguns fatos, o tempo da ocupação do lugar chamado Espírito Santo, no Brasil, para que se possa avaliar a importância e dimensão deste acontecimento. O tempo desta aventura durou somente vinte anos, ressaltando-se que, no dia vinte de julho passado, completaram-se cem anos da proibição, por parte do governo italiano, da imigração para aquela então província. O que motivou tal proibição foi a instalação de imigrantes, na sua maioria lombardos, no núcleo Moniz Freire às margens do caudaloso Rio Doce. O representante consular caracterizou a iniciativa como um desastre. Foi o último.

4. Núcleo Moniz Freire: centenário de um fracasso.

“No dia 15 do corrente mês chegaram a Vitória 14 famílias de colonos italianos, constituídas por 30 pessoas ao todo, entre as quais três senhoras gravemente doentes, (que mandei tratar gratuitamente no hospital) e as outras sofredoras febris pelas privações e fadigas sofridas.

Elas provinham do núcleo colonial **Moniz Freire** situado no Rio Doce, que foi criado no final do ano passado (1894) com aproximadamente 450 colonos italianos recrutados por conta deste Estado através da companhia de navegação “La Veloce” em várias províncias e especialmente na **comune** de Sannazzaro de’ Burgondi, que contribuiu com 44 famílias.

Os sobreviventes me contam que a sua colônia (que lhes foi destinada depois que passaram dois meses num barracão esperando que fosse feita a medição dos lotes) estava num lugar tão próximo do rio e tão baixo que, com as primeiras chuvas, as águas a inundaram e invadiram as barracas, mesmo construídas sobre palafitas com a altura de um metro do chão.

De repente se desenvolveram as febres e outras doenças e a mortalidade foi tão grande que se calcula que pelo menos um quinto dos colonos morreu.

Nesta terrível situação faltavam socorros. Nenhum agente do governo visitou a colônia. O médico não ia até os doentes e somente distribuía os remédios permanecendo no barracão: naturalmente quando o doente não podia ir até o doutor, ninguém sabia pedir a este último os remédios necessários.

Era grande a dificuldade de procurar os mantimentos, porque, com a inundação, era preciso ir de canoa ao barracão de depósito: além disso, os preç os dos g neros de primeira necessidade eram absolutamente exagerados.

Os colonos resolveram pedir, como era de direito, para serem transferidos para outra colônia situada em melhor condição. Não satisfizeram a este pedido; ao invés, disseram que os colonos estavam desvinculados de qualquer contrato, mandaram o médico ir embora; e deixaram vazio o depósito de mantimentos: assim que, nos últimos dez dias os colonos sofreram fome e se sustentaram com um pouco de farinha e feijão estragados misturados com alguma erva colhida.

Começ u então o  xodo dos pobres italianos: com seus poucos trastes se dirigiram às colônias de Alto Bérgamo, Santa Cruz, Pau Gigante, Conde d'Eu, procurando os meios de viagem, vendendo, pouco a pouco, a preç o vil, os seus pertences.

O grupo de quatorze famílias aqui chegado preferiu vir procurar trabalho nesta cidade e eu já me dispus a procurar para todos um abrigo gratuito; e espero que os homens apenas recuperados da saúde sejam contratados como operários na construção do quartel de polícia.

Somente duas famílias ficaram em **Moniz Freire**, porque não conseguiram absolutamente arranjar meios para a viagem. Não deixei de recomendá-las ao Senhor Presidente do Estado que declarou que lhes oferecer  transporte para o lugar a que quiserem ir.

Por brevidade deixo de repetir os depoimentos que obtive dos retirantes no que diz respeito   desorganização dos serviç os públicos na colônia, onde faltava completamente aquele serviç o do estado civil, às durezas de alguns feitos empreiteiros dos produtos alimentícios e dos instrumentos de trabalho, aos abusos que se verificam pelo fato de que os trabalhos executados pelos colonos por conta do Governo são pagos com b nus que não podem ser resgatados senão perderem 50% do valor.

Possa o triste fim da colônia **Moniz Freire**, que custou tantas vidas de nossos conacionais, conduzir-nos a um severo e previdente sistema de colonização, por meio do qual seja sempre barrado o caminho de renovação de tão dolorosos desastres."

Com estas palavras, o cônsul italiano em Vitória, Dall'Aste Brandolini fazia o seu relatório mostrando o abandono em que se encontravam os imigrantes, desta vez, pelo governo brasileiro. O governador do já então estado republicano reagiu respondendo às nove razões apresentadas pelo cônsul visitante Carlos Nagar: Devo reconhecer que há fundamento nas três pri-

meiras acusações, mas todas as outras não resistem à mais ligeira análise (Torres Filho, p. 362). Acusações a mais ou acusações a menos, o fato era que “a vaca tinha ido para o brejo” segundo um ditado popular brasileiro. Em bom português dizia o decreto do rei italiano:

O Real Ministério do Interior, informado de que no estado do Espírito Santo, quer pela maneira como está regulamentado o serviço de imigração, quer pelas condições econômicas, climatológicas e higiênicas da região, aqueles que para lá emigram vão de encontro a danos e prejuízos certos e gravíssimos, decreta: Fica proibido até nova ordem aos agentes e subagentes fazer operações de emigração pelo porto de Vitória e, em geral, pelo estado do Espírito Santo. (Rizzeto, p. 23)

Consumado o ato, a imigração não estancou de repente. Ainda chegaram alguns navios derramando emigrantes pelos portos do ES como se comprova nos livros da Hospedaria de Imigrantes.

5. Breves notícias da província

O Brasil era composto de vinte províncias e a do ES era das menores. Só perdia em tamanho para Sergipe. A “Breve notícia descritiva sobre a Província do ES” mandada imprimir em 1878 como propaganda para atrair emigrantes estrangeiros dizia que sua superfície total era calculada em 39 mil Km² e sua população era de 96.475 habitantes, com a média de 2 habitantes por quilômetro quadrado. Vinte anos depois Élisée Reclus afirma na sua *Géographie universelle*, de 1895, que o agora estado republicano do ES mede 44.839 Km² e tem uma população provável de 200 mil habitantes. Alfredo Cusano apresenta outra versão destes dados: “Ho detto piccolo, ma avrei dovuto dire piccolissimo, perchè misura appena 44.839 chilometri quadrati di superficie e, se non fosse lo staterello di Sergipe che ne ha 39.090, sarebbe il più piccolo del Brasile” (p. 317). E manifesta sua admiração que um estado tão modesto em comparação com o Paraná cinco vezes maior tivesse 50 mil italianos enquanto o outro contava apenas 25 mil. Não há dúvida que o ES apresenta a maior concentração de descendência italiana no Brasil, entre 60 e 70%. Hoje deve-se acreditar que o ES tenha 45.597 Km² e uma população de 2.665.042 habitantes segundo o IBGE. Em superfície é pouco menor que o Vêneto e a Lombardia juntos. Em relação ao

Brasil ocupa 1/186 avos do território nacional.

O que aconteceu nesta estreita faixa situada no sudeste brasileiro? Ela servia de barreira natural protetora das minas gerais de ouro e de minério. No início de 1700 um jesuíta italiano sob pseudônimo de André João Antonil escreveu um livro a que deu o nome de **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Este anônimo toscano era Giovanni Antonio Andreoni que, tendo publicado o livro em 1711, viu-o imediatamente recolhido por ordem de Dom João V de Portugal e proibido de circular porque, como se diz no Brasil, estava “entregando o ouro aos bandidos”. O livro ensinava como fazer açúcar de cana, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e descobrir as de prata, cuidar de grandes fazendas de gado e utilizar a indústria do couro.

Era justo que os estrangeiros jamais devessem ter notícia disto, assim como hoje querem saber tudo que o Brasil tem no seu vasto território, sobretudo na Amazônia.

O ES de 1870 possuía no seu litoral atlântico somente três cidades e dez vilas. O resto era uma barreira de matas virgens com índios e febres malignas para quem a quisesse enfrentar ou transpor. Sua agricultura era de subsistência. Com relação à indústria produzia cal, tijolos, telhas e peixe salgado para consumo interno. Dentro da política geral de imigração para o Brasil, o que a “Breve notícia” dizia da província era que:

O desaparecimento gradual e constante que se vai operando na população escrava e a falta de braços livres que substituam os dos cativos, são por certo a causa principal do pouco desenvolvimento da lavoura, que se acha ali circunscrita aos vales dos grandes rios e às terras adjacentes à parte navegável daqueles cursos d'águas.

Tem contribuído igualmente para a marcha lenta da agricultura a extração de madeiras, e de outros produtos naturais, visto a lavoura exigir inteligência, trabalho e constância por parte do homem, enquanto que esses produtos se apresentam de modo espontâneo à extração e oferecem ao mercado um gênero de troca fácil, rendoso e independente de qualquer esforço ou empenho de capital (p. 6).

Os dois parágrafos anteriores resumem os dois grandes problemas que a província e o Brasil deviam enfrentar, isto é, o problema da abolição

da escravatura com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; e a vocação agrícola do Brasil com a carência de qualidades nesta área, substituída pelo extrativismo dos bens naturais.

Isto calhava perfeitamente para o trentino Pedro Tabachi que se estabeleceu no ES por volta de 1850 e prosperou rapidamente em seus negócios. De sua fazenda em Santa Cruz chamada “Morro das Palmas”, onde extraía jacarandá - a mais preciosa das madeiras de lei do Brasil - projetou a introdução de 56 famílias de compatriotas seus. Tencionava fundar uma Nova Trento em contratos de parceria. Foi um desastre e foi o primeiro com austríacos de cultura italiana em 1874 (Grosselli, p. 150). Tabachi era extrativista e sua fazenda não se destinava especificamente à agricultura. Talvez por isso tenha fracassado. No inventário deixado por sua morte em junho de 74 ainda não foram apontados seus 60 bois de canga, todos portadores de lindos e poéticos nomes próprios brasileiros, nem as 32 cangas respectivas que indicam uma atividade extrativista. Também no espólio do falecido, entre os muitos pertences, o escrivão apontou a propriedade de quatro escravos, seus nomes e respectivos valores em mil réis.

6. Primeiro problema: a escravatura

A escravatura não era o problema mais sério que o ES devesse enfrentar porque quase não possuía fazendas e tinha uma reduzida população. Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo contam igualmente poucos cativos, dizia Tavares Bastos (p. 163). Não devia ter mais de 2% da população total. Enquanto em toda a América já se abolira a escravidão, no Brasil, ela vai continuar, oficialmente, até 13 de maio de 1888. Em 1850 a Inglaterra impôs sanções ao tráfico de escravos da África. Em 1871 é sancionada a lei do ventre livre que declara libertos todos os filhos nascidos de escrava a partir daquela data. Em 1885 aprovam a lei dos sexagenários. Rapidamente já se havia invertido uma situação: os fazendeiros dos estados do norte do Brasil vendiam os escravos para as grandes fazendas de café do RJ e SP. Atingida mortalmente a situação do trabalho escravo, corria perigo a vocação agrícola do país já que a indústria não existia. O que assustava também os donos do poder no Brasil era a vastidão do seu território deserto. Isto ficou patente quando o Paraguai invadiu a região brasileira vizinha e semideserta. Bem tardiamente o neto de Dom Pedro II reconheceu o erro de uma abolição progressiva. “O Brasil teria obrado com prudência se logo após a proclamação da independência (1822) houvesse decretado a abolição imediata desse regime como fizeram as repúblicas hispano-americanas (p.

15)” dizia Dom Luiz de Orléans e Bragança quando visitou o Rio de Janeiro em 1913 e não pode saltar do navio por estar ainda em vigor a lei do banimento.

A guerra do Paraguai de 1864 a 1870, mesmo vencida pelo Brasil, mostrou ainda mais as mazelas de sua estrutura social. No prefácio de seu livro dedicado ao imperador dizia o general Couto de Magalhães: “S. A. Real, comandando nosso exército na guerra do Paraguai, viu nos homens de cor, de que compunha a quase totalidade dos praças de pré, um transunto da população operária do Brasil” (p. 23). Em outras palavras, o Brasil venceu a guerra do Paraguai com um exército de negros e escravos aos quais prometia a liberdade. Quem saiu escravo voltou herói. O cumprimento das leis antiescravagistas, a guerra do Paraguai e todos os defeitos de um governo centralizador que pretendia dirigir do Rio de Janeiro as complexas operações de um serviço disseminado por tão vasto país (Bastos, p. 180) criou um certo pânico entre os grandes fazendeiros. Dom Pedro II e seus ministros recorriam aos notáveis do império fazendo consultas e questionamentos que eram respondidos em longos pareceres e mesmo em livros volumosos. Antônio Rodrigues Velloso d’Oliveira respondeu com a “Memória sobre a agricultura no Brasil”. João Cardoso de Menezes e Souza publicou **Teses sobre a colonização no Brasil**. O general Couto de Magalhães escreveu suas pesquisas lingüísticas e experiências de pioneirismo em **O selvagem**. E assim outros mais que traçam um panorama da época.

7. Segundo problema: a vocação agrícola do Brasil

Velloso d’Oliveira começa dizendo ao Imperador: “No Brasil tudo se acha por fazer” (p. 94) e vai responder à questão da terra, dos colonos e do sistema de trabalho. “A primeira idéia que se oferece aos colonos de qualquer país, é sem dúvida a divisão de terras”(p. 91). Defende que cem geiras de terras bem cultivadas, com sua casa, forneceriam sem dúvida a uma destas famílias meios bastantes para a mais frugal e cômoda subsistência e ao mesmo tempo as devidas proporções para pagar a renda ao proprietário e os tributos ao Estado. Diz o conselheiro que, estabelecendo 10 mil casais para esta Côrte, eles forneceriam aos habitantes da mesma Côrte a maior fartura de legumes, hortaliças, batatas e frutas e tudo o mais. Quanto aos colonos, sugere sejam arrebanhados casais das capitânicas do RJ, SP e MG. Diz que há também oportuno e conveniente remédio na Europa para este problema. “Os povos da Europa suspiram pelo momento de abandonar os

seus antigos lares e de virem engrandecer a América”(p. 113). E dizia mais: “É fácil conceber que a povoação do Brasil receberia sucessivamente mui grande acrescentamento logo que a liberdade de consciência ou a tolerância dos cultos se ofertasse a todos os povos da Europa” (p. 114). Esta era uma das questões pela qual o Brasil era difamado na Europa, sobretudo na Alemanha. O conselheiro defende o trabalho do homem livre cuja origem reside no interesse particular e que dá melhores resultados. “Nunca desfrutaremos estes bens enquanto os nossos trabalhos agrários forem feitos pelas mãos de escravos desgraçados; porque, não tendo eles pátria, família, propriedade, nem mesmo interesses particulares, fazem consistir a sua felicidade na inércia, no ócio e, melhor ainda, no sono, que os torna indiferentes à sua triste condição” (p. 115). Que os fazendeiros de São Paulo queriam tratar os colonos de parceria como escravos não há a menor dúvida. Consulte-se a experiência descrita por Thomas Davatz. Como podia prosperar um país onde os seres humanos não tinham dignidade, isto é, cidadania e identidade? “É de absoluta e indispensável necessidade que Vossa Alteza Real faça os maiores esforços para o aumento da povoação e cultura deste grande país, porque de nada serviria o mundo inteiro, achando-se deserto e inculto. A sábia natureza dotou o Brasil de qualidades relevantes para a independência e prosperidade mais venturosa de uma nação grande, poderosa e rica”(p. 109). A utopia da grande nação e a inveja dos Estados Unidos da América esteve sempre e fortemente presente na cabeça dos governantes do Brasil.

Outro conselheiro do Imperador foi o general Couto de Magalhães. Possuindo o Brasil as duas maiores bacias hidrográficas do planeta o general recebeu o encargo de estabelecer a navegação livre entre as duas, integrando o Brasil e semeando colônias e postos militares às margens dos grandes rios. É o general autor do clássico **O selvagem**, obra que Dom Pedro II encomendou com o objetivo de ser apresentada na quarta Exposição Universal de Filadélfia de 1876, como de fato o foi pelo próprio Imperador. O general defendia a tese de que “povoar o Brasil não quer dizer somente importar colonos da Europa”(p. 22). Achava que os brasileiros resultantes do cruzamento das três raças, índio, negro e português, eram homens melhor aclimados ao solo e habituados à vida semibárbara dos sertões brasileiros. Foram, inclusive, diz ele, condições essenciais à vitória do Brasil na guerra do Paraguai. O livro **O selvagem** traz como ementa os seguintes dizeres:

Conseguir que o selvagem entenda o português, o que

equivalente a incorporá-lo à civilização, e o que é possível com um corpo de intérpretes formados das praças do exército e armada que falem ambas as línguas, e que se disseminariam pelas colônias militares, equivaleria a: 1º Conquistar duas terças partes do nosso território. 2º Adquirir mais de um milhão de braços aclimados e utilíssimos. 3º Assegurar nossas comunicações para as bacias do Prata e do Amazonas. 4º Evitar no futuro grande efusão de sangue humano e talvez despesas colossais, como as que estão fazendo outros países da América.

Sua preocupação com o índio era porque ele dominava todo o centro do Brasil e as regiões mais férteis. Podendo irromper para qualquer lado contra as populações cristãs, (o selvagem) é o embaraço para os progressos do povoamento do interior e é um perigo que crescerá na proporção em que eles forem ficando apertados (p. 25). Quando diz “incorporar o selvagem à civilização” o general traça o destino histórico desta etnia em dois únicos caminhos: o do intérprete e o do derramamento de sangue. Precisava de militares, missionários e intérpretes. O missionário capuchinho Savino da Rimini deixou o relato desta sua experiência com o general Couto de Magalhães no livro *Tra i selvaggi dell’Araguaya*. Quem estava derramando sangue humano com genocídio indígena eram a Argentina, o Chile e sobretudo Os Estados Unidos. Os norteamericanos caçavam com cães os índios Peles Vermelhas e trucidavam barbaramente os homens de cor como se tratasse de extinguir alcatéias de feras (Souza, p. 36). Veja-se, para tanto, a esquecida importância dos **squatters** na colonização norteamericana e também as cenas dos filmes de faroeste que povoam a imaginação dos espectadores ocidentais centrando o clímax da ação na matança dos índios.

Se o conselheiro Velloso d’Oliveira dizia que a indústria procede do aumento da povoação e daí o maior giro de moeda circulante e crédito, como consequência, haveria mais comércio com a Inglaterra e o Brasil levaria vantagem sobre os Estados Unidos e a Rússia, também o autor das teses sobre colonização vai desenvolver a idéia e a vocação de grandeza do Brasil. Há em todos os conselheiros uma escondida inveja dos Estados Unidos pelo sucesso de suas idéias liberais acompanhadas de notáveis realizações industriais. O livro *Teses* se abre com um jogo de estatística mostrando porque os Estados Unidos eram já uma grande potência. Primeiro por causa de maciça imigração promovida e o modo como era feita. “Graças ao

movimento emigratório, a população dos Estados Unidos que dobra de 26 em 26 anos, formará dentro de 35 anos uma nação de 100 milhões de habitantes”. E o conselheiro Menezes e Souza acertou. Reclus afirma que em 1896 os Estados Unidos tinham 96 milhões de habitantes. Menezes e Souza chama os Estados Unidos e a Rússia de “esses dois colossos” e diz que o domínio universal tem de ser concentrado nas mãos de dois gigantes (p. 39). Daí a idéia de aumentar a população do Brasil por todos os meios. Velloso d’Oliveira sugere ao Imperador a promoção de casamentos e a proibição do celibato como um delito (p. 122). Sugere também proibir-se o celibato dos soldados nas colônias militares, bem como o dos padres. Que os padres, além da instrução religiosa, ministrassem a instrução civil e agrícola. O mesmo dizia dos magistrados. Sugeriu a introdução de camelos nas regiões áridas do nordeste brasileiro, questão que foi tema da escola de samba campeã do carnaval do Rio de Janeiro neste ano de 1995.

Aos 13 de dezembro de 1873 o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas encomendava ao conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza um “plano para se promover no país a emigração e colonização que, aumentando a sua população válida e laboriosa, dê lugar a que se desenvolva pelo trabalho, maxime o da lavoura, a riqueza pública e particular e os muitos elementos de grandeza e prosperidade, que encerra o território nacional”. Depois de dois anos saiu o volume com mais de 450 páginas. Eram oito os obstáculos que desviavam do Brasil a corrente imigratória com uma reação em cadeia, de prejuízos:

I

A falta da liberdade de consciência; a não existência do casamento civil como instituição, imperfeita educação, a ignorância e a imoralidade do clero; a ambição de mando temporal por parte do Episcopado Brasileiro, traduzindo-se na luta impropriamente chamada - questão religiosa.

II

A insuficiência do ensino e principalmente a ausência de instrução agrícola e profissional.

III

O diminuto número de instituições de crédito, especialmente de bancos destinados a auxiliar a pequena lavoura e indústria.

IV

As restrições e estorvos, que a Legislação e a Pública Administração do Império põem à liberdade de indústria, peando, em vez de desenvolver, a iniciativa individual.

V

Os defeitos da lei de locação de serviços e dos contratos de parceria com estrangeiros; as lacunas e a inexecução da lei de terras públicas e a não existência do imposto territorial sobre os terrenos baldios e sem edificação.

VI

A falta de transportes e de vias de comunicação, que liguem o centro e o interior do Império aos mercados consumidores e exportadores.

VII

A criação de colônias longe desses mercados e em terreno ingrato e não preparado, bem como a falta de providências para a recepção dos emigrantes e colonos nos portos do Império e para seu estabelecimento permanente nas colônias do Estado, ou nos lotes de terras, que compram.

VIII

A incúria em fazer conhecido o Brasil nos Estados, donde procede a emigração, de que necessitamos, e em refutar, por todos os meios de bem entendida publicidade e por penas hábeis e desinteressadas os escritos, por meio dos quais naqueles Estados nos deprimem, exageram nossos erros em relação aos emigrantes e nos levantam odiosos aleives.

(Menezes e Souza, p. 31 e 32)

Depois de tecer longas considerações sobre cada um destes oito obstáculos o conselheiro conclui que, no Brasil, não há plena liberdade religiosa, industrial e civil. Por estes motivos é que os emigrantes preferiam os Estados Unidos e a Argentina. Então, que país pode fornecer melhores emigrantes e quais melhor se adaptariam ao Brasil? A resposta é: o alemão. A Alemanha deve ser o viveiro da imigração para o Brasil (p. 405). E dizia isto porque a colônia de São Leopoldo no RS foi uma das poucas, entre tantas, que prosperou. Tudo o mais eram dificuldades e obscurantismo que a proclamação da República em 1889 procurou sanar, legalmente, com uma nova constituição.

Como os espanhóis, dizia Menezes e Souza, são os genoveses notáveis na arte de ajardinar e os piemonteses excedem os outros seus compatriotas na indústria de construção de casas e estradas. No Brasil, se entregam a pequenas indústrias e, ultimamente, à mascateação, na qual, graças a uma perseverança fora do comum e extrema sobriedade nas despesas, conseguem acumular capitais, e às vezes regular fortuna. Vê-se claramente que não eram estes os trabalhadores de que o Brasil precisava. Segundo uma linguagem atual não eram operários que se enquadrassem no perfil da gran-

de empresa agrícola brasileira. Os italianos acima mencionados “não são auxiliares para a agricultura” (p. 409).

8. O pioneirismo do Espírito Santo

Entre a proibição europeia alemã e o início da emigração italiana houve um pequeno interregno, suficiente para se fazer notar, com a presença de imigrantes austríacos (tirolezes) de cultura italiana. O ES sediou o primeiro grupo pioneiro trazido por Pedro Tabachi em fevereiro de 1874 no navio **Sofia**, de 386 pessoas. Em maio de 1875 chegam no **Rivadavia** mais 315 trentinos. O **Fenelon** de bandeira francesa partido do Havre trouxe, em 27 de dezembro de 1875, 66 famílias com 412 pessoas. Em 24 de fevereiro de 1876 o **Mohely** chegou com 274 imigrantes. E cessaram os tirolezes trentinos em levas de aglomerado.

Em 26 de outubro de 1876 começam a chegar os verdadeiros italianos da Lombardia, 744 imigrantes; chegou o navio **Italia**, agora partido de Gênova com 873 imigrantes e não mais partido da França em navios com bandeira daquela nacionalidade. Depois vieram 280 provenientes do Rio de Janeiro no **Werneck**, 355 no **Isabella** de Gênova, 328 no **Columbia**, 221 no **Ester**. O navio **Columbia** trouxe 278 vênetsos no dia 15 de agosto de 1877, o **Isabella** mais 473 vênetsos, o **Clementina** 879 italianos das várias regiões do norte. E as remessas não pararam até 1895 - 96.

Como na prática a teoria é diferente, tais fatos vieram desmentir a afirmação do conselheiro Menezes e Souza ao concluir que os italianos não eram auxiliares para a agricultura. Era exatamente o contrário do que afirmava. Tais imigrantes eram os que melhor se encaixavam no perfil empresarial de um país agrícola.

O estabelecimento por aglomeração que deu os melhores resultados nos Estados Unidos da América deu também ótimos resultados no ES. Vinham todos em grupo de uma mesma região da Itália e mantinham fortes relações familiares de amizade, vizinhança e mútuo apoio. Às vezes eram vilas inteiras. Isto explica porque um trevisano com mulher e filha de dois anos se arranca sozinho de Cordignano, em 1880, e vem se estabelecer num pequeno pedaço de floresta no ES. Dos 275 fundadores do núcleo Santa Cruz (Ibiraçu), 101 eram de Cordignano e os outros, dos arredores. Mais do que pelo processo de aglomeração, o que fez com que os núcleos prosperassem é que os vênetsos, e pouco antes os tirolezes, eram ou tinham sido pequenos proprietários agrícolas, eram todos católicos e sem os embaraços que a legislação brasileira criava para os países protestantes. Os vênetsos

em maioria absoluta no ES foram os que melhor realizaram o seu projeto existencial (Bernardi, p. 15). Com os seus valores de continuidade e de comunidade os vênets souberam, mesmo com todas as adversidades do meio-ambiente, “ajuntar a fome com a vontade de comer” quer no ES quer nas províncias do sul do Brasil.

Este grande contingente de imigrantes era constituído de parceiros nas pequenas fazendas do sul e os demais foram estabelecidos em pequenas propriedades a que davam o nome de **prazo** ou **colônia**. Quando se fala de imigração italiana, costuma-se tomar como exemplo o estado de São Paulo e se esquece a especificidade de outros lugares. Daí nascem muitos equívocos. **Colônia** em SP designa um aglomerado de casas próximas umas das outras ou enfileiradas, dentro de uma grande fazenda com a finalidade de abrigar os trabalhadores rurais (Truzzi, p. 61). No ES, **colônia** é uma pequena propriedade delimitada no meio da floresta com um tamanho estipulado em lei de 1867. Havia três classes de lotes rústicos. A que predominou no ES foi a de 62.500 braças quadradas ou 302.500 m². Media 275 metros de frente para um rio ou pequeno rio, de modo que todas tivessem aguada, e 1.100 metros de profundidade, limitando-se em geral, com terras montanhosas ou devolutas.

Possuir um pedaço de chão para plantar e tirar dele o próprio sustento era a mais profunda aspiração dos camponeses vênets. Feita a derrubada no meio da floresta, o colono tinha seis meses para construir sua casa e iniciar as plantações. Só começava a pagar a terra depois de dois anos. Daí o nome de **prazo**. Nos três primeiros anos os imigrantes não podiam fazer comércio no sentido de criar estabelecimento comercial. Não podiam ir morar nas pequenas vilas ou cidades.

Houve, na década de setenta do século passado, cinco tentativas abortadas de imigração para fazendas pelo sistema de parceria. Não deram certo a de Pedro Tabachi, a do Sr. Milagres, a de Simão Rodrigues Soares, a de Narciso da Costa Pinto e a do coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas. As fazendas na parte sul do estado acabaram todas sendo divididas em lotes coloniais. O que instigava os camponeses italianos era a enormidade dos espaços vazios.

O projeto colonizador no ES assinala a presença de açorianos na colônia de Santo Agostinho, hoje Viana, nas proximidades de Vitória em 1812. Em 1847, alemães da Prússia fundam Santa Isabel. Em 1854 se funda a colônia de Rio Novo. Em 1856 cria-se a colônia de Santa Leopoldina com holandeses, suíços e alemães pomeranos. Dentro desta última colônia vão ser fundados os núcleos de Timbui (Santa Teresa) em 1875 por austri-

acos trentinos e, em 1877, o núcleo de Santa Cruz (Ibiraçu) este sim ocupado por italianos Vênetos.

A primeira fase de ocupação do território capixaba por italianos vai de 1874 até 1885. Dez anos após a chegada dos primeiros colonos também os filhos dos imigrantes maiores de dezoito anos tinham o direito de receber um lote de terra nas mesmas condições que os pais. Inicia-se uma retomada. Fundam os núcleos Acioli Vasconcelos 1887, Senador Prado 1887 e Santa Leocádia 1887. Criam-se os núcleos Costa Pereira 1889, Afonso Cláudio 1890, Demétrio Ribeiro 1891, Nova Venécia 1892, Muniz Freire 1894, todos no interior.

Na primeira fase o sistema central viário privilegiava os portos do mar e contava com, pelo menos, treze rios navegáveis. Tão logo começaram os sistemáticos desmatamentos também foram sendo notadas as dificuldades das estradas. Ocupados os espaços mais litorâneos com os núcleos pioneiros, os imigrantes recém chegados na segunda fase, sempre em maior número - em 1891 eram 4.416 - tiveram que ir mais para o interior. Com isso passavam pelas localidades dos pioneiros e tomavam coragem pelo que viam. Já não eram mais levadas unitárias ou aglomerados de duzentos ou trezentos colonos de uma só vez. Os navios **Adria** e **Birmânia**, verdadeiros transatlânticos, traziam 1.425, 1.530 pessoas atraídas do Vêneto, da Lombardia, do Piemonte, da Região Emilia etc. Chegando ao ES eram repartidos pelos os portos de Vitória, Santa Cruz, São Mateus, Guarapari, Benevente, Piúma, Itapemirim.

Na segunda fase de interiorização começam a surgir outros problemas. Já não são suficientes as vias navegáveis mas o tráfego terrestre por caminhos primitivos e com frequência intransitáveis. Para ficar em dois exemplos: Alto Bérgamo 1892, estava situada nas cabeceiras do rio Pau Gigante, isolada por uma sesmaria particular pertencente a um tal Coelho Rodrigues. Quando os imigrantes queriam vir a Demétrio Ribeiro ou Ibiraçu deviam atravessar uma estrada que era um verdadeiro túnel na floresta. Quando chovia levavam três horas a cavalo para chegar à vila de Pau Gigante (Ibiraçu). Arrigo Zettiry descreve magistralmente como se viajava de Santa Leopoldina, porto fluvial, até a Santa Teresa montanhosa. As estradas não mereciam este nome mas o nome brasileiro de **picadas** onde os viajantes são obrigados a ir um atrás do outro. "Non di rado il viaggiatore che s'intoppa in una **tropa** che viaggia nella stessa direzione, per molto tempo è costretto a seguirla al suo passo lentissimo, perchè non há modo di oltrepassarla a causa della ristrettezza del sentiero, in tutta la sua larghezza occupato dalle mule che di qua e di là della soma trasportano ingombranti

carichi. Appena da lungi si scorge una maggior larghezza del sentiero, che permetta al cavaliere di fiancheggiare le some, è necessário affrettarsi a raggiungere la testa della truppa, prima che la mula che apre la marcia imbocchi il sentiero, che poco di poi torna a diventare angusto, onde non essere condannati a una nuova ora di indugio” (p. 31). Diz Zettiry que para percorrer a distância de 30 quilômetros levou dez horas a cavalo. Tempos heróicos!

O Rio Doce com quase um quilômetro de largura divide o ES ao meio. O projeto histórico de torná-lo útil à navegação jamais foi conseguido. Somente em 1928 foi construída uma ponte na região de Colatina e a partir daí iniciou-se a ocupação tardia de uma vasta região de floresta ao norte do Estado. Ainda nesta época foram localizados índios botocudos na região. Mas foram sobretudo os descendentes de italianos que a ocuparam. Em 1960 o governo brasileiro promoveu uma política de erradição dos cafezais. Colatina foi, em 56, o município maior produtor de café do país. Com a erradição, milhares de pequenas propriedades se tornaram pastagens. Vinte mil famílias capixabas emigraram, por sua vez, para os estados do Paraná, São Paulo e Rondônia. As conseqüências daqueles 20 anos de colonização fazem a atual história do ES.

O pequeno estado não é mais província. Tornou-se o corredor de exportação do centro leste brasileiro sediando um vasto complexo portuário e um polo industrial relevante.

9. Cidadania e identidade

Passados estes 120 anos, verifica-se no ES uma tendência sui-generis: uma quantidade considerável, sobretudo de jovens, descendentes daquele camponeses italianos, na universidade, nas empresas e em todos os ramos da atividade pública, requer no vice-consulado honorário ou nas entidades de cultura italiana, que se multiplicam como cogumelos nas pequenas vilas e municípios, a dupla cidadania. Ser ou não ser cidadão é uma questão de auto-estima, é uma questão de identidade. Os jovens do ES e do Brasil não têm uma perspectiva sombria a respeito do seu próximo futuro e do terceiro milênio. São mais pragmáticos que idealistas. Como se um fósforo riscado ateasse fogo num palheiro, alastrou-se a febre de procura pela cidadania italiana. Não são poucos. O ES deve ter mais de um milhão e meio de cidadãos brasileiros que, virtualmente, pelo *ius sanguinis* têm direito à dupla cidadania. Calcula-se que o Brasil tenha mais de dez milhões nesta condição. O não é um problema para o estado e para o país pode

tornar-se um sério problema para a Itália.

Mas o problema da dupla cidadania deve ser discutido em nível político e diplomático. São, afinal, direitos e deveres consignados nas respectivas constituições dos dois países.

O fenômeno interessante que está por trás desta procura e demanda é a questão da identidade italo-capixaba. Quem nasce no ES é espírito-santense. Capixaba é o patronímico dos nascidos na ilha de Vitória que é a capital do estado e que, por extensão, se aplica a todos os nascidos no ES.

Há uma procura desenfreada em todas as localidades por saber quando e em que navio chegou o avô ou bisavô. Poucos distinguem o que é ser trentino, vêneto, lombardo, piemontês, siciliano etc. Corre-se ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo recentemente descoberto como patrimônio documental digno do maior apreço. Todas as tentativas são feitas por saber de que comuna provém o antepassado. Há contínuos sobressaltos e desilusão em não se ter mais o velho passaporte, uma carta, um documento sequer que restabeleça o cordão umbilical com a pátria mãe. Se os antepassados não foram naufragos da esperança de fazer do Brasil sua verdadeira pátria, os netos e bisnetos não desistem de procurar suas verdadeiras raízes. Mesmo quando verificam que o nome paterno, de origem, sofreu dez, doze alterações nos registros de cartório e certidões de nascimento, casamento e morte, alterações na grafia, recorrem a advogados para que procedam à retificação. Os nomes numa sociedade que começa inculta e agrária está mais para uma Babel que qualquer outra coisa.

Muito mais que a cidadania há, por trás desta procura incansável, uma das aspirações mais legítimas do ser humano, que transcende a razão e mexe com a emoção, o inconsciente e a vida. Há uma busca tenaz da identidade. Mantêm-se quase que inalterados os múltiplos traços de uma cultura que não morreu: a cultura italiana. O aglomerado de etnias num mesmo local não as apagou como podem pensar. Não as empobreceu. Tais culturas enriquecem as relações humanas.

Passou-se de uma vida rural para uma vida citadina. Mudou-se de uma economia doméstica de consumo próprio para uma economia monetária de grande consumo. Alterou-se a estrutura da numerosa família tradicional para a pequena família encaixotada nos prédios urbanos. Nada disto parece arrefecer a força do passado e a procura da identidade, da irmanação, da solidariedade no trabalho, tão forte nos jovens brasileiros. Entendem que não basta ser cidadão de um país mas cidadãos do mundo. O jovem do ES sabe que não é a polenta, o vinho, a canção ou a saudade dos "nonnos" que o fará italiano ou brasileiro. É mais. É um patrimônio de vida e de cultura

legado pelos antepassados que não vai perder-se através do tempo, mas vai firmar-se na História.

10 RESUMO

A febre de cidadania que hoje se espalha pelo Estado do Espírito Santo é consequência de um acontecimento histórico - a imigração italiana - que completa um recente centenário. Centenário não muito lisongeiro, que foi a proibição, por parte da Itália, da vinda de imigrantes para este Estado. Se a maioria veio para o Brasil com a esperança de um dia voltar, a maioria não voltou. E a maioria era composta sobretudo de vênetsos que viram cortados, para sempre, o cordão umbilical com a pátria mãe. Se é um fato que não existe mais aquela Itália que abandonava seus filhos em condição de miséria, também não existe mais aquele Brasil que acolhia, de forma primitiva e selvagem, tantos humildes e abandonados.

As primeiras experiências de colonização com a imigração alemã serviram, por assim dizer, de balão-de-ensaio. Os povos germânicos e saxões desistiam do Brasil e escolhiam, em massa, os Estados Unidos da América por causa de sua liberalidade nas leis e na efetivação de atitudes políticas na questão imigratória.

Deve-se admitir que o Brasil pecava por ter um governo excessivamente centralista, (leia-se **A Província de Tavares Bastos**), não promovia a liberdade de consciência, não removia a chaga da escravidão negra e do trabalho que não dignificava a pessoa, nem lhe conferia identidade. Tais erros só foram reconhecidos tardiamente, sendo o Brasil o último país americano a abolir a escravatura. Nem a mudança de regime político com a Proclamação da República em 1889 alterou significativamente o panorama anterior. Havia também, contra o Brasil, a sua dimensão e diversidade regional que perdura até hoje. Grande em tamanho, desigual na distribuição da população e de recursos, o Império teve desmascaradas as suas mazelas com a Guerra do Paraguai. A guerra mostrou as fragilidades do gigante e os seus pontos vulneráveis, mesmo tendo sido vencedor. O governo central buscou por todos os meios sanar os erros que os conselheiros do império apontavam com extrema clareza. Era preciso promover a ocupação do território com trabalhadores agrícolas que mantivessem os privilégios dos barões do café e dos donos do poder. O Brasil precisava desenvolver sua vocação agrícola. Só assim seria como os Estados Unidos ou a Rússia, que já naquela época, se anunciavam como futuras potências mundiais.

Algumas sugestões dos conselheiros imperiais, sob ótica atual, não passavam de tolas mas, no geral, eram como se fossem profecias.

Neste contexto do Império Brasileiro, uma das suas menores províncias, uma estreita faixa de terra do sudeste, o Espírito Santo, ficou marcada pela aventura colonizadora e presença maciça da imigração italiana ao redor dos locais onde já se experimentara a alemã.

Aconteceu que os italianos que vieram para o Espírito Santo se encaixaram perfeitamente no projeto agrícola imperial. Enquadraram-se no perfil que o empreendimento, então ainda cheio de restrições e obscurantismo, exigia. Os imigrantes, sobretudo vênetsos mas também lombardos e trentinos em menor quantidade, eram trabalhadores do campo, da terra, da produção agrícola. Com seus valores de continuidade e de comunidade criaram famílias numerosas onde filho não era fardo econômico mas valor de mão de obra. Houve fartura e houve uma lenta mas decisiva ocupação do solo que só terminou nos meados do atual século. Houve mudanças no sistema econômico e em todos os matizes da vida social.

Há, no Espírito Santo atual, mais de dois milhões e seiscentos mil habitantes, dentre os quais a maioria de 60 a 70 % carrega não só o nome, mas também a cultura italiana. No que falam, no que fazem e pensam, no que celebram, no que constroem, no que produzem, manifestam indiscutíveis marcas de uma Itália que não é nem brasileira nem européia. Isto é o que se pode dizer: desenvolve-se a consciência de uma identidade que se poderia chamar de ítalo-capixaba.

Só a história e o futuro dirão, com mais clareza, quais serão estas expectativas e esperanças que se realizarão sobretudo para a atual juventude deste pequeno estado do Brasil.

11. Bibliografia

- ANTONIL, André João. (Pe. João Antonio Andreoni s. j.). **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1923. 280 p.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**. 2 ed., Rio de Janeiro/Brasília, INL, 1982. 320 p.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A província**. 3 ed. feita sobre a primeira edição de 1870, São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1975. 254 p.
- BERNARDI, Uldérico. **A catar fortuna**. Storie veneti d'Australia e del Brasile. Vicenza, Neri Pozza, 1994.

- BEVERINI, Giovanni Battista. "Lo stato di Espírito Santo". Bollettino Ministero Affari Esteri, Roma, 1908. p. 390-405.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade & etnia**. São Paulo, Brasiliense S. A., 1986, 174 p.
- CARVALHO, Augusto de. **O Brasil colonização e emigração**. Porto, Imprensa Portuguesa, 1876. 511 p.
- CUSANO, Alfredo. **Italia d'oltre mare impressioni e ricordi dei miei cinque anni di Brasile**. Milano, Enrico Reggiani, 1911.
- DALL'ASTE, Brandolini. "Emigrazione all'Espírito Santo (Brasile)". Bollettino Ministero Affari Esteri, aprile 1896. p. 450-452.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. (1850) São Paulo, Martins/USP, 1972. 240 p.
- DEFFONTAINES, Pierre. "Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira". Vitória, Imprensa oficial do estado do Espírito Santo, 1938, 45 p.
- FERRI, Enrico. **Italianos na Sul-América**. Rio de Janeiro, Donato Battelli, 1910. 45 p.
- GROSSELLI, Renzo M.. **Colonie imperiali nella terra del caffè**. Trento, Effe e Erre, 1987. 472 p.
- HANDELMANN, Henrique. **História do Brasil (1859)**. Tradução brasileira feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1931. 1006 p.
- LECLERC, Max. **Lettres du Brésil**. Paris, 1890. 268 p.
- MAGALHÃES, General Couto de. **O selvagem**. Edição comemorativa do centenário da 1ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1975. 160 p.
- MARINELLI, Giovanni. **La terra trattato popolare di geografia universale**. Vol. IV, Milano, Francesco Vallardi, p. 570-692.
- MASSA, Gaetano. **Contributo alla storia della presenza italiana in Brasile**. Roma, Istituto Italo Latino Americano, 1975. 174 p.
- MUSEU RECREATIVO ou Coleção da **Imprensa Industrial**. Rio de Janeiro, Dias da Silva Júnior, 1876. 765 p.
- NAGAR, Carlo. "Lo stato di Espírito Santo e l'immigrazione italiana" in Bollettino Ministero Affari Esteri, aprile, 1895.
- OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Velloso d'. "Memória sobre a agricultura no Brasil" in Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo XXXVI, Rio de Janeiro, Garnier, 1873. p. 91-133.
- ORLÉANS E BRAGANÇA, Dom Luiz de. **Sob o cruzeiro do sul**. Montreux, 1913, 460 p.

- PETRONE. Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo, Brasiliense S.A., s/d, 90 p.
- PICCAROLO. A.. **Interesses italianos no Brasil**. São Paulo, La Rivista Coloniale. 1913, 40 p.
- RECLUS. Élisée. **Géographie universelle XIX Amérique du Sud**. Paris, Hachette, 1894. p. 442-486.
- RIMINI, Savino da. **Tra i selvaggi dell'Araguaya**. Ancona, Scuola Tipografica Francescana, 1925. 290 p.
- RIZZETTO, R.. "Colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo (Brasile)". Bolletino dell'emigrazione, Roma, 1905. p. 473-621.
- SOUZA, João Cardoso de Menezes e. **Teses sobre colonização do Brasil**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1875. 430 p.
- TORRES FILHO, A. E. Magarinos. **O estado do Espírito Santo seu desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1913.
- TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria São Carlos: 1850-1950**. São Carlos, UFSCar, 1986. 270 p.
- ZETTIRY, Arrigo de. "Condizioni dei coloni italiani negli stati di Spirito Santo e di Minas Gerais", Roma, 1902. p. 5-162.
- ZILIO, Giovanni Meo-. **Presenza, cultura, lingua e tradizioni dei veneti nel mondo**. Venezia, 1987. 536 p.

O ESTADO DO ESPIRITO SANTO: VOCAÇÃO E EXPERIÊNCIA NO COMÉRCIO EXTERIOR. (*)

Arthur Carlos Gerhardt Santos

- 1 - Até a década de 1930
- 2 - Desenvolvimento do Sistema Portuário
- 3 - Ligações ferroviárias e rodoviárias
- 4 - O quadro de hoje
- 5 - Preocupações e esperanças

Mote da palestra: A menor distância entre dois pontos é a de menor custo.

Cabendo a mim fazer a palestra inicial deste importante encontro, optei por centrar as nossas atenções no problema portuário, principal agente nas oportunidades que nosso Estado tem oferecido ao longo de sua história. A nossa abordagem não podia deixar de ser superficial e resumida, mas os senhores por certo terão ocasião de aprofundar no conhecimento de nossas potencialidade, á medida que forem conhecendo as palestras que se seguirão.

O Espírito Santo se integrou muito cedo na história do Brasil . Ouando em 1532 o rei D.João III resolveu colonizar o país, procurou fazê-lo através de concessões, dadas a nobres (alguns ricos, outros nem tanto), de faixas

() Palestra pronunciada por nosso consócio Arthur Carlos Gerhardt Santos, durante a realização do 1º Congresso Internacional de Comércio Exterior e Desenvolvimento Portuário, realizado em Vitória (ES) de 21 a 24 de maio de 1996.*

litorâneas, mais ou menos equivalentes, dizendo que eles poderiam estender a penetração até aonde pudessem. Evidentemente as condições da baía de Vitória permitiram que o donatário aqui aportasse sem maiores problemas, a não ser as que a terra firme lhe trazia.

O objetivo desta política era bem claro. Em primeiro, que produzissem riquezas para Portugal. Ouro, Prata, pedras preciosas, o que achassem e que tivesse valor. Também produtos agrícolas que suportassem o transporte até a metrópole e entre estes, muito especialmente, a cana de açúcar. Os portugueses já tinham experiência do cultivo da cana nas ilhas atlânticas que haviam descoberto e colonizado no século anterior. O segundo objetivo era o da ocupação do território na maior extensão possível já visando desrespeitar o Tratado de Tordesilhas.

A tentativa de colonização através das Capitânicas não teve o sucesso esperado e um dos maiores fracassos foi a Capitania do Espírito Santo. Como os recursos de capital eram escassos na economia portuguesa, eles não podiam perder tempo com fracassos, daí não termos participado do primeiro “boom” brasileiro, o do açúcar, que tanto beneficiou algumas regiões do Brasil no século XVI.

Também não participamos do surto mineiro que caracterizou o Brasil dos séculos XVII e XVIII e esta não participação teve para nós um efeito perverso que trouxe conseqüências até o século XX.

Aqui não se descobriram jazidas importantes de ouro, de prata ou de pedras preciosas. Ficamos numa agricultura pequena e rudimentar, esquecidos pela Coroa Portuguesa.

No Brasil do século XVII, quem se beneficiou em nossa vizinhança foi Minas Gerais. Como todos sabem a riqueza destas minas foi que por muitos anos, praticamente por mais de um século, sustentou o luxo da Corte portuguesa, permitindo a ociosidade e o esbanjamento de que somente no século seguinte, após a revolução do Porto, Portugal iria se recuperar.

Antes falei do efeito perverso que o ciclo do ouro teve para o Espírito Santo, agora específico. Para facilitar o trabalho do Fisco, o Governo português adotou como política dificultar o desenvolvimento do Espírito Santo, visando a exclusividade da rota do Rio de Janeiro para a saída da produção das Minas Gerais. Assim, deliberadamente, por decisão política clara, tivemos mais de um século de estagnação. E a nossa baía continuou a ter freqüência esporádica de pequenas naves.

A notícia que no início do século XVIII envolvendo o nosso porto foi a pena imposta ao ex-Regente e Conselheiro Feijó, que para cá veio degradado.

Foi no final do século XIX com o ciclo do café que o Espírito Santo se

inseriu na vida econômica brasileira e por consequência aumentou o movimento portuário.

Podemos também dizer, sem cometer nenhum exagero, que foi nesta época que o Estado começou a ser povoado, A penetração de agricultores mineiros e fluminenses nos vales do Itabapoana e do Itapemirim, somada à colonização estrangeira a partir da metade do século e ocupando principalmente os vales dos rios Jucu, Santa Maria e Castelo, aumentaram em muito a produção cafeira local, obrigando o comércio a se estruturar para dar conta da exportação de café. Como consequência, o movimento portuário aumentou.

A estrutura portuária desta época foi a que permaneceu até a década de 1930. Os navios entravam em nossa barra, fundeavam no canal e os saveiros encostavam no navio para carregar e descarregar. Usavam os próprios guindastes dos navios, o serviço era lento, mas atendia às necessidades da época.

Foi esta situação portuária que encontrei quando fiz, como menino do interior que vinha passear na capital as minhas primeiras visitas à Vitória. Quando o ônibus passava sobre a ponte Florentino Avidos, observava os navios no meio do canal cercado pelos saveiros. Depois, já estudando aqui em Vitória, fiquei sabendo que algumas das fortunas locais da época, se originavam em atividades ligadas ao movimento portuário, quer como operadores de empresas ligadas aos saveiros, quer como fornecedores dos navios.

2 - O Desenvolvimento do Sistema Portuário.

Foi no Governo do Capitão João Plunaro Bley, Interventor da Revolução de 30, que teve início a construção do nosso sistema portuário. Foram construídos os cais que correspondem hoje aos armazéns 1, 2 e 3. Foram instalados guindastes de boa capacidade para a época e para as mercadorias que por aqui transitavam.

Na década de 40 foram construídas as instalações de embarque da CVRD no morro do Pela Macaco, hoje obsoletas e desativadas, mas que tiveram grande importância na capitalização da Vale, permitindo que depois se construíssem as instalações de Tubarão. Na mesma época, tiveram início a construção das instalações de desembarque de graneis líquidos das empresas de petróleo, no lado sul do canal de Vitória.

Com a inauguração da Usiminas, foram construídas as instalações de recebimento de carvão no cais de Paul, hoje também desativadas e transferidas para Praia Mole.

A partir daí a expansão portuária não mais cessou. Na década de 50, foram construídos os demais cais de Vitória, correspondentes aos armazéns 4 e 5. Na década de 60 e de 70 foi construído o pier da CVRD, o cais de Capuaba e o porto de Barra do Riacho. Ainda nessa década se construiu o terminal portuário da Samarco.

Mais tarde, com a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão construiu-se o porto de Praia Mole, destinado a receber graneis sólidos e embarcar produtos siderúrgicos. Este porto é dotado de equipamentos muito eficientes, permitindo a descarga e o carregamento com tempos reduzidos e custos baixos

3 - Ligações Ferroviárias e Rodoviárias.

Quando falamos do desenvolvimento do sistema portuário, acreditamos que deu para perceber que ele cresceu atendendo ao aumento de produção e ao aparecimento de sistemas de transportes eficientes. Portanto, vale à pena perdermos um pouco de tempo para falarmos de nossa malha de transporte.

Começaremos pela ferroviária. No final do século passado, a produção de café estava a exigir transporte para chegar ao porto. O sistema de transporte fluvial, com utilização de canoas, era limitado por sua capacidade e pela dificuldade que apresentavam os rios do Estado. Serve como exemplo a estrada de ferro que ligava Cachoeiro do Itapemirim a Barra do Itapemirim. O transporte em canoas era feito do interior pelo rio Itapemirim até onde ele podia ser navegado, ou seja até os cachoeiros do rio. Daí, iam de trem até o porto, aliás muito precário, de Barra do Itapemirim. Não é preciso dizer que a construção de rodovias matou a estrada. Aliás morte muito lenta, pois somente no Governo Rubens Rangel, quando o Brasil vivia um período autoritário, foi possível desativar a estrada que já era há muitos anos mantida em funcionamento, com astronômico déficit, por pressão política.

Dentro do mesmo espírito, foi construída a estrada de ferro que ligava São Mateus até Nova Venécia, e que igualmente desaparecida com o advento das rodovias e que também teve morte lenta por influência política.

A Leopoldina Railway foi criada com objetivo semelhante. Foi construída uma ferrovia que, subindo a serra, pudesse escoar a produção de café das áreas de colonização italiana e alemã. Foi primeiro feito a ligação Vitória-Matilde e, mais tarde, construído o trecho que ligou Matilde a Cachoeiro de Itapemirim. Daí até Campos com ligação com o Rio de Janeiro

ro. Esta estrada, que existe até hoje, é um dos entraves que temos ao nosso desenvolvimento. É antieconômica, de baixa confiabilidade devido ao estado de sua infra e superestrutura. Nós capixabas, desejaríamos que quem venha a ganhar a próxima concorrência de privatização deste trecho, construa um ramal litorâneo que possibilite transporte ferroviário econômico de Vitória na direção do Sul do país.

Mas, a vedete de nossas estradas de ferro é sem dúvida a Estrada de Ferro Vitória a Minas de propriedade e operada pela CVRD. É das estradas mais eficientes do mundo e exerce um papel relevante no progresso do Espírito Santo. Hoje, com a sua ligação com a Rede Ferroviária Federal em Belo Horizonte, criou condições de oferecer seus serviços até o centro do país aumentando sua importância como alavanca do desenvolvimento capixaba. Um pausa mais a frente vamos falar de nossas preocupações para com ela

Quanto ao transporte rodoviário, vivemos uma verdadeira epopéia, com lances ora dramáticos, ora tragicômicos. Até 1964 o sistema rodoviário do Espírito Santo era insuficiente, para não dizer inexistente. O grande impulso para a construção rodoviária, foi dada pela lei que criou o Fundo Rodoviário Nacional e pelo primeiro Plano Nacional de Viação que nos frustrou e por uma razão muito simples. Nós não existíamos para o Governo Federal. Com todo o esforço feito pelo governo estadual esforço de que sou testemunha, não tínhamos recursos suficientes para construirmos a malha rodoviária que necessitávamos. Digo que sou testemunha porque comecei minha vida de engenheiro aqui no Estado como empregado do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, e no Governo Carlos Lindenberg, dirigi esse órgão. O fato é que nenhum estado tinha recursos suficientes. Quem tinha era a União. E a União estava presa a compromissos políticos com estados de maior peso eleitoral. O nosso Estado, com bancada reduzida e nem sempre unida em torno de objetivos comuns, não tinha peso para pleitear mais verbas. Só obtivemos maiores recursos quando o peso da influência política foi menor, durante o início do regime autoritário de 64. Nessa ocasião, tivemos concluída a BR 101 (Rio-Vitória-Salvador), a BR 262 ligando Vitória a Belo Horizonte e daí até Brasília. Hoje temos um razoável sistema rodoviário, a que se acresceu a rodovia Vitória-Colatina-Barra de São Francisco.

4 - O quadro de hoje

O Espírito Santo possui hoje um sistema portuário bastante bom (ótimo podemos dizer se compararmos com o quadro nacional), uma excelente

ferrovia atualmente subutilizada e uma rede rodoviária necessitando de melhorias, mas a sua implantação básica é muito boa.

Os portos de Vitória, Paul, Capuaba, Tubarão, Praia Mole, Samarco e Portocel formam um complexo invejável. Junto a eles, localizaram-se áreas alfandegadas modernas que visam complementar a eficiência dos portos. Temos uma classe portuária voltada para a eficiência e o progresso, com uma noção muito clara de que a atividade portuária é atividade meio e que só poderá ter sucesso se for eficiente e ter custos competitivos.

Completando, a rede rodoviária contribui para tornar o nosso sistema portuário atrativo. Agora, é hora de fazermos um apanhado de algumas das atividades importantes que este sistema integrado de transporte permitiu que se instalasse aqui em nosso Estado.

Em primeiro lugar, vale ressaltar a importância da cafeicultura. Desde o final do século passado a agricultura e o comércio de café têm ocupado lugar de destaque como atividade econômica maior geradora de emprego. Chegou até a ser atividade quase que exclusiva da economia local, apesar de todas as crises por que passou. Chegou a ter importância superior a 50% na geração do nosso Produto Interno Bruto. E foi a crise da cultura do café que despertou no capixaba a necessidade de diversificar a sua economia, procurando atrair atividades industriais que pudessem ser geradoras de renda e emprego. Nunca é demais lembrar a formidável recuperação da cultura cafeeira após a crise dos anos 60. A cafeicultura capixaba estava em plena decadência. Cafezais de baixíssima produtividade deterioravam a economia local. Com a crise e a erradicação promovida pelo Governo Federal, vislumbrou-se a possibilidade de renovação da atividade não somente fazendo novos plantios, com melhor tecnologia e conseqüente melhor produtividade, como também se introduziu o plantio do café Conilon, mais propício para muitas áreas do Estado, áreas de clima mais quente e de menor altitude. Esta revolução foi feita, diga-se de passagem, contra a política defendida pelo Instituto Brasileiro de Café - IBC e o interesse da grande cafeicultura nacional, principalmente a paulista e paranaense. Quando fui governador do Estado, a minha equipe e eu percebemos que poderíamos gerar milhares de empregos na cafeicultura com o plantio de Conilon. Com o auxílio de algumas prefeituras, principalmente no norte do Estado, nos lançamos nesta que o IBC e o “stabilishment” da cafeicultura nacional chamavam de aventura e como se pode constatar hoje foi uma aventura que deu certo. Só para ficar em um indicador, hoje temos uma produção mais de duas vezes maior que a anterior à erradicação com menos da metade plantada.

A partir da década de 70 a economia local sofreu uma verdadeira

revolução. A atividade industrial passou a ter uma importância na formação de nosso PIB próxima do percentual que tem nas economias mais desenvolvidas. E esta mudança deu-se basicamente em atividades voltadas para a exportação.

Menciono de maneira sucinta algumas destas atividades. Para começar com o café o Espírito Santo passou a sediar uma das poucas indústrias de café solúvel que se instalaram no país. Hoje exportamos café solúvel para os maiores mercados mundiais. Aproveitando muitas das terras que estavam abandonadas após a crise do café e o clima favorável, instalou-se aqui uma moderna e eficiente exploração de florestas artificiais, que permitiu a construção de uma fábrica moderna e eficiente de celulose. O minério que a Vale transportava e aqui embarcava foi a geradora direta de duas atividades industriais: as usinas de pelotização e a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão. A Samarco construiu um sistema de transporte de minérios finos que também gerou uma usina de Pelotização.

Fico somente nestes exemplos mais expressivos da capacidade que nossa vocação portuária gerou de atividade industrial. Muitos outros exemplos poderiam ser dados.

Mas não pode ser desprezada o que esta atividade portuária gerou de atividades na área dos serviços. O comércio exterior que, até bem pouco tempo se resumia no de café, hoje está muito diversificado, tanto no sentido da exportação como da importação. Com a abertura recente do Brasil para as importações, os empresários encontraram aqui, campo propício à sua atividade comercial, não só devido ao sistema portuário e o seu complementar sistema de transporte, mas também a uma política financeira com mais de vinte anos de experiência que talvez tenha sido o maior impulsionador da atividade importadora por nossos portos, chegando a termos quase o monopólio das importações de veículos automotores.

Quem comparar a distribuição do nosso PIB entre os setores primário, secundário e terciário de nossa economia poderá avaliar a transformação que ocorreu no Estado e poderá entender porque os dados divulgados recentemente pelo IBGE nos colocam como o Estado da Federação que mais cresceu entre 1970 e 1994.

5 - Preocupações e esperanças.

Começemos pelas preocupações para depois falarmos de porque temos esperança.

Primeiro, o sistema portuário. No Espírito Santo, a nossa preocupa-

ção primeira tem de ser com o sistema portuário. Necessário é fazer a observação sobre o porto público e os terminais privativos. Estes modernos, eficientes e operando com custos competitivos em comparação com os melhores do mundo, mas hoje voltados quase exclusivamente para algumas cargas específicas para os quais foram projetados. Aqueles, estatais e padecendo de todos os problemas que as atividades estatais enfrentam hoje em nosso país; falta de recursos para investir, falta de continuidade administrativa, influência política na indicação dos dirigentes e muitos outros que emperram a atividade não permitindo que ela seja dinâmica como necessita a economia que dela depende. E o porto público é o único hoje que trabalha com carga geral. Não se diga que a culpa é das pessoas que lá trabalham, profissionais dedicados e competentes. A culpa é do dono, do acionista, de quem dita as políticas e nomeia os dirigentes. Quanto ao problema de nossas ferrovias, ressalta o péssimo traçado e a péssima, manutenção da antiga Leopoldina Railway, hoje Rede Ferroviária Federal. Não vemos outra alternativa para solucionar o nosso transporte ferroviário para o Sul do país do que a privatização da Rede e a construção de nova linha, litorânea esta, que contemple nossa economia com uma estrada viável. Já com a estrada da Vale, o problema é outro. Eficiente até Belo Horizonte, entram daí para frente todas as mazelas que afetam a RFFSA. Também acredito que só a privatização em andamento poderá a médio prazo nos dar um sistema ferroviário eficiente que nos leve ao Brasil Central. Outro problema que tem a CVRD é que até um passado muito recente, ela só se preocupava com a eficiência de seu transporte de minério. Não buscava outras cargas, que para isto falta agilidade a uma estatal sempre amarrada a regulamentos emanados deste grande centro de alienação que é Brasília. Privatizada a Vale os seus excelentes técnicos e seu excepcional corpo gerencial poderá administrá-la com maior eficiência e conseqüentes resultados para nossa economia. Mais urgente é a privatização da Rede, conosco na torcida de que o consórcio vencedor seja o liderado pela Vale, pois neste caso estarão melhor servidos os interesses da economia capixaba.

Falta falar de nossas preocupações com as rodovias. Como já disse anteriormente as rodovias que servem ao Espírito Santo são muito boas quanto à sua origem e destino. No entanto estão todas necessitando de manutenção e/ou ampliação. Quero chamar a atenção para um fato importante que nem sempre é devidamente lembrado. Quem alimenta os portos com carga geral são as rodovias. As ferrovias, sem dúvidas importantíssimas, são mais transportadoras de graneis. Portanto para melhorar a eficiência de nossos portos, necessitamos de ter um sistema rodoviário de melhor qualidade.

Não posso deixar de falar de uma preocupação que hoje está presente em todos os que estudam o desenvolvimento do Estado. Anteriormente, fiz referência a pouca influência política que tem o nosso Estado. No regime político em que vivemos hoje, uma quase-democracia deformada pelo voto proporcional, por uma legislação partidária superada, por uma estrutura política que dificulta a formação de maiorias que possibilitem governabilidade, o peso das bancadas é muito grande. O Executivo está a todo momento atendendo a favores políticos para ter maioria no Congresso e assim privilegiando Estados com grandes bancadas, e nós, no Espírito Santo, estamos cercados deles: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia para não falar do vizinho nem tão próximo, mas que está sempre de olho na gente que é São Paulo. Só para citar um exemplo recente dêem uma olhada na localização das novas montadoras que se instalam no país. Não há uma em que a localização não tenha sido política e política comandada pelo Presidente da República, na busca de construir maiorias. Apesar de todos os esforços feitos pelo Governo e pelas entidades do Estado, esta distribuição de localizações tem sido madrastra para com o Espírito Santo.

É hora de falarmos de nossas esperanças. Em primeiro lugar temos esperanças de que a privatização da operação portuária nos portos públicos irá trazer um aumento de eficiência que irá mudar o atual quadro de nossas expectativas quanto ao futuro do Estado. Nós precisamos de um porto agressivo, que vá procura de cargas, que ofereça serviços aos clientes em potencial. Esta atitude é a que caracteriza a iniciativa privada. Saber que o seu lucro provém de sua eficiência, de sua agressividade no mercado, de sua competitividade, de saber atender às necessidades de seus atuais clientes e dos clientes em potencial.

A mesma atitude se espera das ferrovias privatizadas. Uma mudança radical na atitude da CVRD, partindo para a busca de cargas, procurando atrair cargas gerais compatíveis com suas características e ajudando o adensamento empresarial das zonas afluentes a sua estrada. Para termos esperança não podemos esquecer que no atual cenário econômico-político brasileiro, estamos fora da área de maior adensamento do desenvolvimento. A diáspora das indústrias da Grande São Paulo está tomando a direção de alguns eixos preferenciais: São Paulo-Rio; São Paulo-Campinas; São Paulo-Belo Horizonte; São Paulo na direção de Bauru e São Paulo em direção ao Sul até Porto Alegre. Estamos fora desta expansão. Mas já estivemos fora antes e soubemos superar. Para tanto devemos manter políticas que se mostrem capazes de atrair investimentos criando condições para que os novos empresários e os aqui localizados possam competir no mercado.

Também as privatizações anunciadas reanimam nossa esperança, na certeza que na mão da iniciativa privada o porto, as estradas de ferro e a Vale terão maior agilidade e idade para procurar negócios, procurar parcerias que irão beneficiar a economia local.

A estratégica localização do Estado na costa brasileira continua a ser o grande atrativo que o Estado pode apresentar. A este se soma o desejo político de continuar desenvolvendo e gerando emprego, de manter uma política vitoriosa de atração de investimento e de gerar novos mecanismos capazes de despertar o interesse dos investidores.

Não se deve nem se pode negar a importância que tem neste processo o Governo do Estado e os políticos, mas devemos nos conscientizar que é uma tarefa de todos, muito particularmente dos empresários. Ocasões como esta que hoje estamos vivendo tem importância grande para que cada vez nos conscientizemos que temos de trabalhar unidos no interesse de todos nós.

A ESPANHA DE FEDERICO GARCIA LORCA ()*

Miguel Depes Tallon

INTRODUÇÃO

A guerra hispano-americana liquidara a Espanha Imperial, acentuando o já enorme descontentamento popular com o regime implantado em 1876. A isso somava-se o fato de ser a Espanha um país pobre, com quase 3/4 de seu solo áridos. A indústria, na prática, se restringia à província da Catalunha e à região basca. A pobreza do campesinato do nordeste e dos trabalhadores agrícolas miseráveis das propriedades do sul refletia-se nos efetivos da emigração, que, se já fora intensa na última metade do século XIX, subiu assustadoramente, entre 1890 e 1920. Esses emigrantes estavam abandonando um país, onde os salários miseráveis e as más condições de trabalho haviam provocado, na década de 1890 um sem número de greves e agitações.

A insatisfação generalizada não teve nenhuma repercussão na política oficial e, se a Constituição de 1876 foi elaborada com o intuito de encerrar as lutas fratricidas que assolaram o país, depois de 1808, pelo menos aparentemente esse propósito não foi alcançado. Registram-se, no mínimo, oito revoluções e contra-revoluções bem sucedidas, depois de 1880. A monarquia fora interrompida duas vezes, antes de Alfonso XII ser restaurado no trono, em 1874. Os partidários de D. Carlos - o pretendente Bourbon e sua

() Palestra proferida no Simpósio promovido pelo Departamento de Letras da UFES, por ocasião dos 50 anos da morte de Federico Garcia Lorca e que, 10 anos depois, se publica.*

família desencadearam uma série de guerras, pela implantação do carlismo. A Igreja se afastara do povo e se aliara aos conservadores. A constituição satisfazia a oligarquia política, que controlava as cortes, manipulando as lideranças locais. Dois partidos - o conservador e o liberal - se revezavam no poder. O governo - fosse conservador ou liberal- pouco fazia além de manter a ordem e cuidar das eleições. A única diferença evidente entre os dois partidos era o extremado anticlericalismo dos liberais

Pouco a pouco, tornava-se claro que não se podia contar com a política para a obtenção de reformas sociais. Desesperada, a classe operária de Barcelona achava-se à beira do Levante. Mal remunerados, os operários assistiam à inflação distanciar-se dos seus salários, aviltando o trabalho. Barcelona como os demais portos mediterrâneos - contava com uma atmosfera verdadeiramente revolucionária, da qual emergiam com destaque os líderes anarquistas e inúmeros exilados estrangeiros, que encontravam terreno fértil para a pregação de suas idéias, principalmente entre os estivadores e têxteis, recrutados em sua maior parte de uma massa de migrantes não absorvidos, procedentes do campo, e que se amontoavam em casebres. No verão de 1909, a convocação dos reservistas para a campanha do Marrocos, onde Abdel Krim colocava em cheque o exército espanhol, provocou uma paralisação geral, deflagrada em 26 de julho de 1909. No dia seguinte, o movimento que se iniciara como uma simples paralisação, converteu-se em verdadeira insurreição, alcançando várias cidades catalãs, em algumas das quais, inclusive, a república fora proclamada, com os operários se barricando nas ruas. Em poucos dias a repressão se intensificou e os últimos focos de resistência foram eliminados. Esse episódio - conhecido como "Semana Trágica"- deixou algumas evidências. A primeira delas consistiu no ressurgir da velha tradição da "queima de conventos", atitude que expressava o ódio das classes operárias pela Igreja, que, através do monopólio da educação era responsabilizada pelo atraso da Espanha. No conjunto, quase cinquenta edifícios religiosos - entre igrejas, colégios e conventos - foram incendiados. Uma outra evidência foi a de que a classe operária, embora ainda se achasse confusa incoerente e sem grandes lideranças, começava a se afirmar como força de peso na política espanhola. De tudo isso, restou que a "Semana Trágica" foi o início dramático de uma série de crises sociais, que varreram a Espanha, marcando o ingresso das massas em seu cenário político, a ponto de vir Barcelona a se constituir, entre 1917 e 1923, no palco das lutas operárias mais graves que a Europa até então conhecera.

Somente a ditadura de Primo de Rivera trouxe alguma sensação de segurança às classes conservadoras. Mesmo assim, a impopularidade desse ditador acabaria por provocar a saída do rei para o exílio, em razão do apoio que emprestara à ditadura. A segunda república começava a emergir a partir da “Semana Trágica” de 1909.

A CRISE DA MONARQUIA (1917 - 1931)

A eclosão da Primeira grande guerra mundial provocou uma súbita euforia, em razão do desequilíbrio momentâneo das grandes potências capitalistas, permitindo a países menos desenvolvidos um rápido surto de industrialização e favorecimento na balança comercial. Essa euforia, entretanto, no caso da Espanha, não ultrapassou 1917, quando a crise estourou em toda a sua intensidade. O anúncio da Revolução Bolchevique, a agitação entre “aliadófilos” e “germanófilos”, somados a um surpreendente aumento do custo de vida, contribuíram decisivamente para que a já instável situação política do país fosse conturbada por uma série de distúrbios, que se estenderiam por seis anos, ocasionando treze crises nacionais e trinta regionais, compreendendo, inclusive, o “triênio bolchevique” (1918-1921), na Andaluzia.

A “questão marroquina” abalou irreversivelmente o governo, com o desastre de Annual, onde o general Silvestre e todo o seu estado-maior encontraram a morte, com milhares de soldados. Ao todo, tivera o exército espanhol 14.000 baixas, entre mortos e feridos. A crise atingia o seu ponto máximo. Nesse instante, o general Primo de Rivera se proclama chefe de um diretório, aceito pelo rei.

A DITADURA (1923 - 1930)

O diretório militar, que se instalou, converte-se em civil em 1925 e convoca uma Assembléia Nacional Constituinte para 1927.

Inicialmente, a situação melhora, principalmente com o controle do Rif, por uma ação conjunta dos exércitos espanhol e francês. Contudo, se o Marrocos é pacificado, a derrota de Abdel Krim representa a ascensão da Legião Estrangeira, criada em 1920. O nacionalismo econômico externado

por um dirigismo estatal fracassou, ocasionando a elevação da dívida externa, a penetração do capital internacional - o monopólio da telefonia foi entregue aos norte-americanos - e uma intensa onda de privatização. As vantagens oferecidas aos portos andaluzes e a desconcentração geográfica das indústrias não resultaram em nenhuma alteração da estrutura espanhola e desgostaram os catalães e os bascos. Inúmeros escândalos financeiros vieram a público e a censura foi instituída a todos os níveis.

O programa social, à italiana, fracassara. O governo anunciara o fim da luta de classes, como se para isso bastasse um simples anúncio. Na verdade, mais acesa do que nunca, a luta de classes se avolumava, acentuada pelo agravamento das questões operária e fundiária.

As questões regionais não tinham, também, merecido um tratamento adequado e essa conduta exacerbava as diferenças, abalando a própria unidade da nação.

O fracasso político era evidente. A imitação do fascismo não convenceu. Além disso, não havia nenhum partido de massas. A peseta caía e nem os financistas nem os bancos estrangeiros confiavam mais na ditadura. Os próprios chefes militares se mostravam frios para com Primo de Rivera, que se retirou de cena a 30 de janeiro de 1930.

A QUEDA DA MONARQUIA **(1930-1931)**

Com a saída de Primo de Rivera, estabeleceu-se uma semi-ditadura, na tentativa de se salvar o regime. Os antimonarquistas, no entanto, tinham firmado o Pacto de San Sebastián, visando à implantação da República.

Realizadas as eleições municipais de 12 de abril, a esquerda triunfava em toda parte. A 14 de abril, a república era proclamada em Eibar, Barcelona e San Sebastián. Sanjurjo, comandante da guarda-civil já não era mais capaz de garantir o regime. O rei se resignou, renunciando e partindo para o exílio. A ditadura havia governado sem transformar, fazendo com que a República pretendesse transformar, o que lhe traria incontáveis dificuldades.

A REPÚBLICA (1931-1936)

O BIÊNIO REFORMADOR

Instalada a Constituinte, verificou-se que a sua grande maioria era formada por intelectuais, juristas e velhos políticos, interessados, em primeiro lugar, pelos problemas da Constituição, o ensino, a igreja e o exército - instituições que haviam dominado de maneira marcante a História espanhola do século XIX.

A Constituição teve como modelo a Constituição de Weimar, a mais democrática da Europa. A Espanha foi proclamada, entre ironias, “República dos Trabalhadores”. Adotou-se o parlamentarismo, com um sistema unicameral, com o governo permanentemente responsabilizado. Implantou-se o sufrágio universal, com o voto feminino e dos soldados. A idéia de “poder moderador” alcançou popularidade. O presidente da república podia dissolver, por até duas vezes, a Câmara, ainda que, desde logo devesse justificar a sua decisão. Um tribunal de garantias julgava qualquer pendência constitucional. As regiões podiam solicitar um estatuto de autonomia, mas a palavra “federalismo” não aparecia em nenhuma parte.

A questão religiosa era grave. Leis especiais tinham sido aprovadas estabelecendo a separação da igreja - do estado. Em 11 de maio de 1931, recomeçava a queima dos conventos.

Não menos grave era a questão militar. Muitos dos quadros do exército continuavam sendo monarquistas. Para resolver esse problema Azaña ofereceu a reforma com soldo integral. Surpreendentemente, dez mil oficiais aceitaram. Outro caso espinhoso foi a guarda-civil. Temida por sua força, o povo a detestava, não havendo quem se atrevesse a enfrentar o risco. Azaña Preferiu criar uma “guarda de assalto”, que viesse a se constituir numa força republicana de elite.

A questão regional foi, por fim, resolvida. A Catalunha aprovou - quase à unanimidade - seu estatuto - “Euzkadi” - o que parecia, pelo menos, temporariamente, assegurar a unidade nacional.

Apesar de todos os avanços, a questão social não pôde ser satisfatoriamente ajustada e esse fracasso protraiu todo o fundo social de esperanças e temores, com uma rapidez quase alarmante. O que ocorria é que as classes humildes tinham acreditado numa mudança de vida. Imaginavam que a constituição traria a resposta para todas as suas angústias e necessidades, o que, fatalmente, não aconteceu, sobrevindo uma decepção de grandes dimensões. A reforma agrária era a única reforma de base realmente prometida. Mas o consenso sobre como empreendê-la estava distante, não se chegando a acordo algum. Os comunistas e anarquistas diziam: “- a terra para quem trabalha.” Os socialistas defendiam a fórmula: “- a terra ao estado e a sua exploração aos sindicatos rurais.” Os liberais retrucavam: “- propriedade individual”. E os católicos também apresentavam a sua solução: “- propriedade familiar e indenizações substanciais aos expropriados.” Foi preciso discutir muito, sob garantias expressas - como a proibição de expulsar os arrendatários, ou de transferir a força de trabalho - para que se chegasse à redação de um projeto. Mesmo assim, os trabalhos tinham se arrastado de maio a 15 de setembro de 1932, em sua discussão. Finalmente, aprovou-se a lei. Mas a lei só se aplicava às regiões de latifúndio clássico: Andaluzia, Estremadura, La Mancha, Salamanca e Toledo. Um instituto de reforma agrária e comitês provinciais foram encarregados de implantar a reforma. Em fins de 1933, haviam sido instaladas 8.600 famílias, desapropriando-se 89.000 hectares e se autorizando a ocupação provisória de outros tantos. Mas era muito pouco e assim mesmo, em virtude da desapropriação sem indenização, aplicada aos “grandes da Espanha”, depois de uma tentativa de golpe militar, em agosto de 1932. A reforma normal havia sido, no entanto, mais lenta. A verdade é que a expectativa da reforma agrária e as invasões acabaram por causar um desgaste muito sério na credibilidade do governo.

Somavam-se, porém, alguns pontos positivos. Os salários haviam aumentado de três para cinco pesetas a jornada média e os aluguéis tinham baixado.

O conflito cotidiano entre a guarda-civil e as massas assumiu proporções alarmantes. Em Castilblanco massacraram-se guardas e, em represália, em Arnedo, os guardas chacinaram a população civil. Tudo isso culminou com a matança de “Casas Viejas”, em 12 de janeiro de 1933, pela guarda-de-assalto, com 21 vítimas, 12 das quais executadas.

A reforma agrária, paulatinamente implantada, não conquistara a con-

fiança dos camponeses e os operários, também insatisfeitos, abandonavam a república, para se unirem aos adversários do governo. O que em décadas não se conseguira, o povo desejava e cobrava num único triênio, pouco lhe importando os progressos obtidos. Além disso, a “grande depressão” também se refletia no país, comprometendo o desempenho de toda a economia nacional. Desenvolveu-se, então, uma poderosa ofensiva contra Azaña e, nas eleições de novembro de 1933, a república, por acreditar ser possível reformar a Espanha, sem dar imediatas satisfações à massa agrária e por ter combatido abertamente o setor operário mais forte, não tinha condições de se sustentar.

A oposição se unira contra Azaña, tendo como pretexto o incidente de “Casas Viejas”. Nas eleições de 1933, a CEDA - Confederação Espanhola das Direitas Autônomas - e seus aliados somaram 217 cadeiras. O centro obteve 163 e os esquerdistas tiveram de se contentar com ape nas 93 lugares, dos quais 53 pertenciam aos socialistas. O partido de Azaña - Ação Republicana - não ultrapassara as 6 cadeiras.

O BIÊNIO NEGRO OU DA REAÇÃO” (1934 - 1936)

De posse da maioria parlamentar, a direita não adere a república, embora pressione o governo . Um “putsch” comunista libertário, em 1933, sacode Aragão e a Extremadura. A CNT dissolvida em abril. não deixa de estimular greves. Em abril e maio, Saratoga é paralisada por uma greve geral. Outras cidades aderem e a situação se agrava. Em maio, é anulada a expropriação dos “grandes da Espanha” e as leis de salários e alugueis são revogadas. Os camponeses tentam uma greve da “colheita”. mas o governo :oferece resistência e há mortos. A greve fracassa, deixando grande frustração.

A questão regional que, aparentemente, parecia solucionada, emerge a esse tempo com redobrada intensidade. Na Catalunha, a esquerda triunfa e consegue aprovar uma lei de “contratos de cultivo”, em abril de 1934, tornando obrigatória, em certos casos, a cessão de terras aos colonos desejosos de adquiri-las. A direita a denuncia como inconstitucional junto ao Tribunal de Garantias, que a anula. O Parlamento Catalão, inconformado, volta a aprová-la. A crise se agrava, quando os bascos se agitam e convocam eleições municipais ilegais. O gabinete não resiste e cai, formando-se um novo governo. sob a orientação de Leroux e com a participação da CEDA. Era o teste que faltava!

Em outubro de 1934, eclode uma revolução na Catalunha e em Astúrias. Na Catalunha, o movimento se desenvolve de cima para baixo e, por isso, fracassa rapidamente, contribuindo para a consolidação do gabinete de Leroux, principalmente em Madrid. Já nas Astúrias, o movimento diferiu do catalão, surgindo de baixo para cima e apresentando uma unidade revolucionária que surpreendeu o gabinete. Anarquistas, socialistas e comunistas esqueceram temporariamente as suas diferenças e se lançaram à insurreição, no 5 de outubro. Os focos principais do movimento foram as minas de Mieres. Os quartéis da força pública caíram em poder dos rebeldes e, em seguida, as fábricas de armas de Trubia e La Vega. Oviedo foi conquistada por 8.000 mineiros. A força legal resistiu e a aviação bombardeou as posições rebeldes. Durante nove dias, a cidade e a região viveram sob uma estreita organização revolucionária, militar e economicamente. Mas, em pouco tempo, os revoltosos se encontraram isolados. O exército e a guarda-civil chegavam pelos portos da montanha e os regimentos marroquinos desembarcavam para reforçar a repressão. A resistência durou 15 dias. A Espanha vivia, também, a sua “Comuna”.

O DESCRÉDITO DO GOVERNO **(OUTUBRO DE 1934 a FEVEREIRO DE 1936)**

A política econômica desenvolvida pelo governo lançara o país numa deflação que, por seu turno, provocava um imenso marasmo econômico. Depois de outubro, a reação social estourou violenta e o governo respondeu com a decretação do estado de sitio. O achatamento salarial, inclusive, com redução de salários e as demissões em massa de trabalhadores aumentavam o descontentamento e a insatisfação. No campo, a situação não era menos grave, com a suspensão da reforma agrária e a indenização concedida aos “grandes”, desapropriados em 32. Esta última decisão do governo, então, ocasionou uma tenaz oposição da esquerda, que a considerou imoral e ilegal.

O governo do presidente Alcalá Zamorra cambaleava, minado pelos efeitos psicológicos da repressão sanguinária de outubro e pelos escândalos de Lerroux. Sem sustentação o presidente dissolve a Câmara e convoca eleições para fevereiro.

Apurados os resultados, as eleições de fevereiro representaram o retorno da esquerda ao poder. De um colégio eleitoral de 9,5 milhões de eleitores, a Frente Popular, que congregava as esquerdas, obteve 4.838.449 votos, contra 3.996.931 votos concedidos a Frente Nacional, de direita, e 449.320 sufrágios da coligação do centro. Esses resultados que significavam a reabilitação de Azaña, deram à Frente Popular uma larga maioria na Câmara, com um total de 227 cadeiras, contra 132 da direita e 32 do centro.

O GOVERNO DA FRENTE POPULAR

O INÍCIO DA GUERRA CIVIL (1936)

Os resultados eleitorais inflamaram as massas, que, sem mesmo esperar o decreto de anistia, lançaram-se às prisões para libertar os insurretos de 1934. A essas manifestações seguiram-se greves generalizadas, reivindicando a readmissão imediata dos operários demitidos e o pagamento dos salários atrasados. Em pouco tempo, as greves assumiam um caráter mais político, tornando-se mais longas. Os patrões ripostaram com o “look-out”.

No campo, a situação tornou-se mais explosiva. Os camponeses invadiram as grandes propriedades e eclodiram episódios sangrentos com a guarda-civil. Em represália, os latifundiários não contrataram para a colheita. Uma central de boatos instalou-se em toda a Espanha. Falava-se sobre uma “conspiração de padres” e a massa respondia com a queima dos conventos. Os generais - entre os quais Sanjurjo, Galed e Franco - conspiravam abertamente, chegando mesmo a proporem a anulação das eleições de fevereiro. Como as greves aumentassem, sobreveio uma paralisia total, com os patrões firmes em sua posição de não fazerem nenhuma concessão.

Desesperados e sem dinheiro, os operários partiram para o saque, provocando violentas represálias por parte da “falange”, que, inclusive, assassinou o tenente Castillo. A 13 de julho, a guarda-de-assalto se vingou e matou Calvo Sotello. A 17 de julho estourou a guerra civil. Dias depois, em Granada, os fascistas assassinavam Federico Garcia Lorca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sobre a História da Espanha, uma das melhores obras ainda é a “História de España”, de Pierre Villar (ed. Critica, Grupo Ed. Grijalbo, Barcelona, 1979), proibida na Espanha durante o franquismo. A nível de manual, a editora Brasiliense lançou “Revolução e Guerra Civil Espanhola”, de Ângela M. de Almeida (São Paulo, 1981), com informações precisas e úteis sobre o quadro político da Espanha, as vésperas da Guerra Civil, assim como uma análise objetiva dos fatores que conduziram país a uma divisão irreversível. De Helmuth Gunter Dahms há “A Guerra Civil Espanhola” (ed. Ibis, Portugal, 1981), que não deixa de ser interessante exatamente por conter o ponto de vista fascista sobre o conflito. Há também romances famosos, como “Adeus às Armas”, de Ernest Hemingway, e “As Geórgicas”, de Claude Simon, além de contos de Jean Paul Sartre, Ilya Ehrenburg, poemas e passagens de Pablo Neruda, que têm a guerra civil espanhola como núcleo. Na literatura brasileira, encontram-se passagens suas em romances de Jorge Amado e Érico Veríssimo. Registrem-se, também, sobre o conflito “Recordando a Guerra Espanhola”, de George Orwell, “A Guerra da Espanha”, de Pierre Villar e “Terra dos Homens”, de Antoine de Saint - Exupéry.

MIGUEL HERNÁNDEZ:
seu percurso de vida, amor e morte

Ester Abreu Vieira de Oliveira¹

*Miguel de España, estrella
de tierras arrasadas, no te olvido, hijo mio,
no te olvido, hijo mio!
Pero aprendí la vida
con tu muerte...²*

A epígrafe relembra que, para os amigos e poetas, a morte se torna vida, porque a poesia é eterna. E é eterna a poesia de Hernández, porque, como cantou Neruda no poema da epígrafe, transportava a serenidade da clássica poesia de Fray Luis de León, o cheiro das flores de laranjeira, a dura realidade do campo e a musicalidade pura do canto telúrico de um rouxinol:

**Me traías, / pastor de cabras, ... / un olor / a Fray Luis, a azahares,
al estiércol quemado / sobre los montes... / También el ruiseñor en tu
boca traías./ Un ruiseñor manchado de naranjas, un hilo / de incorruptible
canto, de fuerza deshojada.**

Para que o nome de Miguel Hernández seja conhecido ou lembrado, escrevo este ensaio e, fazendo, novamente, minhas as palavras do canto de Neruda a seu grande amigo Hernández, no poema da epígrafe, reafirmo este desejo:

**Y a los que te negaron en su laurel podrido / en tierra americana, el
espacio que cubres / con tu fluvial corona de rayo desangrado, / déjame
darles yo el desdeñoso olvido.**

1 - Com o pseudônimo de Josefina Nogueira este ensaio ganhou o prêmio “Miguel Hernández” outorgado pela APERJ / Consejería de la Embajada de España em 1992.

2 - NERUDA, Pablo. *A Miguel Hernández asesinado en los presidios de España*. In: —, *Poesias escogidas*. Madrid: Aguilar, 1980. p.609.

Miguel Hernández nasceu em 30 de outubro de 1910. Sua produção pessoal se encaixa no período de 1930 a 1940.

Poeta e autor dramático¹ espanhol, Hernández nasceu em Orihuela, Alicante. Em 1936, incorporou-se como voluntário ao quinto Regimento de Milícias Populares. Em 1940, foi condenado com pena de morte pelo Conselho de Guerra. Comutada a pena para 30 anos de prisão, foi levado para o cárcere de Palencia y Ocaña. Lá ficou tuberculoso e foi transferido para o reformatório de Adultos de Alicante, onde morreu em 28 de março de 1942.

Os primeiros versos de Miguel Hernández foram publicados em jornais de Orihuela.

Filho de pastor, Miguel Hernández teve que apascentar o rebanho. Essa experiência, o contato com a natureza, ficou na sua cosmovisão poética. Decorrente dela apresentam-se, em sua poesia, imagens de identificação da mulher com a natureza ou referências à sua vida de pastor.

Exemplos são os versos:

— Igual que el mar tu cuerpo².

— Tus cartas apaciento/ metido en un rincón/ y por redil y hierba / les doy mi corazón³.

— Pena que vas, cavilación que vienes / como el mar de la playa a las arenas⁴.

— A tu pie, tan espuma como playa, / arena y mar me arrimo y desarrimo / y al redil de su planta entrar procuro⁵.

A carreira literária de Hernández foi muito breve. Durou nove anos, de 1933 a 42. Suas obras poéticas são: *El silvo vulnerado* (1933), sob influência de Góngora; *Perito en lunas* (1934), cujo fio condutor é a lua, contém alguns poemas da obra anterior; *El rayo que no cesa* (1936), considerada a sua melhor obra, sendo “Elegía para Ramón Sijé” o poema em que aparece

1 - *Obras dramáticas: 1934 o auto sacramental Quien te ha visto y quien te ve; 1935, o drama Los hijos de la piedra; em 1937 Teatro en la guerra e Pastor de la muerte; 1938, El hambre acecha (não concluída)*

2 - HERNÁNDEZ, M. *A mi Josefina*. In : —. *Poemas de amor. Antología. Estudio previo, sel. Y notas de Leopoldo de Luis*. Madrid: Alianza Editorial, 1982. P. 51. (*El Libro de Bolsillo*).

3 - *Ibidem* p. 51

4 - HERNANDEZ, M. *Soneto VII*. In : SAINS DE ROBLES, F. L. C. *Historia y antología de la poesía española, del siglo x al xx*, Madrid: Aguilar, 1964, p.1858

5 - *Ibidem* p. 1858.

maior contenção emotiva e Viento del pueblo (1937) o que mostra o lado otimista, entusiasta e combativo de Hernández.

Perito en lunas está organizado em estrofes de oito versos (“octava real”) sem títulos. Os poemas deste livro são herméticos, sob a influência de Góngora. Um exemplo é o poema III, onde o touro exorta os toureiros á luta (; **A la gloria, a la gloria torcaedores!**) e os toureiros serão os rivais dos lagartos em sua irisação. Os chifres do touro são uma lua crescente (**La hora es de mi luna menos cuarto**).

Mediante esta metáfora que reúne os chifres do touro e da lua percebe-se os símbolos da fecundação. A imagem da lua é bisêmica, porque remete também a um quarto de hora. Os chifres contra a areia é uma âncora e golfo de areia (; **A la gloria, si yo antes no os ancoro, / - golfo de arena, - en mis bigotes de oro!**)

Em 1931, Miguel Hernández conheceu Josefina Manresa com quem se casou em 1937. Com ela teve dois filhos. O primeiro morreu. Para o segundo, quando estava na prisão e recebeu uma carta de sua mulher dizendo-lhe que ela só comia pão e cebola, escreveu, com versos breves, a trágica canção de ninar (“canción de cuna”): *Nanas de la cebolla*. O poema é uma “seguidilla” .

É um poema de estrofes graciosas, mas de arquitetura trágica. Nele se sente a angústia, que vem encoberta de luz, de graça. A cebola, na linguagem poética de Hernández, se converterá em gada (**escarcha**) fechada e pobre, grande e redonda, em fio negro e fome: **La cebolla es escarcha / cerrada y pobre. / Escarcha de tus días / y de mis noches. / Hambre y cebolla, / hielo negro y escarcha / grande y redonda**. O seu filhinho, no berço de fome (**cuna de hambre**) será uma cotovia (**alondra de mi casa / riete mucho**) alheia às circunstâncias adversas que o circundam. Como o seu filho estava com oito meses, já se lhe apontavam os dentinhos (**cinco azahares. / Con cinco diminutas / ferocidades. / Con cinco dientes / como cinco jazmines / adolescentes**).

O eu poético tenta brincar com a antítese alimentar: a trágica alimentação da mãe e o alegre aleitamento do filho: **Vuela niño en la doble / luna del pecho: / él, triste de cebolla, / tú, satisfeito**.

Neste poema, soube Hernández fundir um desesperado pessimismo com um canto de alegria, ainda que fosse desesperançado. Porque entrevia a verdade do filho: como carne palpitante (**carne aleteante**) estava indefeso e indiferente á situação familiar, mas amanhã ficaria inteirado do que se passou e se entristeceria.

1- Canção popular andaluza.

Josefina esteve muito presente na vida de Hernández e em seus poemas. O poema que ele lhe dedica¹ fala de suas cartas que são “um vinho” e o único alimento para o seu coração. Nele, os motivos telúricos se misturam com o amoroso e com o de saudade.

Em outros poemas alude a seu amor por ela (**mujer, mujer, te quiero cercado por las balas, / ansiado por el plomo**) e à maternidade (**tu vientre de amor y sementera**)² o único perfeito, equilibrado, seguro e claro no mundo: (**Menos tu vientre/ todo es oscuro, / menos tu vientre / claro y profundo.**) Nos poemas, Miguel Hernández nos fala também da correspondência que mantinha com Josefina (**cartas, relaciones, cartas: / tarjetas postales, sueños, / fragmentos de la ternura/ proyectados en el cielo, / lanzados de sangre a sangre/ y de deseo a deseo**)³ e dos momentos em que lhe escrevia: **Cuando te voy a escribir/ se emocionan los tinteros: / los negros tinteros frios / se ponen rojos y trémulos, / y un claro calor humano sube desde el fondo negro. / Cuando te voy a escribir./ te van a escribir mis huesos:/ te escribo con la imborrable/ tinta de mi sentimiento.** O amor erótico em Miguel Hernández tem um hábito de castidade. Diz o poeta: **El amor ascendia entre nosotros/ como la luna entre las dos palmeras/ que nunca se abrazaron.**⁴

Quando o amor chega, o eu poético nos diz que isso se dá graças à sua grandeza espiritual : **Por de fuera/ tengo la corteza áspera, / pero por de dentro tengo/ tierna de palmito el alma.**⁵

O amor é para Hernández a salvação para a vida de sofrimento (pena) **Tengo estos huesos a las penas/ y a las cavilaciones estas sienes: /.../ Nadie me salvará de este naufragio/ si no es tu amor, la tabla que procuro, / si no es tu voz, el norte que pretendo.**⁶

Em Miguel Hernández atuam sempre como polos poéticos os signos vitais e trágicos. O segundo é sempre uma decorrência da falta de realização do primeiro. Ou melhor, quando a pulsão de morte, que literariamente é tratada no motivo da “pena”, do sofrimento, é uma barreira para o desejo erótico, representado pelas repressões provincianas, aparece o signo trágico-

1- HERNANDEZ, M (1982) p. 51.

2- HERNANDEZ, M. *Canción del esposo soldado.* *Ibidem* p. 82

3- *Ibidem* p.90

4- *O amor ascendia.* *Ibidem.* p. 99

5- HERNANDEZ, M. *Amor* (1982) p.44

6- *Ibidem* p. 64

co. Exemplo é o soneto **Fuera menos penado si no fuera**,¹ onde o eu poético lamenta a desviação dos instintos vitais, a falta de relação erótica com sua amada, porque ela está presa a preconceitos (**terca en su error y en su desgracia terca**)

A poesia amorosa de Miguel Hernández foi evoluindo de Perito en lunas até El rayo que no cesa, onde se encontram poemas que refletem uma crise amorosa e política, um neopetrarquismo, procedente de Quevedo, e volta ao soneto.

Diversas são as influências que se podem detectar nos poemas de Hernández, porém a presença de linha culta, derivada do gênero gongorino, justifica-se por coincidir a época dos seus primeiros poemas, 1927, com a tendência tradicionalista por parte dos jovens escritores, que celebravam o tricentenário da morte de Góngora, escritor do “Século de Ouro” espanhol, que esgotou as possibilidades de transformação da realidade para ajustá-la à poesia, à beleza.

A desrealização da forma artística de Góngora impressionou aos jovens poetas centenaristas de Góngora, fazendo-os valorizar a poesia que menos se comprometesse com a realidade.

Perito em luna (1933) é uma mostra do ingresso de Miguel Hernández nesse tipo de arte desrealizada. Essa obra é um exercitar de retórica de um jovem poeta, surgido de um ambiente rural. Por isso os poemas desta obra estão impregnados pelo ambiente telúrico.

Mais tarde, Miguel Hernández abandona esse movimento literário - como se pode comprovar pelo caminho percorrido por sua obra poética desde Perito en lunas, El rayo que no cesa até os romances, canções e os últimos poemas do Cancionero y romancero de ausencia que começou a escrever na prisão. Nesta obra encontra-se um Miguel Hernández original. Nos poemas deste Cancioneiro, percebe-se a influência de Antonio Machado. Exemplos são os versos: **troncos de soledad, / barrocos de tristeza/ donde rompo a llorar e dicen que parezco outro, / per sigo siendo el mismo / desde tu vientre remoto**. Neste livro o poeta volta à poesia oral e à “copla” popular flamenga (seguidora) e ao neopopularismo.

1934 é um ano marcante para Miguel Hernández do ponto de vista social e afetivo. Neste ano se aproximou do poeta chileno Pablo Neruda, e se criou entre eles uma entranhável amizade.

Nas **odas**, dedicadas a seus mestres literários Vicente Aleixandre e Neruda, presta-lhes homenagem, próximo a uma imitação quase perfeita do

1- HERNANDEZ. (1982) p. 61.

que admirava nestes poetas aos quais dedicou também, respectivamente, Viento del pueblo e El hombre acecha.

A influência que Neruda exerceu sobre ele está no brilho retórico da linguagem do poeta de Residencia en la tierra.

A amizade pessoal e a influência literária existentes entre Neruda e Hernández lembram os elos literários que sempre ocorreram, com maior ou menor intensidade, entre os poetas Hispânicos, desde a época colonial até a contemporânea. Exemplos de intercomunicações literárias entre América e Espanha são sor Inés de La Cruz, influenciando-se com a poética de Góngora, e Rubén Darío, estendendo a sua poética até a Europa.¹

Em Sino sangriento² um dos mais significativos poemas de Miguel Hernández, surge a segunda etapa literária deste poeta (a primeira ocorrerá em Peritó en lunas). No poema, composto de dezessete estrofes, o poeta mostra a sua capacidade de mimetismo; **De sangre en sangre vengo, / como el mar de ola en ola;/ de color de ampola el alma tengo**,. Aí também se pode sentir a influência do negativismo de Quevedo (**Me dejaré arrastrar hecho pedazos, / ya que así se lo ondenan a mi vida/ la sangre y su marea, / los cuerpos y su estrella ensangrentada. / Seré una sola y dilatada herida/ hasta que dilatadamente sea/ un cadáver de espuma: viento y nada.**) e a sua já madura evolução ideológica.

Na primeira estrofe Miguel Hernández apresenta os instintos e presságios: **De sangre en sangre vengo como el mar de ola en ola ; / de color de amapola el alma tengo ; / de amapola sin suerte es mi destino, / y llego de amapola en amapola/ a dar en la cornada de mi sino**.

O trágico se generaliza na coloração vermelha da amapola, porém , na terceira estrofe, o cósmico gira em torno do destino: **Cayó una pincelada de ensangrentado pie sobre mi vida, cayó un planeta de azafrán en celo, cayó una nube roja enfurecida, cayó un mar malherido, cayó un cielo**.

1- Sem dúvida a presença de Neruda em Espanha marcou a poesia de alguns poetas como Panero, Luis Rosales, Luis Felipe de Vivanco y Hernández. No entanto, também Neruda muito aprendeu com os poetas espanhóis. Com eles soube conter o seu “romantismo americano”, fazendo um equilíbrio do sonho com a exatidão, do classicismo com a paixão. Além do mais, sua presença em Madrid e amizade com Federico Garcia Lorca, consagraram-no como poeta dos dois continentes.

2- In: SAINZ DE ROBLES, Federico Carlos. Historia y antología de la poesía española. Del siglo x al xx. Madrid: Aguilar, p. 1855-6.

Na quinta estrofe, pressente-se a atração do telúrico em sua vida, num fatalismo absorvente: **Me persigue la sangre, ávida fiera, desde que fui fundado, y aun antes de que fuera proferido, empujado por mi madre a esta tierra codiciosa que de los pies me tira y del costado, y cada vez más fuerte, hacia la fosa.**

A poética social se manifesta em Miguel Hernández da mesma maneira que em Neruda, como o desejo de libertar-se dos velhos mitos da religião e da metafísica, do desespero individual e dos sonhos: **Supe que la tristeza corrompe, enturbia, daña...** e, ao mesmo tempo, de extravasar, naturalmente, a sua origem camponesa.

Em El rayo que no cesa, autêntica eficácia poética é a *Elegia*¹ à morte de Ramón Sijé, publicada na Revista occidente com a data de 10 de janeiro de 1936.

Sijé morreu no Natal de 1935 e Miguel Hernández só soube de sua morte, através de Vicente Aleixandre, dias depois.

A base do poema é uma promessa recíproca, um pacto entre Sijé e Miguel Hernández de que aquele que morresse primeiro seria enterrado pelo outro. Como Miguel Hernández chegou após a morte do amigo, ele quis desenterrá-lo e cavar uma nova sepultura para ele. É este fato que justificam os versos da décima estrofe: **Quiero minar la tierra hasta encontrarte/ y besarte la noble calavera/ y desmordazarte y regresarte.**

Esta elegia encontra-se intermediada de quatorze sonetos e o *Soneto final*, rompendo com o caráter amoroso do conjunto, ao mesmo tempo em que exerce a função estruturadora de eixo simétrico no livro, integrando e resolvendo a presença de Eros e Tanatos, tensão de vida/ morte. Nesta elegia, Miguel Hernández transborda toda a sua dor pela perda do amigo: **Tanto dolor se agrupa en mi costado, / que por doler me duele hasta el aliento.**

Forte tensão percorre a elegia do princípio ao fim. Ela justifica o título da obra na comparação que o eu poético faz da morte de Sijé com o raio, no início do poema, que, como uma epígrafe, apresenta o tema da elegia. Também aparece raio, na nona estrofe, quando quer mostrar a força de sua mão escavando a terra onde foi sepultado Sijé (**En mis manos levanto una tormenta / de piedras rayos y hachas estridentes**)

Hernández dá cor à sua dor: o vermelho, dionisíaco das papolas, relaciona-se com coração, que dá como alimento àquelas flores (**a las desalentadas ampolas /daré tu corazón por alimento**). O branco das flores da

1- SAINZ DE ROBLES, F. C. (1964) p. 1856.

amendoeira relaciona-se com alma.

Depois de representar o amigo como esterco de papolas, o eu poético expõe a sua dor (**Tanto dolor se agrupa en mi costado, / que por doler me duele hasta el aliento.../ No hay extensión más grande que mi herida/**) e caminha como um Dante **sobre rastrojos de difuntos**. O contraste da horticultura inicial (**yo quiero ser llorando, el hortelano**) e o restolho de cadáveres aumenta a tensão elegíaca da lamentação à morte do amigo. A anáfora **temprano** (cedo) reforça o aspecto da fugacidade temporal, prematura (madrugada): **Temprano levantó la muerte el vuelo, / temprano madrugó la madrugada, / temprano estás rodando por el suelo**. Esta anáfora temporal, unida à anáfora “no perdono,” dá a estes versos um aspecto de obstinação, de reza e de passo ritmado de procissão ou funeral.

Já que este ensaio tem o objetivo de lembrar o poeta Miguel Hernández, nos seus três problemas existenciais: morte, vida e amor, suas três “feridas”, não posso deixar de mencionar o poema, que reproduz, poeticamente, com simplicidade, com uma emoção contida e com equilíbrio, esta problemática de Hernández: “Liegó com tres heridas” do Cancionero y romancero de ausencia.

**Liegó com tres heridas
la del amor
la de la muerte,
la de la vida.**

**Com tres heridas viene,
la de la vida,
la del amor,
la de la muerte.**

**Com tres heridas yo:
la de la muerte,
la de la vida,
la del amor.**

As três estrofes do poema repetem quatro substantivos, porém três deles (amor, morte e vida), que são complementos do primeiro (ferida) vão-se alterando na ordem enumerativa. Nesse jogo de trocas, como em um baralho, Hernández apresenta os dois elementos marcantes tanto de sua pró-

pria existência quanto de sua obra poética: amor e morte.

Amor e morte dão equilíbrio à vida do eu poético do poema, são temas da obra de Hernández e constantes em sua própria vida.

A unidade do poema se fragmenta em três ações: chegou (**llegó**), vem (**viene**) e estou, como verbo de uma frase nominal (**Com tres heridas yo:**). As estrofes se dividem como em uma filiação: a primeira produz a segunda; a segunda produz a terceira, onde está o todo. O resultado harmônico dá unidade.

O amor, iniciando a primeira estrofe, mediano a segunda e terminando a terceira, fecha o círculo vital do poema, da obra do poeta e do próprio poeta. Como o poema apresenta um movimento em etapas estróficas, faz lembrar as três etapas de via mística ou a maneira, através de etapas, de se efetuar a elevação da alma ao mundo da Idéias, segundo Platão.

Em suma, o poema sintetiza o percurso dolorido da vida existencial de Miguel Hernández e reproduz a temática amor-morte de sua obra.

Hermógenes Lima da Fonseca
O Fenômeno Eleitoral de 1947 ()*

Yedo Alberto de Menezes Freire

Vitória-ES, 19 de julho de 1995

() Trabalho Monográfico realizado em conclusão ao bacharelado em História, sob a coordenação do Professor Miguel Depes Tallon no Curso de História da UFES*

AGRADECIMENTOS

Ao professor, Miguel Depes Tallon, por despertar em mim um interesse especial pelo Espírito Santo e principalmente pela figura de Hermógenes Lima Fonseca.

DEDICATÓRIA

A todos aqueles, que de alguma forma contribuíram para minha formação, em especial minhas filhas, Valéria e Raquel.

APRESENTAÇÃO

1. A pesquisa que aqui se desenvolve procura mostrar um pouco da vida de Hermógenes Lima Fonseca, e analisar as atividades desenvolvidas no período de seu mandato de vereador exercido na câmara Municipal de Vitória, a partir do ano de 1948 até 1951, como sua trajetória política; além de fazer um estudo das forças políticas que atuavam no Estado e na capital, diagnosticando a tática utilizada pelo Partido Comunista na véspera da sua ilegalidade e esclarecer o motivo da grande obtenção de votos pelo candidato Hermógenes no pleito municipal de novembro de 1947.

HERMÓGENES LIMA FONSECA: O FENÔMENO ELEITORAL DE 1947

CAPÍTULO I

A ABERTURA POLITICA DE 1945

2. No início da década de 40, a maioria dos membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), encontram-se presos ou foragidos. Esta organização apresenta-se desarticulada sob o olhar firme de Getúlio Vargas. Com muito esforço e sob sua influência cria-se na Bahia a União Nacional dos Estudantes(UNE); *“o papel principal coube a Antônio França(então com 25 anos), que se tornaria membro do comitê regional de Pernambuco em 1941 e serviu como secretário geral nos três primeiros anos de vida da organização”* (1).

3. As derrotas militares sofridas sucessivamente pela Itália e Alemanha em 1943, têm reflexo imediato no Brasil. Entidades organizadas, principalmente a UNE, onde atuavam os comunistas, relegam segundo plano a situação nacional e exigem a participação do Brasil na guerra. Mesmo na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil se reorganiza, *“entre aqueles organismos teve sem dúvida papel de destaque o Distrito Federal, que recebeu de início a denominação de Comissão Nacional de Organização Provisória”*(2), tendo como objetivo a organização a rearticulação dos Comunistas e a tarefa de realizar uma conferência.

4. A CNOP era chefiada por Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos e ainda contavam com ajuda dos comunistas do Pará, João Amazonas, Pedro Pomar, Basbaum e Arruda, os dois últimos incorporados ao grupo mais tarde, onde desempenharam um papel importante no contexto político partidário. *“Concordavam ambos em que seria vantajoso nomear o encarregado Prestes chefe de qualquer nova organização Comunista Brasileira de âmbito nacional”*(3). Graças ao trabalho de organização da CNOP” a realizar-se em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, uma conferência

em 27, 28 e 29 de agosto de 1943 que ficou conhecida como II Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil(4), teve a participação de 14 militares, todos eleitos para o CC (Comitê Central), o que causou muita discordância, sendo acusados de reorganizar o Partido para proveitos próprios.

5. Além de escolherem Luiz Carlos Prestes para secretário geral do Partido, tiraram as seguintes resoluções: aprovação do relatório que descrevia a guerra como sendo libertação dos povos nacionais oprimidos pelo fascismo; considerado o que chamava de reviravolta na orientação da política externa Brasileira a partir de 1942. A conferência adotou uma posição de União Nacional em torno do governo para a luta contra o Nazi-Fascismo e reconheceu a necessidade de lutar pela anistia dos presos políticos. A aprovação destas diretrizes causa opiniões contrárias, dentro da UNE, quando alguns estudantes não concordaram com o apoiou por parte do Partido a Getúlio. A luta pela anistia é colocada em prática, pressionada pelas manifestações populares, na tarde de 18 de abril, assina-se um decreto anistiando 148(cento quarenta e oito) presos políticos. “*Sob a liderança de Prestes, o Partido Comunista do Brasil conquista dezenas de milhares de membros em 1945, graças à legalização obtida de um governo aparentemente bem-disposto para com o Partido, do entusiasmo generalizado por Prestes e pela União Soviética, e do programa do Partido, extremamente moderado e direitista*”(5).

6. Forjada a unidade partidária em torno de Prestes, o Partido que esteve na iminência de desaparecer do cenário político Brasileiro, inovando sua forma de atuação, lança a candidatura à presidência da República formando uma chapa eleitoral “*pura sem coligar-se com outros partidos políticos, que tinha como finalidade divulgar suas propostas e eleger representantes à constituinte, indica o nome de Yêdo Fiúza, o candidato civil. o administrador, o técnico e o democrata*”(6).

7. O Partido Comunista alcança um resultado satisfatório, ficando em terceiro lugar, elegendo uma bancada onde a sua maioria é composta de lideranças ligada a CNOP, permanecendo os mesmos no Partido durante a quarta república. Foram eleitos, “*Luiz Carlos Preste, o único a ser eleito senador, e os deputados Mauricio Grabois, Carlos Marigehela, João Amazonas, Agostinho Dias de Oliveira, Milton Caires de Brito, José Maria Crispin, Joaquim batista Neto, Alfredo Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Claudino José da Silva, Jorge Amado, Abilio Fernandes, Alcides Sabença e Osvaldo Pacheco da Silva*”(7), no total de 14 deputados e 1 sena-

dor. Apesar de uma bancada coesa, não conseguem aprovar nenhum projeto, merecendo destaque apenas pela sua posição ideológica e utilizando seus mandatos para organizar o povo nas suas lutas.

8. Com início da guerra fria, os partidos comunistas, não só no Brasil, mas em outros países sofrem perseguições. No Brasil utiliza-se de argumentos fantasmagóricos como duplicidade no estatuto do Partido Comunista, onde em janeiro de 1947, o governo declara oficialmente que o estatuto registrado no Supremo Tribunal Federal é falso e através de um parecer em fevereiro inicia-se o processo de cassação deste Partido político. Em maio de 1947 deixa de existir. Em janeiro de 1948 entra o pedido de extinção dos mandatos dos deputados comunistas em todo o país.

CAPITULO II

A COMPOSIÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS NO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE: 1945/47

9. Com o processo de redemocratização estabelecido a partir de 1945, onde ressaltamos que não houve uma ruptura total com o Estado anterior, as composições das forças políticas no Espírito Santo, como em todo território nacional, herda de maneira clara as práticas políticas organizacionais do Estado anterior, na sua forma elitista, beneficiando acima de tudo o novo sistema partidários com exceção do Partido Comunista que, mesmo diferenciado, utiliza-se deste recurso a nível nacional com a figura de Luis Carlos Prestes.

10. Além de *“Permissão para registro de partido de qualquer natureza ideológica ao lado de dispositivos que permitem o cancelamento do registro partidário.”*(8), dispositivo abrangente e regulador que serviu para a cassação do Partido Comunista, a *“reorganização partidária propiciou às lideranças políticas, tanto as que estavam no poder como aquelas que estiveram desalojadas, campo para novas articulações e reacomodações internas. A partir daí elas reconstruem seus espaços de luta visando viabilizar, pela via democrática formal, o acesso ao controle do aparelho do Estado”*(9).

11. Dentro destes aspectos todas as forças políticas a nível nacional aportaram no Estado. Antes, porém, destacaremos quais camadas sociais

abrigaram estas forças emergentes no Espírito Santo, no sentido de que dividia em duas camadas distintas: uma localizada na área rural do Estado e outra no meio urbano, sendo que a primeira, *“na realidade, grande parte dela era oriunda da colonização estrangeira realizada nas últimas décadas do século XIX e início desse século”*(10), que se constituía de pequena produção rural e a segunda, *“constituída no seio das classes populares urbanas, formadas, principalmente, no setor terciário da economia e localizada nos pólos irradiadores da dinâmica economia regional - Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e mais no fim do período, Colatina. Essas forças apesar de não representarem grande número no conjunto delineado, constituíam um grupo que podia pender o fiel da balança política para lados distintos”*(11). Utilizando-se destes dois segmentos, as forças políticas buscam consolidar suas bases no Espírito Santo, ressaltamos que *“as possibilidades de cada partido para penetração e fundação de suas estruturas iniciais, estiveram, evidentemente, ligadas aos recursos que dispunham, mas sobretudo, à existência de lideranças, no Espírito Santo, solidários com aquelas existentes no Partido e suas respectivas propostas político-partidárias”*(12)

12. A articulação com as forças sociais era efetuada pelas lideranças que tinham como principal objetivo a chegada ao poder no Estado onde *“as pertencentes a um mesmo conjunto de forças sociais, mas que, no plano político, se dividiam para garantir sua permanência no controle do aparelho regional. Temos como exemplo: Carlos Lindemberg(UDN), Manoel Silvino Monjardim(PSD) e Adelpho Poli Monjardim(PTB); Jones dos Santos Neves(PSD) e Guilherme dos Santos Neves(PTB)”*(13). Nota-se que o grupo político se esfacela com o objetivo claro de atuação voltada para obtenção do poder.

13. Por outro lado as novas lideranças que surgiram em função da maior diferenciação social, e da ocupação de novos espaços territoriais no norte do Estado do Espírito Santo. Podemos destacar: *“Eurico Rezende(UDN), Fernando Duarte Rabelo(PDC), José Cupertino de Almeida(PSD) - representantes da classe média urbana -; Saturnino Rangel Mauro(PTB), Benjamin Campos(PCB) representantes das classes populares urbanas; e, entre as segundas: Wilson Cunha(PR), Moacyr Brotas(UDN), Alberto Ceolin(PRP)”*(14). Observa-se que as lideranças encontraram no pluripartidarismo espaço para se manterem distantes uma das outras com perspectiva de remanejamentos e arranjos dos mais diversos

possíveis, facilitando articulação. que objetivasse a chegada ao poder.

14. A fundação dos diretórios partidários no Espírito Santo merecem atenção. Neste sentido demonstraremos como ocorreram suas instalações no Estado. *“A forma como o Partido Social Democrático foi organizado no Espírito Santo é particularmente elucidativa, no que se refere a garantia da permanência na direção do aparelho regional de Estado. Neste sentido a estratégia adotada pelo então interventor estadual Jones dos Santos Neves- foi a de agregar em torno desse partido o maior número possível de lideranças políticas e suas respectivas correntes ou facções”*(15), não importando com as questões ideológicas.

15. Já o Partido da União Democrática Nacional-UDN, teve sua base ampliada além da capital para o interior do Estado centrada em elementos da elite intelectual tendo à frente o médico Dr. Mileto Rizo, *“com isso, a UDN reuniu a maioria dos não getulistas do Espírito Santo, as lideranças locais rivais encasteladas no PSD, além de elementos pertencentes a uma mesma força política mas que se dividiam, apenas aparentemente para garantir sua permanência no poder, como é o caso dos irmãos Lindemberg, que tentam prosseguir a estratégia de seus tios Bernardino e Jerônimo de Souza Monteiro. Assim, a UDN se constituiu, nesse momento inicial, no segundo maior partido do espírito Santo”*(16), no tocante ao PTB que se articula e tem sua principal fonte de militantes os remanescentes do movimento queremista no Estado sendo mesmo rearticulado sob intervenção direta a nível nacional de Vargas. *“Os organizadores do diretório estadual do PTB eram: empresários industriais, proprietários urbanos, exportadores, comerciantes e lideranças sindicais como o ferroviário Saturnino Rangel Mauro, que estabelecia o elo de ligação com as classes trabalhadoras urbanas”*(17). Desta maneira se compunha os alicerces sociais em que o PTB se sustentava, se constituindo já em 1945 como terceira força política do Estado. A respeito do Partido Republicano PRD, tinha seus sustentáculos vinculado aos grupos cristãos católicos tendo à frente o Dr. Alberto Stange Júnior. *“Assim, em sua missão de fundador do Partido, ele se valeu da sua condição de Presidente da Convenção Batista Capixaba, e de Ex-venerável da maçonaria no estado e de diretor do colégio Americano de Vitória. Dessas organizações ele retirou os elementos que auxiliaram nas atividades de constituição das bases do Partido, assim como, as lideranças partidária”*(18).

16. Vale destacar que este Partido foi o primeiro a obter seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. No tocante à esquerda no Espírito Santo o Partido Comunista reaparece onde, *“O PCB não foi fundado nesse momento, ele apenas readquiriu seu status legal para poder competir. Seus remanescentes, no Estado, remontam ao movimento da Aliança Nacional Libertadora encaminhado no interregno democrático dos anos 30. Fundada, nessa época, em Cachoeiro do Itapemirim. A aliança Nacional Libertadora estruturaria os embriões do Partido Comunista”*(19); na realidade o Partido não tinha grandes espaços políticos em consequência de grande concentração populacional no meio rural onde quem tinha a hegemonia neste setor eram os conservadores. destacamos ainda que nas eleições de 45 e 47 o Partido Comunista, no Estado, disputou em pé de igualdade com o PTB e outros partidos, principalmente nos núcleos urbanos onde tinha influência.

17 Em função das eleições de 1947, surgem no cenário espírito-santense novas agremiações políticas que tinha como objetivo a disputa eleitoral que se avizinhava. O surgimento destes partidos ocorrem pelo fato da falta de espaço nos partidos considerados “grandes” onde lideranças com o intuito de disputar o pleito fundam novas agremiações ou utilizam de siglas partidárias para concorrerem, *“privado da alternativa de lançar-se candidato ao governo do estado pelo PSD, Atílio Vivácqua, abrigar-se-ia no Partido Republicano PR, que estava em vias de formação no Espírito Santo candidatando-se por esse Partido”*(20). O surgimento deste Partido é peça fundamental deste trabalho pois o mesmo abriga Hermógenes Lima Fonseca, credenciando-o à disputa ao pleito municipal de novembro de 47. Vale ressaltar que o aparecimento deste Partido difere das suas origens a nível nacional; *“assim, enquanto no plano nacional surge o PR de dissidência da UDN, no Espírito Santo ele surge de dissidência do PSD”*(21), demonstrando desta maneira que a política espírito-santense neste determinado período transcende e se mantém até certo ponto diferenciada da conjuntura nacional e que os interesses regionais sobrepe o nacional no tocante à luta pelo poder no Estado. Neste sentido *“em 28 de novembro, anuncia que o Partido foi formalmente constituído, no Estado tendo como presidente do diretório regional: Manoel Silvino Monjardim; como secretário geral Edgard Castro e como tesoureiro Ailton Tovar”*(22). Este era o quadro político partidário da composição de forças no Estado do Espírito Santo durante o período estudado neste trabalho, onde destacamos apenas o que consideramos impor-

tante para a compreensão do Fenômeno eleitoral ocorrido nas eleições municipais de 1947 na capital do Estado do Espírito Santo.

CAPITULO - III

A FIGURA

16. Filho de Rosa Lima Honorato e Manoel Fonseca Filho, nasceu no dia 12 de dezembro de 1916 em Conceição da Barra. Reside nos dias atuais no Pixingolê. Pixingolê, segundo a definição do Hermógenes é assim: *“Criastes, também um paraíso terrenal, em Conceição da Barra, ilha de mouros que se chama pixingolê, não me refiro ao sítio, ao espaço físico com seu córrego e sua multidão de insetos. O pixingolê é a Emilia de Monteiro Lobato - a independência de e “astuciar astúcias” e, entre seus frutos temos o excelente trabalho vosso”*(23).

17 Aos doze anos de idade embarca no barco de nome Lud e aporta pela primeira vez em Vitória. O seu primeiro serviço nesta cidade foi na casa da família Monteiro na ilha, enquanto sua mãe já viúva morava em Paul. *“Suas atribuições no primeiro serviço era o de carregar lenha, carvão, varrer casa etc., enfim, serviço doméstico”*(24). Devido a um mexerico sai da casa onde morava e vai morar em um orfanato onde tem os primeiros contatos com as letras e aprende uma profissão pois trabalha na alfaiataria e sapataria mantida pelo orfanato. Neste ínterim, *“sua mãe contrai o seu segundo matrimônio com o estivador de nome Terenço Costa, que em seguida arrama um emprego de estafeta na Western, passando a praticante aos 13 anos de idade, seguindo carreira nesta firma onde neste mesmo ano é recrutado pelo Partido Comunista O primeiro contato foi com o pessoal das docas e estivas e foi neste ambiente, através de Clementino Santiago que o convida a ingressar no Partido”*(25). Vale ressaltar que o ambiente do Porto de Vitória e Vila Velha era freqüentado por Hermógenes, pois o seu padrasto era estivador e sua entrada no Partido Comunista ocorre no período de pequena legalidade. Na implementação do Estado Novo, Hermógenes e seus camaradas sofrem perseguições sendo os mesmos presos e passando pelas mãos do Estado repressor.

18. Continua estudando e em 1944 completa o curso de contabilidade e é diplomado pela academia de comércio de Vitória como contador. A par-

tir de então pede demissão da Western e vai praticar sua nova profissão como contador do Sr. Manoel Francisco Gonçalves. Neste momento suas atividades São divididas entre a vida profissional e a militância no Partido Comunista. *“A partir do ano de 1946, monta os seu próprio escritório de contabilidade se especializando em contabilidade sindical, ajudando a criar vários sindicatos. Entre eles citaremos o dos comerciários, dos rodoviários além de assistência localizada na área portuária como arrumadores, estivadores, conferentes, doqueiros”* (26.) Atua de forma decidida *“na criação da associação das batucadas de vitória, criando várias escolas de samba principalmente no morro da fonte grande onde fixa residência, e nos morros adjacentes da capital”*(27). Desta forma inicia-se sua atuação na área cultural do Estado, além de sua atuação política, que merece um capítulo a parte neste trabalho destacando o seu trabalho *“como folclorista, também idealizastes a criação da Vila dos Confins, cidade utópica, mas não nostálgica, com sua capelinha, coreto, hotequins, pensões, verdadeiro museu vivo erguido no aterro da Comdusa, no Suá. Recriastes, em 1984 e 1985, outro natal com pastorinha e folia de reis, prova de quanto devo ao Estado e ao Brasil a vossa imaginação, capacidade de realizar, junto ao povo, como homem comum, com o capixaba autêntico, para qual sois carinhosa e simplesmente seu Armojo”*(28).

19. Dedicar-se após o seu mandato de vereador na capital às questões culturais do Estado. Em 07.06.1985 assume na Academia Espírito-santense de Letras a cadeira número vinte três, em lugar de Beresford Martins Moreira, tornando-se imortal. *“A aceitação de Hermógenes Lima Fonseca na Academia Espiritosantense de Letras não representa só um avanço político. Representa também a reabilitação política de um homem que se manteve sempre fiel a suas convicções e incentivando o novo, o diferente e a cultura popular que a o contrário do que sempre se quis fazer pensar, nunca foi estática, imobilista e, portanto morta.”*(29). Além de assumir a academia de Letras do Espírito Santo, Hermógenes, por indicação do historiador Elmo Elton faz parte do Instituto Histórico e Geográfico, onde seus estudos sobre o povo do Estado o credenciam como historiador. Hermógenes hoje em dia se dedica apenas à poesia, vivendo em pixingolê em harmonia com a bela natureza que o cerca e seus colibris que o despertam todos os dias com cantigas alegres.

CAPÍTULO - IV

OS REAJUSTAMENTOS PARA CONCORRER AO PLEITO DE 1947

20. Com a aproximação do pleito municipal de 47, devido a suposta ilegalidade que se concretiza sobre o Partido Comunista, força política que estava em ascensão no cenário político Espírito-santense pois saía vitorioso das eleições para a assembléia estadual elegendo Benjamim Campos, *“inicia-se articulação com Edgard Castro, secretario do PR (Partido Republicano), que convida Hermógenes para disputar o pleito que se avizinha utilizando o PR. Este convite ocorre devido vários fatores entre os quais podemos citar: 1- A atuação de Hermógenes junto as camadas populares de Vitória; 2- Sua participação nos movimentos organizados como “os sindicatos os quais ajudou a construir e dava assistência no tocante a contabilidade dessas organizações”*(30); 3- sua participação na vida cultural da cidade pois o mesmo ajudou a construir as organizações camavalesca na capital; somando a estes aspectos destacamos ainda *“a política do Partido Comunista que determinava que o militante tinha que ter um vínculo direto com as massas”*(31). Com todo este trabalho junto ao povo Hermógenes e convidado a ingressar no Partido Republicano, que depois de uma consulta ao Partido Comunista que se encontrava em vias de se tornar ilegal, recebe o aval desta organização aceitando o convite que lhe foi feito. Vale destacar que esta manobra ocorre 02(duas) semanas antes do pleito .

21. A campanha eleitoral inicia-se após os registros das candidaturas, *“eram realizados comícios relâmpagos, na entrada das fábricas, acompanhado de planfletagens, com a presença de Hermógenes, além de na hora do almoço o candidato se fazia presente junto aos trabalhadores, principalmente aos da área portuária fazendo contatos políticos e propaganda”*(32). na parte noturna eram realizados comícios em diversos bairros da cidade. Em relação a estrutura de campanha, *“devido a seu bom relacionamento com comerciantes e empresários, recebia ajuda para colocar em ação sua campanha”*(33), vale ressaltar que a garimpagem de votos se deu de maneira democrática sem a intervenção da policia local.

22. Destacamos ainda o quadro de força política que se configurava em Vitória. onde, *“se dividia em duas familias tradicionais, os VENHA A*

MIM- termo utilizado para denominar a influência dos Monjardins, que tinham sua área demarcada do mercado da Capixaba estendendo-se à Jucutuquara; e os *AGARRA-ME*- denominação dada a família dos Aguirres, quem tinha influência nas áreas do Morro do Saldanha à Vila Rubim; sobrando para o candidato Hermógenes apenas o Morro da Fonte Grande onde residia”(34), sendo assim determinadas as áreas de influência políticas da capital do Espírito Santo no ano do pleito eleitoral de novembro de 1947. A candidatura de Hermógenes tinha suas bases eleitorais nos movimentos organizados, sindicatos, meio cultural através das União das Batucadas que atingia o bairro onde residia e sua vizinhança, além de manter um bom relacionamento com uma certa parcela das classes média e alta da capital.

23. O discurso do candidato seguia as diretrizes do Partido Comunista, que determinava o tom radical da campanha, “onde seus pronunciamentos tinham como ponto central a questão nacional, batendo de frente ao governo Dutra, cujo o mesmo era citado pelo candidato como marionete dos Norte Americanos, onde já na época defendia a soberania nacional”(35).

24. As eleições transcorrem normalmente...”E as eleições chegaram... Sim, leitor amigo! As eleições, bicho papão dos sem méritos, mais uma vez chegaram. E chegaram cedo demais...E com elas, a festa multicolor, alegre e brejeira das faixas que se estendem por todos os cantos, numa verdadeira algazarra de menino malcriado que não para . Qualquer aragem, por mais fraca que seja, fã-las balouçarem-se, como pandolgas ao sabor do vendavais. O espetáculo das faixas, principalmente para nós, cidadãos curados de todos os enganos, conhecedores profundos da leviandade humana, tem, ainda, algo de interessante: é a parada de prometimento. Cada qual, mais estapafúrdica. Igual, igualzinha a esta parada de fictícias promessas, está, a dos cartazes, com suas bizarras cores e seus mundos de ‘futura realizações “ Quanta ironia, santo Deus, quanta coragem no palavrório empregado!... Uns mais comedidos, lançam apenas á imortalidade das paredes, os seus nomes . Outros, mais destemerosos, mais remplis, prometem universos de coisas imaginária, dignas de outros volumes complementares das “mil e uma noites” promessas que muito se parecem com essa bola de sabão que costumamos a fazer quando criança, ou então com esses maravilhosos cenários que “vemos” nas encantadoras historietas cantadas pelas massas mucanas, nos intêrminos e românticos serões pro-

vincianos e que como vendavais somente passam, sem ficar...Não, circunspecto leitor! Não brincamos com coisas séria como sabem ser as eleições!...Se tal fizéssemos, seríamos candidato, também ...Pelo contrário! Levamos o caso mais sério do que muito candidatos. E a prova é que estamos assistindo de camarote. O picadeiro fica para os artistas...Quer um exemplo? Como poderá levar a sério uma eleição um homem que promete para Vila Rubim, para sua parte alta, uma estrada de ferro, ou aquele outro que prometeu ao eleitorado uma subway ligando Vitória a Vila Velha? Francamente, essa grande parada democrática não está sendo bem compreendida. ou então, que não está compreendendo bem a coisa é este zoilo que macula estas linhas . “Demos tempo ao tempo” como diz lá o imortal Escrich, e esperamos o resultado. Pode ser que melhore”(36).

25. Este era o quadro das eleições municipais analisado por José Luiz Holzmeister no editorial de uma revista que circulou nas véspera do pleito, na tentativa de enquadrar o candidato Hermógenes nestas circunstancias acima citada, o seu relacionamento ocorre no tocante as pixações realizadas nos muros da cidade, pelos seus camaradas de Partido, tornando-se desta maneira imortal. O pleito transcorre na mais calma normalidade; a apuração do pleito ocorre também sem nenhum transtorno e sem fraude, “pois participavam da mesa apuradora vários conhecidos do candidato que ajudavam a fiscalizar o pleito”(37), a surpresa ocorre quando divulgado o resultado das eleições, neste sentido ressaltamos o seguinte quadro: “No Espirito Santo totalizava o montante de 101.342 eleitores em 1947.”(38), na cidade de vitória o quadro eleitoral se configurava da seguinte maneira: “Totalizando o número de eleitores de 23.146, tendo como válidos no pleito de novembro de 1947 o montante de 7.161”(39), deste montante Hermógenes obteve a quantidade de 749, votos com o percentual de 10,45% dos votos na cidade de Vitória, tornando-se desta maneira um FENOMENO ELEITORAL, elegendo 50% do parlamento municipal. Vejamos o quadro dos mais votados nas eleições:

<u>Candidato</u>	<u>Votos</u>	<u>Partido</u>
Hermógenes Lima Fonseca	749	PR
Oscar Paula da Silva	434	PTB
Altamir Farias	260	PTB
Ithobal Campos	206	UDN
Otacílio Lomba	190	UDN

*(40)

26. Sendo eleito pelo Partido Republicano, pelo qual concorreram 15 candidatos:

Hermógenes Lima Fonseca	749 votos
Ayrton Machado	169 votos
Oscar Rodrigues	98 votos
Alceu Aleixo	81 votos
Ethereldes Santos	80 votos (41)

27. Hermógenes toma posse em sessão extraordinária realizada em 2 de janeiro de 1948, em discurso no qual *“lamenta não ter a glória de tomar posse pela legenda do Partido Comunista”*(42). Em decorrência de seu pronunciamento Pedro Maia faz uma intimação pedindo retratação do mesmo na próxima sessão, o que não ocorre. Desta forma, fica demonstrado o seu perfil comunista, adquirido durante o seu longo tempo de militância.

CAPÍTULO - V

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

28. A atuação no parlamento municipal de vitória foi pautada e norteadada pela direção do Partido Comunista e, por outro lado, pela iniciativa do próprio vereador, que na tribuna, em seus pronunciamentos, era mesclada a política do Partido a nível nacional bem como o pensamento do vereador, além de ter um mandato voltado para o bem estar dos cidadãos da capital. Desta forma merece ressaltar alguns projetos apresentados em seu mandato: *“Levo ao conhecimento de V.Ex.a, e demais membro dessa assembléia, que foi aprovado, unanimemente, em sessão realizada no dia 10 do mês em curso, o requerimento formulado pelo vereador Hermógenes Lima Fonseca, hipotecando o apoio desta câmara ao projeto de lei de autoria do deputado Jefferson Aguiar, para encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica”*(43).

29. Se levarmos em consideração esse período, demonstra-se claramen-

te a política adotada pelo Partido Comunista na época do mandato de Hermógenes Lima Fonseca, não diferenciando a luta atual deste partido contra a privatização das empresas, consideradas estratégicas, onde no ano em questão a luta era travada no sentido da estatização desta empresa, cujo projeto só vigorou na década de 60(sessenta), através dos governos militares.

30. Destacamos ainda sua atuação em prol das comunidades de Vitória, *“tendo o plenário, em sessão realizada no dia 11 do corrente aprovado o parecer oferecido pela comissão de orçamento e finanças, exame de conta e balanço, à indicação apresentada pelo vereador Hermógenes Lima Fonseca e Alveu Moreira Pinto Aleixo, para ser levado a efeito o calçamento do trecho compreendido entre o mercado da vila Rubim e a ponte Florentino Avidos (lado mar), solicito as providencias de V.Ex.a no sentido dessa prefeitura orçar o referido serviço, bem como dizer as possibilidades da verba própria”*(44), como, *“pelo presente venho reiterar a V: Ex.a, o pedido constante do requerimento transcrito em ofícios desta câmara, sob número, 93 e 294/48, à vista da solicitação verbal do vereador Hermógenes Lima Fonseca, aprovado em sessão realizada no dia 21 do corrente, estado o requerimento aludido, concebido nos seguintes termos: Tendo em vista o estado precário da subida do Morro da Fonte Grande, no final da rua Graciano Neves, em frente à rua Maria Saraiva, já causando acidentes, pois senhoras e crianças descem com dificuldade e risco de cair, o vereador abaixo assinado, requer, ouvida a casa, providencias do poder executivo para melhoria da referida subida mandando construir uma rampa ou uma escada melhor naquela local”*(45).

31. Além dos bairros da capital, Hermógenes se preocupava com as vias públicas. Veja-se: *“encareço as providencias de V: Ex.a no sentido de ser atendida a solicitação contida no requerimento de autoria do vereador Hermógenes Lima Fonseca, aprovado em sessão realizada hoje que faço transcrever abaixo: O vereador infra assinado, usando das atribuições que lhe são conferidas, requer, ouvida a casa, que se oficie ao poder executivo solicitando providências no sentido de serem aterradas, as poças d’agua existentes na travessa do sacramento, formada pela chuvas. Existindo naquela travessa armazéns de café e cereais; os caminhões que ali descarregam deixam cair café e grão de milho que fermentarão e logo estarão exalando mau cheiro”*(46); sobre a iluminação pública destaca-

mos: “Agradeceria as providencias que V.S.a. adotasse no sentido de ser levado em consideração a solicitação contida no requerimento de autoria dos vereadores, Hermógenes Lima Fonseca, Augusto Sergipense Penha Júnior e Ethereldes Queiroz do Valle, aprovado em sessão realizada no dia 6(seis) do corrente, que faço transcrever abaixo: Os vereadores abaixo assinados, depois de ouvida a casa, requerem que seja oficiada à Cia Central Brasileira de Força Elétrica, solicitando, que seja a rede de iluminação elétrica estendida até o morro do Jaburú, para atender as necessidade dos inúmeros moradores daquele local”(47).

32. Esses projetos de leis demonstram claramente a característica de atuação do parlamentar sua preocupação com as comunidades locais, o que determina o caráter popular, além da preocupação com os servidores municipais, “*pelo presente, reitero a V.Ex.a, a solicitação contida no ofício de número 596/48 dirigido a essa prefeitura, por esta câmara o qual está concebido nos seguintes termos: A vista do requerimento verbal apresentado pelo vereador Hermógenes Lima Fonseca, aprovado em sessão realizada no dia 17(dezessete) do corrente mês, solicito de V.Ex.a., a fineza de informar, se existe nessa prefeitura regulamento dos serviços de parques e jardins, e caso afirmativo, seja enviada, a esta câmara uma cópia, afim de que melhor possa ser estudado um projeto de autoria do vereador Alceu Aleixo*”(48), isto demonstra a preocupação e compromisso do parlamentar com o operariado municipal, vinculado diretamente a Prefeitura Municipal, preocupação e propostas, vinculadas ao norte ideológico do Partido Comunista que julgasse defensor da classe operária; além destas propostas apresentadas destacamos ainda: “*Pelo presente reitero a V.Ex.a., solicitação contida no ofício de número 597/48, dirigido a esse gabinete, por esta câmara, o qual está concedido nos seguintes termos: A fim de ser atendido o requerimento verbal apresentado pelo vereador Hermógenes Lima Fonseca, aprovado em sessão realizada no dia 17 (dezessete), do corrente, solicito de V.Ex.a., informar se existe algum contrato entre essa prefeitura e a empresa de ônibus que faz o serviço de transporte entre a cidade e os bairros de Maruípe e Mulembá, e, caso afirmativo, seja enviado a esta câmara, copia do mesmo*”(49).

33. Esta foi a atuação do parlamentar Hermógenes Lima Fonseca no parlamento municipal da cidade de Vitória, voltado como podemos observar para a melhoria e bem estar da população, além da função de fiscalizar

o poder executivo municipal; destacamos ainda para efeito de informação que todos os projetos de leis e solicitações, com, requerimentos foram atendidos por parte do poder executivo, outro detalhe interessante e que, o salário recebido pelo vereador era administrado pelo Partido Comunista, que retinha— 70% dos vencimentos do parlamentar, prática esta exercida até os dias atuais. Demonstraremos a cronologia do mandato do referido vereador eleito pelo PR, mas permanecendo Comunista: Eleito para o cargo de vereador em 31.12.1947; eleito para o cargo de membro da comissão de finanças em 31.12.1947; eleito primeiro secretário da mesa diretora, em 05.01.1950; reeleito para comissão de finanças em 05.01.1951.

CONCLUSÃO

34. A figura de Armojo, como o povo o chama, é de fundamental importância na historiografia Capixaba, por se tratar de um elemento ativo ainda nos dias atuais e pela sua contribuição nos aspectos culturais e históricos deste estado. O resgate deste personagem contribui para entender o funcionamento das estruturas políticas da capital do Espírito Santo no período de 1945 a 1950, remetendo uma visão mais aprimorada dos dias atuais, no tocante a atuação do Partido Comunista que apesar de transcorridos 45(quarenta e cinco anos) anos, algumas práticas permanecem na atualidade. Verificar os motivos que levaram a expressiva obtenção de votos por parte do candidato “Armojo” é de fundamental importância, pois se se comparar nos dias atuais a percentagem de votos obtidos pelo candidato pode ser considerado um Fenômeno na História política espírito-santense. Desta maneira espero estar contribuindo com o trabalho de resgate da História viva do Estado, que acredito ser o papel do Historiador.

NOTAS:

- 1- Dulles, John W.F.- O Comunismo no Brasil, Ed. Nova Fronteira- 1985, Pg,224
- 2- CARONE, Edgar. - A Terceira República (1937-1945) Ed, Difel, Pg.487
- 3- DULLES, John W.F.- O Comunismo no Brasil, Ed, Nova Fronteira-195, Pg,224
- 4- Idem, Pg, 249.
- 5- Idem, Pg, 251.

- 6- CARONE, Edgar.- A República Liberal. Instituições e Classes Sociais(1945-1964) Ed. Diffel. Pg. 335
- 7- Idem- Pg. 336
- 8- ZORZAL, Marta- Estado e Poder no Espírito Santos. Pg. 246
- 9- idem, pg. 247.
- 10- idem, pg. 251.
- 11- idem, pg. 251.
- 12- idem, pg. 252.
- 13- idem, pg. 256.
- 14- idem, pg. 256.
- 15- idem, pg. 258
- 16- idem, pg. 262
- 17- idem, pg. 265
- 18- idem, pg. 265
- 19- idem, pg. 266
- 20- idem, pg. 272
- 21- idem, pg. 272
- 22- Jornal "A Gazeta" em 19.11.46, 1 .página - O PL entre nós.
- 23- Discurso por Renato Pacheco na Posse do Hermógenes na AEL, em 07.06.85.
- 24-Entrevista cedida a Yêdo Freire em abril de 1995.
- 25,26, 27 - idem.
- 29- idem ao n. 23.
- 30- idem ao n. 24
- 31,32,33,34,35- idem
- 36- Revista Vida Capixaba n.669 - Vitória, 30-11-1947 Anexo III
- 37- Entrevista cedida a Yêdo Freire em abril de 1995.
- 38- Tribunal Superior Eleitoral - Dados Estatísticos Eleições Federais. Estaduais e Municipais realizada no Brasil a partir de 1945, Ed. D.O.I.N., 11964.
- 39- Idem.
- 40- Jornal A Gazeta n.5303, Ano 20- dia 06 de dezembro 1947. Pg. 1.
- 41- Idem.
- 42- Entrevista a Yêdo Freire em abril de 1995.
- 43- Comunicação 729/48 de 24 novembro de 1948 da câmara municipal de Vitória.
- 44- Solicitação 615/48 de 15 outubro de 1948 da câmara municipal de Vitória.

- 45- Reiterando pedido 425/48 31 julho de 1948 da câmara municipal de Vitória.
- 46- Solicitação 363/48, 9 de julho 1948 da câmara municipal de Vitória.
- 47- Solicitação 609/48, 8 de outubro 1948 da câmara municipal de Vitória.
- 48- Reiterando pedido 661/48, 5 de novembro 1948 câmara municipal de Vitória. 49- Reiterando pedido 665/48, 5 de novembro 1948 câmara municipal de Vitória..
- 49- Reiterando pedido 665/48, 5 de novembro 1948 câmara de Vitória.

HISTÓRIA ELEITORAL E PARLAMENTAR DO PCB NO ESPÍRITO SANTO DE 1945 A 1992

*Rafael Claudio Simões
Wania Malheiros Alves¹*

Introdução

O presente trabalho é parte de um amplo projeto de pesquisa que se destina a levantar e registrar história do PCB no estado do Espírito Santo. Com isso, pretende-se não apenas fixar a memória histórica deste partido no estado, mas também aquilatar o grau de sua influência na construção da história e da identidade política da sociedade capixaba. Essa constitui uma tarefa tanto mais urgente quanto mais se verifica um processo vertiginoso de industrialização e crescimento econômico do estado, iniciado em fins dos anos 70, que pode vir a transfigurar a memória passada pela ação de novas identidades que surgem, sobretudo no campo da história e da cultura política locais onde o PCB deixou suas principais marcas.

Para o levantamento da história eleitoral do PCB, foram utilizadas fontes tais como: entrevistas com antigos militantes comunistas; jornais - A Gazeta, A Tribuna, Folha Capixaba e Correio de Vitória ; documentos do partido - atas, panfletos, manifestos, etc. -; e as publicações do TSE - "Dados Estatísticos" - sobre resultados eleitorais, do 3º ao 9º volume.

- 1 - Rafael Claudio Simões, graduado em História pela UFES(Universidade Federal do Espírito Santo) e bolsista do CNPq.
Wania Malheiros Alves, doutora em Ciência Política, professora do Departamento de História da UFES.*

Para a montagem da história especificamente parlamentar do Partido, trabalhou-se com dados obtidos de cinco (5) tipos de fontes primárias, a saber: os arquivos das casas legislativas municipal, estadual e federal; o arquivo público estadual; entrevistas com os parlamentares em questão ainda vivos; a imprensa local comunista e não comunista; e extensa fonte bibliográfica referente ao PCB no âmbito nacional. Esta última fonte auxiliou nos esforços analíticos no que tange à comparação do desempenho do PCB local em relação às outras seções regionais.

No Espírito Santo, as primeiras notícias que se têm do PCB datam do final de 1927 com a chegada do estivador de Santos Antônio Bernardino foi candidato a Deputado Federal classista nas eleições de 1933 e muito provavelmente o representante do ES no 3º congresso de PCB realizado em 1928². É nesse ano - 1928 - que o mais antigo comunista capixaba ainda vivo e em atividade filia-se ao PCB no ES - Vespasiano Meireles, o “Parafuso”.

O PCB participaria, já na década de 30, da organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado. Organizada em inícios de 1935, sua primeira ação foi criar um Comissão Provisória, composta por Carlos Cerveira, Agenor de Oliveira, Ernani de Abreu, Regner Cunha e Nelson de Souza Alves, cuja primeira tarefa foi a reprodução e propagação do “Programa de Realizações Concretas” da ANL a nível nacional³.

A ANL no ES teria vida curta, mas ativa, participando principalmente de duas greves de expressão: a dos trabalhadores em Armazéns de Café e Docas, ocorrida no mês de junho desse ano; e a dos operários da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica - CCBFE -, ocorrida em julho, estendendo-se por três municípios (Vila Velha - denominada Município do ES até 1958 -, Cariacica e Vitória) região hoje compreendida na chamada Grande Vitória. Nessa greve foram presos os aliancistas Carlos Cerveira, Regner Cunha e Nelson de Souza Alves, e o estudante integralista Iracy Leal, fichado como comunista⁴.

O mês de julho de 1935 marcaria, como em todo o Brasil, o fim do funcionamento da ANL no estado, quando Getúlio Vargas determina seu

2 - Entrevista concedida a esta pesquisa por Antônio Ribeiro Granja, em 20 de outubro de 1994.

3 - Caixa no 37 - Dossiês. Arquivo Público do Espírito Santo

4 - Idem.

fechamento, e de vários sindicatos, com base na Lei de Segurança Nacional aprovada pelo Congresso Nacional em março daquele ano.

Do fechamento da ANL até 1937, a ação dos comunistas ficou basicamente restrita a atividades anti-integralistas. Os anos de 1938 a 1944 marcaram um interregno nas atividades orgânicas do PCB no ES, somente retomando suas ações em fins de 44, com a realização de seguidas reuniões, na Casa do Estudante Capixaba, com a finalidade de discutir a política nacional diante da nova situação criada com a iminência do fim da II Guerra⁵.

Como parte da reorganização do Partido, os comunistas lançam em 1º de maio de 1945 o seu jornal, a FOLHA CAPIXABA, que teve circulação diária até 31 de dezembro de 1945, passando a semanal a partir desta data até 31 de março de 1964, quando foi fechado por ordem do Comandante do 3º Batalhão de Caçadores (atual 38º Batalhão de Infantaria).

O PCB capixaba e o seu jornal, reproduzindo a política moderada do PCB a nível nacional, adotaria uma atitude conciliatória para com o interventor do estado Jones dos Santos Neves. Em matéria publicada na página 1 do 1º número da FOLHA CAPIXABA, afirmava-se que na “luta contra o nazi-facismo não deve

Haver distinção de classe”, e que “ o povo e o governo estão unidos na luta pela conquista da liberdade e pela volta do regime democrático”. A matéria termina rendendo um elogio ao então governo que “têm sabido congregar todas as camadas sociais capixabas”.

Em 23 de maio, a FOLHA CAPIXABA anuncia a transmissão por alto-falantes, instalados na Praça Oito, do comício de Luiz Carlos Prestes a ser realizado, no dia seguinte, no Estádio do Vasco da Gama. Neste comício Prestes lançaria a palavra de que mobilizou os comunistas de todo o país: a organização dos Comitês Democráticos Progressistas -CDP -. Já no dia 28 de maio surge no Espírito Santo o primeiro CDP, localizado na Vila Rubim.

Em seguida, outros CDPs se organizam nos locais de São Torquato, Santo Antônio, Vila Garrido, na fábrica Morrison, Vila Maruípe, Jardim América, Ilha das Flores, Vila Velha, CDP dos funcionários reformados e aposentados, Aribiri, Campo Grande, Alto Lage, e no município de Guacuí.

Nesse período, contextualizado por um processo de redemocratização do país, o PCB capixaba participaria de forma decisiva da organização do

5 - *Entrevista citada de Antonio Ribeiro Granja.*

Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT - no ES. Já no dia 12 de junho de 1945 é constituída a Comissão Organizadora do MUT com significativa presença de comunistas em sua composição, ou seja, seis de um total de 14: Rodrigo de Sá Cavalcanti, 1º secretário; Hermógenes Lima Fonseca, 2º secretário - comunista -; José Fajardo Neto, 3º secretário; Clementino Dalmácio Santiago, Tesoureiro. - comunista -; Floriano Ferreira de Paula; Domingos Carneiro Sobrinho; Antônio Gonzaga; Claudionor José da Motta; Jayme Barros; Charles Roberts - comunista - João Severino Bispo- comunista -; Lamartine Barbosa - comunista - e Antônio Motta como membros⁶.

No dia 17 do mesmo mês o MUT elege sua diretoria provisória com a presença de três comunistas: Rodrigo de Sá Cavalcanti, como presidente; Hermógenes Lima Fonseca, como 1º secretário; e Lamartine Barbosa, como 1º tesoureiro. O MUT, entretanto, não teria vida longa, sendo fechado quando da deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Nos seus quase cinco meses de vida no ES o MUT se pautou pela defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores capixabas e por iniciar um processo de organização de sindicatos e de sindicalização dos trabalhadores.

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Organizado e estruturado, o PCB capixaba se engaja no processo eleitoral a partir de 1945 onde desempenha papel igualmente importante, alcançando resultados expressivos nos pleitos para os diversos níveis da representação política, tanto no âmbito do poder executivo como no do legislativo.

A principal revelação que emerge da análise da história eleitoral do PCB no Espírito Santo é o significativa expressão deste Partido no estado, colocando-o mesmo entre os estados da federação em que o PCB desfruta de maior poder de influência. Isso pode ser verificado através de dados eleitorais relativos a pleitos locais bem como através de comparações do desempenho eleitoral do PCB no estado com e seu desempenho em outras unidades da Federação para representações nacionais.

6 - *Folha Capixaba*, do no 34 (13 / 06 / 1945) ao no 149 (31/ 10/ 1945).

Arquivo Público do Espírito Santo; entrevista citada de Antônio Ribeiro Granja; e entrevista concedida a esta pesquisa por Clementino Dalmácio Santiago, no dia 28 de março de 1995.

Assim é que, nas eleições de 2 de dezembro de 1945 para Presidente da República, o candidato do PCB, Yedo Fiúza, alcança no Espírito Santo uma votação superior a diversos estados do país, muitos deles de maior expressão econômica e social no âmbito nacional. Com 4.442 votos, representando 4,15% dos votos válidos no estado Yedo Fiúza obtém um percentual de votos que supera ao obtido na Paraíba (4,00%), no Pará (3,90%), no Paraná (3,49%), em Minas Gerais (2,00%), no Maranhão (0,94%), em Santa Catarina (0,87%), no Piauí (0,50%), além dos Territórios do Amapá (3,45%), do Acre (3,14%) e de Iguaçu (1,46%). Vista por outro ângulo, o Espírito Santo foi o 18º estado de maior expressão eleitoral de Fiúza⁷.

Já nas eleições de 15 de novembro de 1989 para presidente da República - a segunda em que o PCB lança candidato próprio -, Roberto Freire alcança no Espírito Santo a 12ª votação mais expressiva do país, com 0,82% dos votos válidos no estado, empatado com Ceará e à frente de São Paulo, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Bahia, Roraima, Alagoas, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Acre e Tocantins⁸.

Por outro lado, o PCB conta com o registro de haver tido os dois vereadores mais votados, em termos absolutos, em toda a história do Espírito Santo: Felício Correa da Costa Neto, eleito pelo PMDB para a Câmara de Vila Velha em 1983, elegendo-se com 4.872 votos; e Stan Stein, que se elege para a Câmara de Vitória pelo PMDB, em 1982⁹.

Por sua vez, os três vereadores mais votados da história do Espírito Santo, em termos percentuais (com relação ao número de eleitores dos respectivos municípios) eram membros do PCB, a saber: Antônio Ribeiro Granja, com 13,24% dos votos, pelo município de Cariacica; Hermógenes Lima Fonseca, com 10,45% dos votos, pelo município de Vitória; e o próprio Felício Correa da Costa Neto, com 7,18% dos votos, pelo município de Vila Velha¹⁰.

Outro dado relevante refere-se ao fato de que na eleição para a Assembléia Legislativa em 1950, Custódio Tristão, do PCB, eleito pelo Partido

7 - *As informações relativas aos pleitos de 1945 a 1966 foram extraída da Série "Dados Estatísticos" vols. 3 ao 9, publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).*

8 - *Idem*

9 - *Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).*

10 - *Idem*

Assim é que, nas eleições de 2 de dezembro de 1945 para Presidente da República, o candidato do PCB, Yedo Fiúza, alcança no Espírito Santo uma votação superior a diversos estados do país, muitos deles de maior expressão econômica e social no âmbito nacional. Com 4.442 votos, representando 4,15% dos votos válidos no estado Yedo Fiúza obtém um percentual de votos que supera ao obtido na Paraíba (4,00%), no Pará (3,90%), no Paraná (3,49%), em Minas Gerais (2,00%), no Maranhão (0,94%), em Santa Catarina (0,87%), no Piauí (0,50%), além dos Territórios do Amapá (3,45%), do Acre (3,14%) e de Iguazu (1,46%). Vista por outro ângulo, o Espírito Santo foi o 18º estado de maior expressão eleitoral de Fiúza⁷.

Já nas eleições de 15 de novembro de 1989 para presidente da República - a segunda em que o PCB lança candidato próprio -, Roberto Freire alcança no Espírito Santo a 12ª votação mais expressiva do país, com 0,82% dos votos válidos no estado, empatado com Ceará e à frente de São Paulo, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Bahia, Roraima, Alagoas, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Acre e Tocantins⁸.

Por outro lado, o PCB conta com o registro de haver tido os dois vereadores mais votados, em termos absolutos, em toda a história do Espírito Santo: Felício Correa da Costa Neto, eleito pelo PMDB para a Câmara de Vila Velha em 1983, elegendo-se com 4.872 votos; e Stan Stein, que se elege para a Câmara de Vitória pelo PMDB, em 1982⁹.

Por sua vez, os três vereadores mais votados da história do Espírito Santo, em termos percentuais (com relação ao número de eleitores dos respectivos municípios) eram membros do PCB, a saber: Antônio Ribeiro Granja, com 13,24% dos votos, pelo município de Cariacica; Hermógenes Lima Fonseca, com 10,45% dos votos, pelo município de Vitória; e o próprio Felício Correa da Costa Neto, com 7,18% dos votos, pelo município de Vila Velha¹⁰.

Outro dado relevante refere-se ao fato de que na eleição para a Assembleia Legislativa em 1950, Custódio Tristão, do PCB, eleito pelo Partido

7 - *As informações relativas aos pleitos de 1945 a 1966 foram extraída da Série "Dados Estatísticos" vols. 3 ao 9, publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).*

8 - *Idem*

9 - *Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).*

10 - *Idem*

Republicano, foi o segundo mais votado da legenda, com um total de 1080 votos¹¹.

Do mesmo modo, em 1958 Ramon de Oliveira Neto, do PCB, se elege para Deputado Federal pelo PTB, com 13.287 votos, sendo o candidato mais votado da legenda.

Por fim, deve-se observar que no plano da representação federal, com dois mandatos na Câmara dos Deputados, o PCB do Espírito Santo assume uma posição de destaque no país, estando entre os seis estados com mais mandatos federais exercidos pelo PCB ao longo do período que vai até o surgimento do PPS em 1992, conforme mostra a classificação que se segue:

Mandatos Federais do PCB no Brasil:

ESTADO	NÚMERO DE MANDATOS
Rio de Janeiro.....	17
São Paulo.....	10
Pernambuco.....	7
Bahia.....	5
Distrito Federal.....	2
Espírito Santo.....	2
Rio Grande do Sul.....	1
Total no Brasil.....	44

*Os demais estados não tiveram representantes do PCB no âmbito nacional no mesmo período.

Feitos esses registros, passamos aos dados relativos à participação do PCB/ES em todos os processos eleitorais ocorridos no estado e no Brasil ao longo de sua história.

11 - *Jornal "A Tribuna", no 2.751, de 21/12/1950.*

12 - *Esta tabela foi montada a partir de dados coletados de fontes diversas:*

- DULLES, John W. F - "Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 - 1935)", 2ª edição, Ed. Nova Fronteira, RJ, 1977.
- FALCÃO, João - "O Partido Comunista que Eu Conheci (20 Anos de Clandestinidade)", 1ª edição, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1988.
- NETTO, Evaristo Giovanerri - "O PCB na Assembléia Constituinte de 1946", 1ª edição, Ed. Novos Rumos, SP, 1986.
- VINHAS, Moisés - "O Partidão - a luta por um partido de massas, 1922-1974", 1ª edição, Ed. HUCITEC, SP, 1982.
- *Entrevista citada de Antônio Ribeiro Granja.*

A história eleitoral do PCB no Espírito Santo se inicia em 1933, com a candidatura, não eleita, a deputado federal classista de Antônio Bernardino.

Nas eleições seguintes, realizadas doze anos mais tarde, em 2 de dezembro de 1945, o PCB participaria das eleições tanto para Presidente da República com candidato próprio, conforme já foi mencionado, quanto para os poderes legislativos. Nestas últimas, o PCB/ES apresentou para a Assembléia Nacional Constituinte as candidaturas de Luiz Carlos Prestes e Vespasiano Meireles ao Senado Federal, com 3.866 e 3.444 votos respectivamente, que somados representavam 3,65% dos votos válidos, não conseguindo elegê-los.

Já para a Câmara dos Deputados o PCB comparece com as seguintes candidaturas: Vespasiano Meireles, com 1190 votos; Luiz Carlos Prestes, com 962 votos; Edith Castex Olivier, com 473 votos; Otto Netto, com 464 votos; Érico Neves, com 229 votos; Pedro Corrêa Reis, com 153 votos; e Lamartine Barbosa, com 112 votos. Embora não eleitos, a votação recebida por esses candidatos confere ao PCB uma posição de destaque na política local, tanto pelo percentual de votos obtidos quanto pelo fato simbolicamente significativo de ter sido Edith Castex Olivier a primeira mulher a se candidatar a cargo eletivo na história eleitoral do Espírito Santo.

Nas eleições de dezembro de 1946 para a Assembléia Legislativa do Espírito Santo, o PCB apresenta uma chapa composta por 32 nomes, dos quais consegue eleger um deputado, Benjamim de Carvalho Campos, com 996 votos. Os companheiros de chapa de Benjamin foram: Luiz Simões de Jesus, com 523 votos; Pedro Corrêa Reis, com 367 votos; Antônio Ribeiro Granja, com 354 votos; Rodrigo de Sá Cavalcante, com 227 votos; José Ribeiro Filho, com 182 votos; Gerson Gomes Lucas, com 140 votos; Clementino Dalmácio Santiago, com 110 votos; Jayme da Cruz Martins, com 88 votos; André Avelino da Silva, com 86 votos; Olfe Maculan, com 86 votos; Ibraim Ribeiro da Costa, com 70 votos; José Joaquim Rua, com 63 votos; Nicanor Serafim dos Anjos, com 54 votos; André Germano da Silva, com 47 votos; João Martins Monteiro, com 46 votos; Vespasiano Meireles, com 42 votos; José João Sacramento, 34 votos; Kleber Massena de Andrade, com 33 votos; Nestor Tavares Alemand, com 32 votos; Joaquim Valadão de Andrade, com 30 votos; Antônio Machado Ferreira, com 24 votos; Francisco Soares Santana, com 21 votos; Anorelino Gomes Ferreira, com 19 votos; Julio Moeira, com 16 votos; João Gomes Pinheiro, com 12 votos; Rener Ramos Pinto, com 8 votos; Braulia Barbosa dos Santos, com

7 votos; Mozart Mattos, com 3 votos; José Gervásio Santana, com 2 votos; Dorelino Barroso, com 1 voto e Aristides Machado, sem votação. Essa eleição para a Assembléia Legislativa somou para a legenda do PCB um total de 3751 votos, representando 4,00% dos votos válidos.

Nesse primeiro período de legalidade mais prolongada o PCB capixaba conseguiu se organizar nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro de Itaperimirim, Castelo, Itarana, Iconha, Santa Tereza, Vila Itapemirim, Afonso Claudio, Guaçuí, Mimoso do Sul, Alegre, João Neiva, Colatina e Santa Cruz, exercendo ainda influência expressiva nos sindicatos dos portuários, estivadores, gráficos, da construção civil, dos trabalhadores da indústria de energia hidrelétrica e dos contabilistas¹³.

Cassado em maio de 1947, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (T.S.E) por julgá-lo um partido não nacional e possuidor de 2 estatutos, em 8 de janeiro de 1948 os mandatos dos parlamentares comunistas são cassados com base na lei Ivo de Aquino aprovada pelo Congresso Nacional no dia anterior.

A despeito do ostracismo legal a que é condenado, o PCB-ES não se ausenta dos processos eleitorais subsequentes, apresentando-se a cada eleição através de legendas emprestadas onde abriga suas candidaturas.

No período que vai de 1947 a 1956 o PCB-ES, contrariando a política isolacionista e “esquerdista” do partido a nível nacional, continua a trabalhar não sindicatos oficiais, a apresentar candidaturas em todas as eleições e a publicar a “FOLHA CAPIXABA”. Com a impossibilidade de trabalho legal, o partido perde peso substancial de sua influência e militância. Entretanto, eleitoralmente, o PCB logra resultados

Que são dignos de atenção, notadamente nos planos municipal, estadual e federal, como vemos a seguir.

Nas eleições municipais de 30 de novembro de 1947, o PCB consegue eleger os seus três candidatos, a saber: Custódio Tristão, para a câmara Municipal de Guaçuí - dados eleitorais desconhecidos; Antônio Ribeiro Granja, eleito para a Câmara Municipal de Cariacica pela UDN (União

13 - Entrevista citada de Antônio Ribeiro Granja; entrevista citada de Clementino Dalmácio Santiago; entrevista concedida a esta pesquisa por Hermógenes Lima Fonseca, no dia 29 de março de 1995; e entrevista à pesquisa de Manoel Santana, no dia 22 de novembro de 1994.

Democrata Nacional), com 404 votos, representando 13,24% dos votos válidos; e Hermógenes Lima Fonseca, eleito para a Câmara Municipal de Vitória pelo PR (Partido Republicano), com 749 votos, representando 10,45% dos votos válidos.

Nas eleições municipais em 3 de outubro de 1950, o PCB consegue eleger um vereador, Miguel Miranda fica na primeira suplência da mesma coligação, assumindo o mandato no último mês da legislatura em virtude da licença médica do seu titular.

Nas eleições estaduais de 2 de novembro de 1950, o PCB elege o seu deputado estadual, Custódio Tristão, pela Coligação Democrática, composta pela PR, UDN, PSP, (Partido Social Progressista), PDC (Partido Democrata Cristão) e PRP (Partido de Representação Popular), de matriz integralista, obtendo 1080 votos, representando 0,81% dos votos válidos.

Nas eleições estaduais seguintes, dezembro de 1954, PCB apresenta duas candidaturas à Assembléia Legislativa que não se elegem: Aldemar de Oliveira Neves e Renê Cunha.

Em 1958, o PCB elege dois vereadores: Gil Xavier Nunes, em Cachoeiro de Itapemirim, e Altamiro Felisbino Teixeira, em Ecoporanga, ambos pelo PTB. Nessa mesma eleição, elege-se Nelson Fraga Pinheiro como primeiro suplente para a Câmara de Barra de São Francisco, também pela legenda do PTB. Com a licença médica de um dos seus titulares, Nelson Fraga assume o mandato exercendo-o por quatro meses. Altamiro Felisbino e Nelson Fraga se reelegem em 1962, novamente pelo PTB, para as mesmas Câmaras.

Em 2 de dezembro de 1958, para as eleições à Câmara Federal, os comunistas capixabas elegem Ramon de Oliveira Neto, pelo PTB, com 13.287 votos, representando 6,01% dos votos válidos. Ramon de Oliveira Neto foi reeleito em 1962 pela Coligação PTB, PSP, PR e PRP, com 15.664 votos, representando 6,30% dos votos válidos.

Essas últimas eleições ocorrem sob um processo de oxigenação política do partido iniciado em 1956 como resultante da “desestalinização” do Movimento Comunismo Internacional (M.C.I) e do novo momento político brasileiro, o qual impõe uma maior nitidez partidário-ideológica e, conseqüentemente, a polarização entre a esquerda e a direita. Isso coloca ao PCB o desafio de viabilizar alianças em direção ao centro como forma de afirmar sua nova estratégia centrada na “questão democrática”. Mais do que nunca, a participação do PCB nos processos eleitorais se torna essencial-

al à sua estratégia. Nas palavras de José Antônio Segatto, esse se constitui num “ momento áureo ” da história do PCB em que sua vida partidária ganha novo impulso marcando “ sua fase de maior força e importância ”¹⁴.

Esse momento se reflete no ES com o crescimento orgânico e político do PCB que estende sua organização a novos municípios como Ecoporanga, Barra Francisco, Linhares, Viana e Baixo Guandú, além de conquistar significativa influência junto ao nascente movimento estudantil capixaba. É nesse contexto que, além de eleger Ramon de Oliveira Neto para deputado federal pela legenda do PTB, o PCB consegue pela primeira e única vez no ES exercer influência no movimento de camponeses, como demonstra o episódio ocorrido em Cotaxé, conhecido como o Massacre de Ecoporanga, município a que pertence o Distrito de Cotaxé.

Como parte de sua estratégia, entre fins de 1961 e fevereiro e de 1962 o PCB lança campanha para o registro da legenda, sendo necessárias 50.000 assinaturas para ingressar com o pedido de registro no T.S.E o PCB-ES consegue um total de 1.719, representando 2,70% das assinaturas conseguidas no país, colocando-se em 8º lugar entre as seções estaduais do partido, atrás apenas de; São Paulo com 47,16%, Rio de Janeiro com 21,71%, Rio Grande do Sul com 6,45%, Minas Gerais com 5,35%, Paraná com 3,93%, Pernambuco com 3,77% e Ceará com 3,14%¹⁵.

A partir de 1964, com o golpe militar de 1º de abril, o PCB e outras entidades da sociedade civil vivem nova fase de repressão político-militar, que resulta em perda de influência e desarticulação da organização partidária, culminando com a prisão do Secretário Político do PCB-ES, Octacílio Gomes, em 1971.

Nas eleições parlamentares de 1966, o PCB sentindo os efeitos da repressão se restringe a apoiar a candidatura a deputado estadual de Daílson Laranja. Nas eleições parlamentares de 1970 o PCB lança a candidatura - não eleita - de Berredo de Menezes e em 1974, apoia a candidatura eleita de Max de Freitas Mauro a Assembléia Legislativa¹⁶, ambas pelo MDB.

14 - José Antônio Segatto, *“ Reforma e Revolução - As Vicissitudes Políticas do PCB: 1954 a 1964 ”*. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1995, p. 17.

15 - *Idem*, p. 29.

16 - *Entrevista citada de Clentino Dalmácio Santiago, e entrevista citada de Antônio Ribeiro Granja.*

Em 1978, já no bojo do processo de reorganização do partido, os comunistas do PCB apresentam a candidatura de Berredo de Menezes ao Senado Federal pelo MDB, que não foi eleita, e hipotecam apoio às candidaturas de Max de Freitas Mauro à Câmara dos Deputados - eleito; e de Salvador Bonomo - eleito, e Carlos Dorsch - não eleito - à Assembléia Legislativa do estado, todos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro)¹⁷.

Nas eleições de 1982, realizadas também para prefeitos e governadores, o PCB, ainda ilegal e integrando o PMDB, desempenha papel de destaque ao ser a força decisiva na escolha do candidato do PMDB ao governo do estado e ao apoiar uma chapa completa, que à exceção de Berredo de Menezes - novamente candidato ao Senado Federal -, foi toda eleita. A chapa era assim composta: Gerson Camata para o governo do estado, Berredo de Menezes para o senado Federal, Mirthes Bevilacqua para a Câmara dos Deputados, Paulo Cesar Hartung Gomes para a Assembléia Legislativa, Vasco Alves de Oliveira Júnior para Prefeito de Vila Velha, João Batista Motta para Prefeito da Serra, Estanislau Kotska Stein para vereador de Vitória e Felício Correa da Costa Neto para vereador de Vila Velha. Estes dois últimos, juntamente com Berredo de Menezes, eram os únicos membros do PCB na chapa.

No dia 8 de maio de 1985, sai publicado no Diário Oficial da União o registro dos estatutos, manifesto e programa do Partido Comunista Brasileiro, mais uma vez legal. Como forma de se apresentar à sociedade, o PCB decide por lançar candidatura própria às eleições para Prefeito de Vitória, apresentando chapa composta por Jairo Régis, para prefeito, e Fátima Santos para Vice-Prefeita, obtendo 1,00% dos votos válidos.

Nas eleições de âmbito estadual e federal realizadas em 15 de novembro de 1986, o PCB apresenta dois candidatos a deputado estadual, Fernando João Pignaton e Adão Célia, que não se elegem, e resolve ainda e resolve ainda as candidaturas do PMDB, partido do qual estava coligado, para os outros cargos em disputa: Vasco Alves para deputado federal - eleito; de Joaquim Beato e de João Calmon para o Senado Federal - não eleitos; e de Max de Freitas Mauro para governador do estado - eleito.

17 - As informações sobre as eleições de 1978 a 1990 tem por base a entrevista concedida a esta pesquisa por Fernando Herkenhoff no dia 20 de dezembro de 1994; entrevista, à pesquisa, de Kátia Moura.

Em 1987, com a convocação de eleições extraordinárias para prefeito de Vila Velha o PCB obtém grande sucesso eleitoral para prefeito, e Elizabeth Azoury para Vice-Prefeita. Apesar da chapa não ter sido eleita, o total de 12.774 votos conquistados, representando mais de 10% dos votos válidos, conferiu ao Partido destaque na mídia nacional.

Nas eleições municipais de 1988 o PCB apresenta chapa própria no município de Vila Velha, com as candidaturas de Reginaldo Pessoa a prefeito, Gilmar Carixás a vice-prefeito e uma chapa de vereadores com 31 candidatos. Participa ainda de diversas coligações com candidatos a vereador nos municípios de Vitória, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Cariacica e Linhares. Nessa ocasião o PCB conseguiu eleger apenas o vereador Salim Resk Carone, pelo município de Cachoeiro de Itapemirim.

Nas últimas eleições que disputou o PCB/ES apresenta um (1) candidato à Assembléia Legislativa - Wilson Hisachi Nachi, um (1) à Câmara dos Deputados - Salim Carone, e um (1) a Vice-Governadoria - Kátia Moura, todos em coligação com o PT e nenhum eleito.

A INTERVENÇÃO PARLAMENTAR: CARACTERÍSTICAS E PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO¹⁸

A partir de um levantamento exaustivo dos dados referentes os mandatos eletivos exercidos pelo Partido Comunista Brasileiro /ES nos três níveis de representação legislativa, elaboramos uma tipologia da linha de atuação parlamentar do PCB/ES segundo os padrões de intervenção adotados por seus diferentes mandatos.

Com 17 mandatos (13 de vereador, 2 de deputado estadual e 2 de deputado federal) exercidos num período de 45 anos (entre 1947 e 1992) a história global da representação parlamentar do PCB do Espírito Santo mostra o núcleo central da política representativa comunista situada no campo dos interesses sociais de caráter popular.

18 - Os dados contidos nestes tópicos do artigo foram extraídos de discursos pronunciados e expedientes apresentados pelos parlamentares durante o exercício dos mandatos. Não foram conseguidos os discursos e expedientes de Custódio Tristão quando vereador no município de Guaçuí (1947-1951).

Apesar disso, a análise pontual dos projetos, discursos noções, apelos, indicações e requerimentos levados a efeito pelos parlamentares nos seus respectivos planos de representação nos mostra que as intervenções parlamentares dos mandatos comunistas se caracterizaram por uma certa segmentação segundo as variáveis “de época”, de “nível de representação” e de “grau de comprometimento ideológico com a política do PCB”, que se processa da seguinte forma:

1) Relativamente à variável “de época”, observa-se nas décadas de 40, 50 e 60, que ao mandatos do PCB nos três planos de representação apresentam um ponto de unidade entre suas atuações, caracterizado pelo insistente combate à Cia Central Brasileira de Força Elétrica, com exceção dos vereadores em municípios de pequeno porte como Iconha, Guaçuí e Barra de São Francisco. Esses três municípios eram abastecidos por geradores a diesel ou empresas municipais.

Enquanto isso, na década de 80, os seus mandatos têm uma atuação marcada pela defesa da participação popular na coisa pública, defesa do consumidor e usuário do serviço público e ênfase na questão ambiental.

2) Relativamente à variável “Nível de Representação”, verificou-se:

a) No âmbito federal, uma preocupação desenvolvimentista embasada por um apoio à industrialização intensiva vista como forma de combate às disparidades regionais e injustiças sociais;

b) No âmbito estadual, uma oposição sistemática ao poder executivo, ênfase em obras de infra-estrutura e posição crítica em relação à Cia Central Brasileira de Força Elétrica;

c) No âmbito municipal, defesa da participação política da sociedade civil e uma recorrente política de beneficiamento a diferentes interesses locais, bem como defesa do funcionalismo público municipal - em especial através de aumentos ou abonos salariais.

3) A variável “grau de comprometimento político e/ou ideológico” distinguiu os mandatos comunista em três segmentos:

a) mandatos que tiveram como ponto de unidade a afirmação da identidade ideológica do comunismo;

b) mandatos que marcam uma unidade em torno da defesa das propostas políticas do Partido;

c) e dois outros mandatos que se caracterizam pela baixa nitidez político-ideológica de sua atuação - o Deputado Custódio Tristão e o vereador Miguel Miranda da Cunha.

O estudo dos projetos apresentados pelos parlamentares nos seus respectivos planos de representação pode nos mostrar com clareza o que foi dito acima. Neste sentido é importante dar a conhecer os principais expedientes encaminhados pelos parlamentares e uma breve classificação dos mesmos.

No Congresso Nacional, Ramon de Oliveira Neto expressou de modo acentuado a identidade comunista, com clara ênfase na linha política do Partido. Esse parlamentar centrou sua atuação nos temas do nacional - desenvolvimentismo, na crítica intransigente ao imperialismo, na defesa do pleno relacionamento do Brasil com o Bloco Socialista, na crítica da Cia Central Brasileira de Força Elétrica e defesa de sua encampação e ainda na bandeira das temáticas sociais.

Esta atuação se efetuou através de oito projetos e lei apresentados, sendo, 7 arquivados e um aprovado, e 5 requerimentos, sendo todos aprovados, dos quais podemos relacionar alguns principais: projeto de lei instituindo o pagamento de Royalties, pela minerada, aos estados e municípios, que foi arquivado; projeto e lei incluindo no orçamento federal verba para construção de redes de água e esgoto nos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica, que foi também arquivado; projeto de lei incluindo no orçamento federal verba para construção de um hospital de Neuro-psiquiatria Infantil em Vitória, sendo este o único projeto aprovado; um requerimento sobre quantidade de dólares enviadas ao exterior pela CCBFE, sendo este aprovado.

Na Assembléia Legislativa, para além das diferenças observados entre as atuações políticas de Benjamin de Carvalho e Custódio Tristão, podem-se verificar três pontos de convergência entre seus mandatos: oposição sistemática ao governo do Estado, a saber Carlos Lindemberg e Jones dos Santos Neves; posição crítica em relação à Cia Central Brasileira de Força Elétrica, e ênfase em obras de infra-estrutura.

Benjamim de Carvalho Campos, por sua vez, teve uma atuação destacadamente do partido, centrando sua atuação numa crítica intensa ao nazi-facismo, pelo combate à cassação do registro do PCB e do mandato de seus parlamentares, por críticas ao governo Dutra responsabilizando-o pela

crise econômica e social e acusando-o de expedientes encaminhados por Benjamin de Carvalho: projeto de lei criando Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar crime de responsabilidade do governador Carlos Lindemberg, que foi rejeitado; projeto de lei autorizando o poder executivo a doar terras do estado até o limite de 25 hectares para exploração de famílias que não possuíssem propriedade, sendo rejeitado; projeto de lei isentando de impostos e taxas as casas comerciais pertencentes a expedicionários, desde que única e com estoque inferior a Cr\$ 15.000,00, sendo arquivado; indicação do poder executivo para tomada de providências contra os abusos cometidos pela CCBFE, sendo este aprovado; moção de repúdio aos integralistas, tendo sido rejeitado; requerimento pedindo a manifestação da Assembléia Legislativa contra a cassação dos mandatos comunistas, que foi rejeitado; e requerimento de louvor aos trabalhadores mortos em Chicago em 1886, que foi também rejeitado.

Com relação ao outro Deputado Estadual, Custódio Tristão, deve-se observar que, diferentemente de Benjamin de Carvalho, se caracterizou por uma falta de nitidez partidário-ideológica, pela centralidade nas questões de cunho social, notadamente na área de preços dos produtos de primeira necessidade, e pelo privilegiamento da representação dos interesses do sul do estado, sua base eleitoral.

Custódio Tristão apresentou 25 projetos, dos quais foram arquivados 12, rejeitados 9, e aprovados 4. Seus principais expedientes podem ser resumidos da seguinte maneira: projeto de lei dispondo sobre o aumento do salário-família, aprovado em plenário mas rejeitado pelo Presidente da Assembléia sob o argumento de inconstitucionalidade; projeto de lei isentando do imposto de rendas e consignações as transações internas dos produtos de primeira necessidade, sendo arquivados; e projeto de lei autorizando o poder executivo a adquirir, nas fontes de produção, gêneros de primeira necessidade e revendê-los a preço de custo, sendo também arquivado.

Nas Câmaras Municipais, os elementos de unidade entre os mandatos comunistas foram as questões da participação política da população e a defesa do funcionalismo público municipal. As diferenças entre si são marcadas por razões ligadas a características locais, ao grau de comprometimento partidário-ideológico e de relacionamento com os respectivos poderes executivos municipais.

Especificando a atuação de cada qual, destacam-se os principais expedientes encaminhados por esses vereadores dando a perceber a diversidade de suas representações.

Antônio Ribeiro Granja centrou suas atividades parlamentares nas críticas ao imperialismo; na defesa da paz mundial; no combate ao governo Dutra, classificando-o de ditatorial e serviçal do imperialismo; na defesa e divulgação da campanha do “Petróleo é Nosso” ; contra a cassação dos mandatos comunistas; no combate ao governo Carlos Lindemberg, taxando-o de autoritário e ligado aos interesses do latifúndio; nas críticas à CCBFE; na oposição ao Prefeito Joaquim José Vieira (da UDN); na defesa das prerrogativas de decisão dos vereadores; de melhores salários para o funcionalismo público; e na defesa dos contribuintes contra a sanha fiscal da municipalidade.

Antônio Granja apresentou um total de 39 expedientes, sendo 34 aprovados e 5 rejeitados. Desses, podem se destacar os seguintes: um projeto de lei criando abono de natal para os servidores públicos, sendo aprovado; um requerimento contra os aumentos de água e luz por parte da CCBFE, que foi aprovado; uma mensagem de solidariedade à Comissão Estudantil de defesa do petróleo, que foi aprovada; uma noção pela paz e conta o uso da bomba atômica, também aprovada; e uma mensagem à Câmara dos Deputados contra a cassação dos mandatos comunistas, sendo esta rejeitada.

Hermógenes Lima Fonseca, teve uma atuação voltada para as questões municipais, com destaque para o compromisso com a melhoria das condições de vida das populações marginalizadas de Vitória e pela defesa da encampação da CCBFE. Esse vereador apresentou 11 expedientes, sendo todos aprovados. Alguns deles são: um requerimento sobre contratos realizados entre a Prefeitura e a empresa concessionária de Transportes coletivos; e uma moção de apoio à encampação da CCBFE.

Felício Correa pautou sua atuação por uma oposição sistemática ao governo militar, e pela defesa da participação popular na administração pública, além das questões de saúde relativas a salários e estado físico da rede, e de meio ambiente. Teve um total de 77 expedientes apresentados, sendo 75 aprovados, um arquivo e um rejeitado. Dentre estes, podem-se citar como principais: um projeto de lei criando a Assembléia Municipal do Orçamento, sendo rejeitado; e um requerimento instituindo sessão solene em

homenagem aos brasileiros que lutavam por “Diretas Já”, sendo este aprovado.

Salim Carone teve uma atuação centrada na oposição ao Prefeito Teodorico Ferraço (do PTB), na defesa da moralidade pública e no tema do meio-ambiente. Encaminhou 29 expedientes, sendo 28 deles aprovados e apenas um rejeitado. Os principais foram: um projeto de lei instituindo normas de controle ambiental e outro regulando a venda de agro-tóxicos, ambos aprovados; e um projeto de lei criando Comissão parlamentar de Inquérito para apurar crime de responsabilidade do Prefeito, que foi rejeitado.

O mandato de Miguel Miranda da Cunha foi marcado pela preocupação com a melhoria das condições de vida da Vila de Piúma, então em distrito de Iconha e base eleitoral desse vereador, além de um sistemático empenho na defesa de melhores salários para o funcionalismo público municipal. Teve uma atuação bastante discreta, pouco se manifestando em plenário e apresentando apenas quatro expedientes, três aprovados na íntegra e um sob modificação, sendo eles: Projetos de Lei autorizando auxílio de Cr\$ 2.000,00 para o melhoramento da Igreja da Vila de Piúma, sendo aprovado na verdade um auxílio de Cr\$ 3.000,00; Projeto de Lei propondo abono salarial de natal aos servidores municipais; requerimento à Prefeitura para melhorar a fiscalização da venda de peixe em Piúma e requerimento à Prefeitura para instalação de posto telefônico, também em Piúma.

O mandato de Custódio Tristão na Câmara de Guaçuí se caracterizou por uma atuação bem mais arrojada, direcionando suas intervenções para medidas de maior alcance público além de adotar uma posição política bem definida no jogo de interesses locais. Marcaram sua atuação a tentativa de ordenamento do espaço urbano, a defesa de melhores salários para o funcionalismo público municipal, a preocupação com os mananciais e o abastecimento d'água da cidade, a expansão da rede pública de educação e saúde para o interior do município, o controle intenso das despesas efetuadas pela prefeitura, e um oposição sistemática ao Prefeito, Sr. Francisco Lacerda de Aguiar.

Custódio Tristão apresentou um total de 46 expedientes, sendo 31 deles aprovados na íntegra, dois aprovados com modificações, nove rejeitados e quatro arquivados. Alguns deles merecem destaque: Requerimento ao Prefeito para proceder estudos com o fim de instalar sistema de abastecimento

de água potável na localidade de São Thiago - aprovado; indicação ao Prefeito para intervir junto à Inspetoria de Veículos e Trânsito no sentido de providenciar o destamento de um guarda para Guaçuí - aprovado; voto de regozijo pela passagem de 3 anos do fim da guerra que derrotou o nazifacismo - aprovado; indicação ao Prefeito para se verificasse a voltagem da energia fornecida pela Empresa de Força e Luz Alegre-Veado e que obrigasse a empresa a fornecê-la de acordo com o contrato - rejeitado; voto de protesto ao Presidente da República por ter assinado lei obrigando os municípios a prestarem contas do Imposto de Renda destinada aos municípios, visto ser esta uma garantia constitucional omissa quanto à obrigatoriedade de prestações de contas - rejeitado.

No extremo norte do Estado, encontramos em Ecoporanga um atuação parlamentar comparável ao de Custódio Tristão em Guaçuí, tanto no tipo das medidas propostas quanto no posicionamento político. Altamiro Felisbino Teixeira marcou suas ações legislativas pela preocupação com para a situação da educação municipal, dedicando atenção especial aos chamados “docentes de emergência” e à criação de escolas; com a questão do abastecimento de energia; com a condição salarial do funcionalismo municipal; e com a organização do espaço urbano. Politicamente, adotou uma postura de nítida oposição ao Prefeito.

Altamiro Teixeira apresentou 24 expedientes, sendo 23 deles aprovados e um rejeitado. Entre eles podemos citar: Projeto de Lei abrindo crédito mensal de Cr\$ 8.000,00 para pagamento da ajuda de custo aos professores normalistas que funcionavam como docente de emergência - aprovado; Projeto de Lei instituindo gratificação aos professores da Escola Evangélica - rejeitado; Projeto de Lei aumentando o vencimento dos professores municipais para Cr\$ 3.000,00 - aprovado; Projeto de Lei criando escola no Povoado de Água Boa - aprovado. Requerimento pedindo especial atenção do prefeito para o problema do abastecimento de energia em Ecoporanga - aprovado.

Nelson Fraga Pinheiro teve uma atuação parlamentar intensa e bem sucedida, apresentando um total de 61 expedientes, com aprovação na íntegra de 60 deles. Seu mandato reflete a sensibilidade comunista à conjuntura mundial da época, marcada pela guerra fria, bem como a nacional, que colocava na ordem do dia da esquerda a questão da reforma agrária e das reformas sociais profundas. Pontuaram sua intervenções a defesa da paz

mundial e a contestação à existência da bomba atômica; a defesa da reforma agrária; a preocupação constante com os setores da educação e da saúde, além do empenho em promover a integração do município através de medidas relativas à construção de estradas.

Vale destacar que em 30 de abril de 1964, o vereador Manoel Ewirges Ferreira faz um pedido de cassação do mandato de Nelson Fraga por participação em movimentos subversivos, sendo votado o seu arquivamento em 10 de junho de 1964. Entre os expedientes apresentados por Nelson Fraga, podemos citar: requerimento para a Câmara manifestar apoio irrestrito à reforma agrária; Projeto de Lei criando escola na Fazenda Dois Irmãos em Itaúnas; Projetos de Lei autorizando o executivo a desapropriar lotes em Cachoeira de Itaúnas.

O mandato de Gil Xavier de Menezes, na Câmara de Cachoeiro de Itapemirim, também expressa a marca da esquerda e das principais bandeiras do PCB à época. Sua atuação foi marcada pela defesa e apoio ao sindicalismo; pelo combate à Cia Central Brasileira de Força Elétrica (C.C.B.F.E.); pela defesa do funcionalismo público municipal; e pela melhoria dos equipamentos urbanos.

Gil Xavier apresentou um total de 21 expedientes, sendo: 16 aprovados na íntegra, um aprovado com modificações, dois arquivados, um rejeitado e um sem registro na documentação sobre a sua votação. Entre estes, podem ser citados: Projeto de Lei autorizando o poder executivo a conceder auxílio financeiro aos sindicatos de trabalhadores com sede em Cachoeiro de Itapemirim - aprovado; Projeto de Lei concedendo aos funcionários do fisco municipal 30% do valor de auto de infração por eles lavrados - sem registro sobre sua votação; requerimento ao Prefeito no sentido de promover uma política atenta aos problemas referentes à C.C.B.F.E. - aprovado; requerimento de voto de solidariedade aos gráficos de Vitória na sua luta pelo salário profissional - aprovado; indicação para que a Prefeitura conceda abono salarial ao funcionalismo público municipal - aprovado; Projeto de Lei autorizando o Prefeito a executar o serviço de iluminação pública no bairro Aquidaban - aprovado.

A título de conclusão devem ser apontadas três elementos que, de um modo geral, definem a história parlamentar do PCB capixaba. São eles: a recorrência da intervenção parlamentar comunista à condição de empresa

privada e imperialista da CCBFE; a preponderância da temática social; e a avaliação de que o desempenho parlamentar do PCB do Espírito Santo, em âmbito nacional, se destaca dentre os estados da Federação. Algumas observações adicionais merecem nota a título de caracterização desses mandatos:

a) Quanto aos vereadores: foram 13 o total de mandatos de vereador exercidos por comunistas, tendo todos eles completado seus mandatos. Por outro lado, apenas um foi eleito pela legenda do PCB, Salim Carone, enquanto em vereador, Felício Correa da Costa Neto, exerceu parte do seu mandato pelo PMDB e parte pelo PCB.

b) Quanto aos Deputados Estaduais:

- 1 - Benjamin de Carvalho Campos - exerceu mandato entre 29 de março de 1947 e 13 de janeiro de 1948, quando foi cassado com base na Lei Ivo de Aquino, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 7 de janeiro de 1948. É válido ressaltar que dos nove parlamentares federais do Espírito Santo naquela legislatura, apenas os deputados Ari Viana, Asdrúbal Martins Soares e Paulo Vieira de Resende votaram contra a cassação dos parlamentares comunistas. Benjamin de Carvalho foi eleito pela legenda do PCB, com 996 votos, representando 1,06% dos votos válidos.
- 2- Custódio Tristão - exerceu mandato entre 1951 e 1954, quando morreu interrompendo suas atividades parlamentares a poucos meses do seu término.

c) Quanto aos Mandatos Federais

- 1 - Os dois mandatos federais foram exercidos por Ramon de Oliveira Neto, eleito em 1958 e reeleito em 1962. Cassado pelo golpe militar de 1964, exerceu apenas um ano e três meses do seu segundo mandato.

CONCLUSÃO

Este trabalho se dedicou a analisar e classificar a atuação parlamentar do PCB no Espírito Santo de modo a produzir uma tipologia dos mandatos exercidos por este partido.

Além disso, pode-se verificar que a história do PCB no ES é mais antiga e mais presente na história política do estado do que se imaginava inicialmente. E isso é mais verdadeiro para o sul do estado de que para a região norte, onde apenas uma presença escassa do Partido foi verificada. Localizam-se na parte sul do estado, com preponderância dos municípios de Guaçuá e regiões vizinhas, bem como da região compreendida entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, o maior número de candidatos lançados pelo PCB aos diversos cargos eletivos e de mandatos efetivamente exercidos.

Por outro lado, verificou-se, também, que o poder de intervenção parlamentar do PCB na política formal, avaliado pelo número de mandatos exercidos ao longo de sua história, demonstra que o alcance real desse Partido foi maior que o seu alcance oficial, o que foi possível através do uso recorrente de outras legendas, uma influência comunista junto à tradição política e cultural da sociedade capixaba impossível de ser observada a olhos nus. A constância com que o PCB participa dos processos eleitorais no estado, além de expressivas votações obtidas em diferentes pleitos, ou seja com candidaturas próprias, coligadas ou em legendas emprestadas, desvendam um significativo grau de influência exercida pelo PCB junto à tradição política e cultural da sociedade capixaba impossível de ser percebida a olhos nus.

Como conclusão mais específica, é importante notar que o estudo da atuação parlamentar do PCB/ES mostrou que ao longo de 45 anos seus representantes preservaram como núcleo central de sua intervenção a temática social de caráter popular. A despeito disso, a atuação política dos diferentes mandatos se distinguiu na razão da incidência de fatores contemporâneos a cada mandato, de nível de representação e de grau de comprometimento partidário-ideológico de cada representante. Desse modo, para além da preocupação social que cimentou todos os mandatos, verificou-se um certo grau de heterogeneidade na sistemática da política praticada pelos parlamentares comunistas do estado.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- 1 - DULLES, John W.F. - "Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)". Ed. Nova Fronteira, R.J., 1977, 2ª edição.

- 2 - FALCÃO, João - "O Partido Comunista que Eu Conheci (20 anos de clandestinidade)". Ed. Civilização Brasileira. R.J., 1988.
- 3 - NETTO, Evaristo Giovanetti - "O PCB na Assembléia Constituinte de 1946". Ed. Novos Rumos, S.P., 1986.
- 4 - SEGATTO, José Antônio - "Reforma e Revolução - As vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964". Ed. Civilização Brasileira, R.J..
- 5 - VINHAS, Moisés - "O Partidão - A luta por um partido de massas: 1922-1974". Ed. Hucitec, S.P., 1982.

ORIGEM E RITUAIS DOS ÍNDIOS

Zoel Corrêa da Fonseca

Favorito das musas, mercê de prodigiosa inspiração e refinada sensibilidade, o poeta Gonçalves Dias foi, ao mesmo tempo, teatrólogo, tupinólogo, e cultor das tradições e da alma indianista brasileiras que, como poucos, soube idealizar e evocar em magníficos poemas. De sua autoria foi também valioso dicionário da língua tupi, editado em 1858.

De suas andanças pela paisagem indigenista brasileira, ficaram-nos observações sutis e registros interessantes das práticas ritualísticas das nações tupis, ilustradas pelo brilho de seu talento artístico e admirável riqueza verbal.

Desses registros consta o relato de duas cerimônias indígenas impregnadas de misteriosa simbologia, situadas que estavam nos dois marcos extremos da existência. A primeira era um ritual de vida e representava o nascimento; a outra dizia respeito à morte, era a cerimônia do enterro; ambas entre as tribos tupis. . Ei-las: após o parto e depois do banho de limpeza, em um curso d'água próximo à taba, era a criança entregue aos cuidados paternos, retornando a mãe a seus afazeres habituais. Tinha início, então, estranho ritual, em que o pai, utilizando tintas vermelha e preta, recobria a superfície corporal do recém-nascido. Acomodava-o, a seguir, em macio berço de algodão, pendente do teto da oca. Se pertencesse ao sexo masculino, teria direito à pequena espada, arco e flecha emblemas da vida heróica, colocados junto ao berço, ao mesmo tempo em que o pai beijava-o

prazerosamente, cumulando-o com palavras de exortação a que fosse forte, valente e destro no manejo das armas, para vingar-se dos inimigos. A seguir, recolhia-se o pai, em dieta rigorosa, a fim de fazer as honras da casa aos visitantes. Parentes e amigos traziam presentes e mimos para o indiozinho. Ante a natureza festiva dessas visitas empolgava-se o pai e cantava a canção natalícia. Contrapondo-se a esse ritual de festa e vida, a cerimônia do sepultamento revestia-se da algidez característica dessa raça taciturna e impassível perante a morte

Só as mulheres podiam carpir seus entes queridos e aliviar a dor através das lágrimas; aos homens era negado o direito de chorar, sob pena de covardia e desonra.

Nas cerimônias fúnebres, as mulheres ajeitavam o penteado de maneira diferente e por alguns dias, em sinal de luto. Cabia ao parente mais chegado ao morto, a obrigação de abrir-lhe a cova. Os índios tupis utilizavam-se habitualmente, de talhas de barro - as igaçabas, como féretros, empregando algumas tribos também as redes para essa finalidade.

Estranho ritual processava-se no ato da deposição do corpo no interior da urna funerária: o cadáver era acomodado encolhido, com os membros inferiores flexionados sobre a bacia e a cabeça fletida sobre o tórax, simulando a posição ocupada pelo feto no útero. Nas tribos que utilizavam a rede no sepultamento, era costume suspenderem-na, fixando-a pelas extremidades, no ato da inumação.

É de presumir a empolgação do insigne vate ante o simbolismo da morte e da guerra nas cores representativas de um festival de vida; da mesma maneira que a posição fetal do morto na urna funerária constituía uma alusão à vida em um cerimonial de morte.

Antônio Gonçalves Dias, que se propusera estudar os ritos e as tradições tupis "desde o berço até à sepultura", segundo suas próprias palavras, face a tão estranhas constatações, entendeu achar-se em presença do que enunciou como uma antítese filosófica, aqui transcrita nos termos em que a redigiu: "... e se na cova procuravam dar ao cadáver a posição que tinha o feto no útero contrapondo a sepultura ao berço; assim também ao entrar na

vida, apontavam para o fim que o esperava, como se o primeiro grito balbuciante do recém nascido e o último suspiro do moribundo formassem um só hiato, e representasse o primeiro ai da existência o primeiro passo para a morte.” Estudos antropológicos e de filologia comparada, posteriores à época em que viveu Gonçalves Dias, propendem a admitir a origem dos nossos índios tupis, a partir de um antigo povo navegador do Mediterrâneo, procedente da Cária - região onde hoje se situa a Turquia, na costa Adriática.

Não apenas os nossos índios Tupis, como também os Caraíbas, das Antilhas e os Guanches, das Ilhas Canárias, descendem, provavelmente, desses navegadores do Mediterrâneo - Os Cários.

Diversas características de identidade são citadas em atenção às relações entre esses navegadores e o Arquipélago das Canárias; dentre elas citam-se: a) a semelhança entre os instrumentos de pedra polida (machados, etc.) achados em escavações nas Canárias e no antigo habitat dos Cários, na Ásia Menor; b) os Cários e os Guanches utilizavam a cerâmica, porém, desconheciam o ferro; c) desconheciam a cunhagem de moedas; d) ambos adotavam o hábito de riscarem-se e pintarem-se com tintas coloridas, com predominância do vermelho. A esse último caráter de identidade podem-se acrescentar diversas analogias de cultura e comportamento comuns também aos nossos índios tupis: 1) os cantares monótonos e danças - em-círculo, formando fila-por-um; 2) as festas dionisiacas verdadeiras bacanais, em que usavam e abusavam de bebidas fermentadas; 3) os gritos e urros em suas investidas contra o inimigo, e quase sempre de surpresa ou à traição; 4) o conhecimento da indústria de confecção de redes, cestos, esteiras e anzóis; 5) o costume ancestral das múmias em posição acocorada.

Os estudos filológicos comprovam a extrema semelhança existente entre a língua tupi-guarani e o egípcio antigo, chegando mesmo à identidade completa, tanto ortográfica, quanto no que refere à significação vocabular, para inúmeros substantivos, advérbios e outras formas gramaticais. Tais similitudes lingüísticas levam a considerar os Cários, Guanches, assim como os Caraíbas e Tupis, como povos aparentados, por descendência direta, com os antigos egípcios.

Em um verso da *Ilíada* é descartada a origem grega dos Cários. Ainda

assim, mantinham eles diversas palavras gregas incorporadas a seu idioma, e que passaram ao tupi-guarani, a exemplo de: oca (morada), cunhã (mulher), catu (bom) etc. Os fatos comprobatórios da presença dos Cários nas Ilhas Canárias e em outros pontos de um mundo geográfico desconhecido, remontam à Guerra de Tróia, no Século XII a.C.

Aliados a outros povos da Europa e da Ásia, sustentaram os Cários renhida e mortífera guerra, durante dez anos, contra os Gregos, e que terminou com a vitória destes. Senhores que ficaram também dos mares após a vitória de Tróia, impuseram os Gregos terríveis castigos aos vencidos, incluindo massacres e amputações de membros e até dos órgãos genitais.

Aos Cários não restara alternativa diferente da fuga a qualquer preço, pois nem mesmo em suas colônias do norte africano sentir-se-iam seguros.

É de presumir que conhecessem o Arquipélago das Canárias - local escolhido como refúgio para as atrocidades do inimigo: embora descobertas, oficialmente, no Século XV d .C., quando ali aportou o navegador normando Jean Bettencourt, em 1402; as Canárias já eram conhecidas dos povos antigos. Os egípcios e cartagineses denominavam-nas de “ Ilhas Afortunadas “, e tanto o naturalista latino Plínio (Sec.I d.C.), quanto o astrônomo e geógrafo egípcio Cláudio Ptolomeu (Sec. II d.C.), fizeram-lhes referência em suas obras.

Bons navegadores que eram, atiraram-se os Cários à aventura oceânica, em busca das Ilhas Canárias, em pleno Atlântico, a noroeste do Continente africano empresa temerária para a época, pois nem mesmo os Fenícios - os maiores navegadores da Antigüidade, haviam atingido, ainda, as Colunas de Hércules (o atual Estreito de Gibraltar), às quais só foram chegar no Século XI a.C.

Transposta a porta mediterrânea de entrada para o oceano, atiraram-se, com a coragem ditada pelo desespero, a tripular suas modestas e desaparelhadas pentecontores, em busca do porto do destino.

Acompanhando-os na desesperada trajetória oceânica, a narrativa ter-giversa, a profetizar-lhes a tragédia na rota da salvação. De fato, a história das grandes navegações e dos descobrimentos marítimos, tem sido ao mes-

mo tempo a história das grandes distorções de rota (conforme ocorreu às frotas de Colombo e de Cabral), e das grandes tragédias, a exemplo da que sofreu Fernão de Magalhães em sua viagem de circunavegação à Terra, em agosto de 1519: sabe-se que, das cinco naus e dos duzentos e trinta e sete tripulantes iniciais, apenas dezoito estafados marinheiros tripulando uma estropiada nau, retornaram a Sevilha, após três anos de desventuras, a que nem mesmo o grande navegador foi poupado, tendo perdido a vida lutando contra os nativos das Ilhas Filipinas, em 27/04/1521. Não há leviandade, portanto, na afirmativa de desgarramentos de embarcações da frota migratória. É mesmo de presumir que muitos barcos tenham ficado à deriva e aos caprichos dos ventos e das duas correntes marítimas da região: a Corrente das Canárias, que caminha para o sul, e a Corrente Equatorial do Sul, que se orienta na direção oeste, ou seja, da África para o Brasil, bifurcando-se à altura do nordeste brasileiro, quando o ramo ascendente - a Corrente das Guianas, inflete subindo as costas nordeste e norte do Brasil, estendendo-se em direção às Guianas, Venezuela, Península do Iucatã e Antilhas.

Talvez esteja aí a explicação para a chegada dos Cários a esse mundo geográfico distante e desconhecido. Pelas suas características de guerreiros e navegadores, ter-se-iam adaptado à bacia hidrográfica amazônica, nela estabelecendo-se, em caráter definitivo, após dominar os povos autóctones, oriundos de antigas e já decadentes migrações asiáticas.

A expansão dos descendentes desse povo navegador para a costa meridional do Brasil deve ter ocorrido mais tarde, levando a outros locais as vantagens da navegação, da indústria da mandioca, da cultura do milho e do plantio do feijão e da abóbora, além dos instrumentos de pedra polida e de barro cozido

Retornando às práticas ritualísticas dos tupis, cabe sucinta referência a seus frágeis e extravagantes conceitos religiosos. Embora cressem na imortalidade da alma, não concebiam a idéia de um ser superior, imaterial e infinito, a que pudessem cultuar. Temiam um espírito chamado Tupã, mas não lhe prestavam adoração, por considerarem-no bom - era o pai da luz e do calor e não precisava de culto. Este, reservavam-no, sob forma de oferendas, para Anhang - o espírito das trevas, a fim de que não lhes fizesse mal.

É unânime a opinião dos historiadores em apontar o culto da vingança como a única e verdadeira fé dessa raça guerreira. Esse exacerbado e implacável espírito de vingança contra os inimigos, constituía-se-lhes no principal estímulo para a desafronta, que os levava à antropofagia.

O culto da desafronta era, dentre todos, o mais importante e significativo para os índios tupis. Convites eram expedidos, com grande antecedência, às tribos amigas, a fim de que todos pudessem participar das festividades.

Ao prisioneiro eram prestadas as deferências de praxe, incluindo o direito de escolha de alguma das moças da aldeia para, na condição de concubina, amenizar-lhe as preocupações durante a espera para o sacrifício, cuja data coincidia com a época final do apronto das bebidas fermentadas.

Era a cerimônia do sacrifício inseparável das danças, dos cânticos, da música instrumental, do batuque e das libações etílicas, além do consumo de tabaco. As danças eram as da tradição tupi, formando círculo em volta do prisioneiro, e delas participavam os adultos de ambos os sexos. Os instrumentos de percussão ficavam a encargo dos velhos e das crianças, que utilizavam tambores oblongos e atabaques. Os cantos e danças eram abrilhantados por instrumentos de sopro, a exemplo dos membis - flautas feitas de tíbias humanas, e dos torês, confeccionados de taquaras, emitindo sons de registro mais grave.

As honras do sinistro evento pertenciam ao guerreiro escolhido para a função de carrasco. Era-lhe reservado recinto especial, onde se preparava devidamente, à altura de sua condição de protagonista do sacrifício. Apresentava-se no momento aprazado, vestido de gala e pintado profusa e extravagantemente. Encaminhava-se para o prisioneiro atado a uma estaca, no centro do pátio e com os cabelos tosados.

Brandindo a tangapema ornada de penas e de coloridas cascas de ovo untadas em goma icica, descarregava o golpe fatal, em meio à algazarra de gritos e aplausos da ululante platéia.

Era direito do sacrificador lavar, no próprio corpo, riscos indeléveis

em memória do feito - uso semelhante ao do paganismo do antigo Continente Europeu, mais tarde proibido por Moisés em um dos Livros do Pentatêuco - o Levítico.

A todos os participantes do bárbaro festim era servida uma porção - por pequena que fosse, do hediondo banquete. Aos membros ausentes da tribo, reservavam-se-lhes seu quinhão, para quando retornassem.

Os troféus (da meritória proeza de trucidar um indivíduo desarmado e quase sempre inocente de males causados por ancestrais próximos ou remotos) reservar-se-iam a usos diversos: os dentes e pequenos ossos das extremidades seriam convertidos em brincos, pulseiras e colares; as tibias, fêmures e demais ossos longos utilizar-se-iam como instrumentos de sopro, ou pontas para flechas, lanças, ou para confecção de anzóis, enquanto a caveira, espetada em uma estaca, adornaria a entrada da aldeia índia.

A razão finalística de tão sinistro artesanato, era a de impedir sepultura ao sacrificado, evitando-lhe, por essa forma, a reencarnação, para o devido ajuste de contas

Essas cerimônias de desforço e odiosidade, embora chocantes pelo aspecto macabro de que se revestiam, são, contudo, passíveis de compreensão. Difícil, se não impossível, é entender o sentido sutil no comportamento de rústicos e selvagens índios, a expressar sentimentos de vida e de morte mediante alegorias, a exemplo das cerimônias descritas nas páginas iniciais. Ultrapassariam tais sutilezas os simples devaneios do pensamento abstrato? Talvez seja preferível apenas enunciá-las, conforme fez o poeta de Os Timbiras, pois em realidade, não têm tradução nesta humana existência.

BIBLIOGRAFIA

- * História do Brasil - José Francisco da Rocha Pombo - Volume II Editora J. Fonseca Saraiva & Cia. Editores - Rio de Janeiro
- * Idéias religiosas e organização social dos Tupis - Francisco Adolfo Varnhagen - Volume II - Seção IV - Capítulo X da 1ª Edição

* História da Civilização - Will Durant - Editora Record - Volume VI - “ A Reforma” - Capítulo X

* A primeira viagem ao redor do mundo - Antonio Pigafetta - L&PM Editores Ltda. - Porto Alegre - 1985

Notas e Comentários

Estudos Tupinológicos

José Moysés

Quando Presidente da Sub-Comissão de Boletim e Revistas do Rotary Clube de Vitória, pedi ao culto e saudoso desembargador José Fortunato Ribeiro, um dos mais profundos conhecedores do tupi em terras capixabas, sua colaboração valiosa, tendo sempre em vista “as observações locais, pesquisas históricas e geográficas e sugestões racionais”, recompôs e aviventou o excelso magistrado “o remanescente dos nomes tupis” no Estado do Espírito Santo. Ei-los; por ordem alfabética:

Airizes - topônimo do município de Itapemirim e de Campos.

Este topônimo provém de uma palmeira airi, iri, também conhecida por brejaúba.

Havia no lugar grande abundância dessa palmacea que caracteriza as terras áridas.

E uma pluralização portuguesa e errada.

Ananas — Para nós é toda a bromeliacea, quer seja rupícola, quer seja dendrófila, quer sejam ainda aquelas que se espargem em touceiras pela faixa arenosa do litoral.

O nome original é nana (na-na) que foi erradamente pluralizado ananás—ananazes.

A repetição dos nomes exprime abundância por freqüência, multiplicação, continuação, etc.

Equivale ao aumentativo.

E um recurso gracioso e elegante da língua.

E muito comum tal repetição como veremos adiante.

Assim nana (nha-nha, yã-yã), quer dizer fruta grande, fruta com abundância, fruta apinhada, fruta em penca. etc.).

Araruama—Cidade do Estado do Rio.

O topônimo provém da grande quantidade de ostras que ali jazem e assim e decompõe: ireru, iriri, riri, iriru (ostra); (uama, guama, comedouro; ou seja, comedouro de ostra, lugar onde se come ostra ou mariscos) .

Há diversas interpretações, mas esta é a exata.

Atestam-no os grandes depósitos de ostras e as fábricas de cal ali existentes. O nome antigo era iriruama, conforme os anais cariocas.

Bu-bu—mananciais de água que abastecem parte de Vitória.

A repetição do nome bu-bu exprime abundância, por freqüência, multiplicação, continuação, como elucidamos em ná-na [ananás]

Equivale a um aumentativo.

É muito comum essa repetição e não há simile em outra língua.

Encontraremos assim: cem-cem (formiga-doceira); gúaiu-guaiu (formiga-correção); guaru-guaru (peixe chamado barrigudinho); piri-piri (juncal), etc.

Bu, ipu, ubu, obu, quer dizer fonte, nascente, mina de água, poço, manancial, etc.

Cabiuna—Madeira de lei muito procurada pelos marceneiras

Muitos a definem como madeira preta, mas a decomposição exata é ca, caa, madeira; bi, pi centro, cerne; una, preto; ou seja, madeira de cerne preto.

Caboré—Pequeno bubônida de nossas matas e capoeiras .

Embora os mestres dêem interpretações diversas, a exata é esta: ca, caa, mato, u, escuro; ré, propenso; ou seja, propenso às matas escuras.

No tupi amazônico é cauré.

Caçaroba—É o nome da pomba amargosa de nossas matas.

E uma corruptela de ipeca pomba. açu grande; roba amargosa; ou seja, pomba grande amargosa.

E também chamada pomba galega.

Caparaó—A grande serra interposta entre o Estado de Minas e Espírito Santo.

Há várias interpretações, mas todas baseadas em lendas.

A verdadeira interpretação é esta: ca; caa, mato, madeira; apara, torta; grossa, ou seja, árvore torta e grossa.

Os vendavais constantes e o açoite do nordeste tornaram tortos e grossos os troncos das árvores nesse lutar constante contra a Natureza.

Capoeira—Floresta que substitui a mata virgem, depois de derribada.

Os tupinólogos definem a capoeira como o que já foi mata.

Há um equívoco na interpretação, pois a capoeira continua sendo mata, mato. O nome se decompõe assim: co, copi, roça, puera, que já foi; ou seja, o que já foi roça.

O caboclo que Euclides da Cunha classifica como “fazedor de deserto”, feita a roça, abandona o trato da terra plantado que se transforma em capoeira.

Capuaba—Pequeno rancho coberto de palmas para guardar, provisoriamente, o produto da colheita ou para abrigo dos trabalhadores contra as chuvas

O nome assim se decompõe: ca, caa, mato; puaba; coberto; ou seja, coberto de mato, de palmas, de sapé.

Não se confunde com capichaba que é pequena lavoura de cereais: milho, feijão, arroz, cana de açúcar etc.

O topônimo e o gentílico capichaba assim se decompõe: acopi, copi, capina, roçado, ou seja, o lugar de capina, do roçado, da lavoura, etc.

Curuçá—Conhecido crustáceo de nossas praias, quase imperceptível, por tomar o cor da areia; em que vive.

O nome assim se decompõe: quara, buraco; uçá, carangueijo; ou seja, carangueijo do buraco.

Emboacica—topônimo do Espírito Santo e do Estado do Rio.

O nome assim se decompõe: emboaba (apelido dado aos portugueses), cica-chegada, chegar; ou seja chegada do emboaba, até aonde chegam os emboabas.

Gargau—Povoado à margem do Paraíba, no Estado do Rio.

O nome assim se decompõe: guaru, um peixinho chamado barrigudinho.

A repetição guaru-guaru, exprime a abundância, por frequência, multiplicação, continuação, como elucidamos, em bu-bu.

É uma modalidade de aumentativo.

Gargau é, pois, uma corruptela de guaru-guaru.

O topônimo guarulhos em Campos e Espírito Santo tem o mesmo sentido. Foi aportuguesado

Gargoá—Povoado à margem do Rio São João, em Cabo Frio.

É uma corruptela de guara-guara ou garaguá que é o peixe boi que ali pré-existiu como no litoral capixaba.

Gia—S o nome indígena de rã.

Assim se decompõe: Gi, água, a, indivíduo, ente; ou seja, indivíduo da água.

Giboia—cobra que vive nos lugares alagadiços e daí seu nome que assim se decompõe: gi, água; boia, mboi, cobra; ou seja, cobra da água.

Há outras interpretações mas a legítima é esta.

Iconha—Cidade e município do Espírito Santo e também do Estado do Rio onde aparece com a grafia Igonha. Alguns tupinólogos como Alcoforado dão a tradução como ligados, pegados, gêmeos.

Discordamos, com a devida vênia dos mestres, pois Iconha, assim se decompõe: ig, água; onha, corre; ou seja, onde a água corre, onde a água começa a correr, correnteza, etc.

Inhapim—Inhapu, japim, japuim, japi é um pássaro poliglota, pois arremeda todos os pássaros com que conviveu .

Leva vida gregária, em colônias, tendo o ninho dependurado em forma de longa bolsa.

O nome assim se decompõe: iapu, yapu, japu, nhapu, outro icterida de tamanho médio que chamamos gnache (onomatópico) e um terceiro maior ou iapuassu .

O inhapim é na verdade uma miniatura do iapu, guache, ou japira.

Ipanema—Topônimo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Assim se decompõe: upaba, ipaba, lagoa; nema, imprestável, fétida, putrida, podre, poluída, ou seja, lagoa poluída, putrida, fétida, podre.

A supressão da sílaba BA decorre de norma gramatical a que aludiremos adiante.

Iiritimirim—Topônimo do Espírito Santo. s povoado e ribeirão que aflui para o Benevente, (antigo Iiritiba) e daí seu nome que, assim se desdobra: iriri, ostra; tiba, sufixo que exprime abundância; mirim, pequeno; ou seja, pequeno iriritiba e isso em relação ao rio Iiritiba de que é afluente.

A sílaba BA caiu em decorrência de conhecida norma gramatical.

A norma gramatical a que nos referimos manda que, nas composições, sendo oxítono conserva inalterável, sendo paroxítono perto de vogal perde a última vogal e diante de consoante perde a última sílaba.

Itapororama—Povoado e região à margem da rodovia, que liga Vitória a Cachoeiro de Itapemirim.

O nome assim se decompõe: ita, pedra; pororog, estrondar, arrebentar, estalar no particípio; rama— região; ou seja, região das pedras estrondadas ou arrebentadas .

Jabotirica—Adulteração de nome de conhecido fêlida de nossas matas e assim se decompõe: jaguar ou jagua; onça; tirica, medrosa, ou seja, onça medrosa.

Jacareipe—Frequentadíssima praia nos arredores de Vitória.

O povo denominou-a Jacaraípe e persiste nessa grafia, quando o topônimo é jacareipe e, assim se desdobra—jacaré, o crocodilo; hi, água; pe, caminho, ou seja, caminho de água ou canal do jacaré.

Jacarecica—O nome assim se decompõe: jacaré (árvore); cica, resina; ou seja, resina de jacaré (árvore) e não baba do jacaré, como pensam alguns.

Jacunem—Conhecida lagoa perto de Vitória.

É topônimo também do Estado do Rio onde aparece sob a forma Jaconê e Jaconema.

Os tupinólogos interpretam como jacu fétido, catinguento.

E uma injúria ao galináceo de nossas matas, pois não há jacu catinguento.

O topônimo é uma corruptela de Jucunem ou Jucunema que explicaremos adiante.

Jucu—O topônimo deriva de jacu, (lama preta, tijuco preto).

Há o lugar Tijuco Preto em Domingos Martins.

O nome assim se decompõe: i, y, ti, água; iuc, podre; u. preto; ou seja, lama preta, tijuco preto.

Jucuna—Lugar no município de Viana.

Há aí uma composição pleonástica, porque jacu já é preto.

Jucunem ou Jucunema—E o nome de uma lagoa nos arredores de Vitória e de um lugar no município de Aracruz e perto de Guarapari.

Jucunem, Jucunema, Jaconê e Jaconema (Estado do Rio) e assim se decompõe: jacu, lama preta; tijuco preto; já descrito, nem, nema, podre, fétida, catinguento, ou seja, tijuco preto, lama preta, fétido, catinguenta.

Jucupitanga—Lugar no município de Viana.

O topônimo Jucu Vermelho.

Aí em vez da composição pleonástica, há a composição contraditória, pois, como, sendo preto, pode ser vermelho.

E perfeitamente explicável:

Onde ele nasce é preto, mas, ao atravessar o município, percorre terras vermelhas, que na ocasião das chuvas torrenciais o tornam vermelho.

Jucuruaba—É o mesmo que Jacaroaba, Jacaruaba, Jacaroá, que significa lugar dos poços de água, nascentes nas baixadas e aba, flexão.

Aparece no Estado do Rio como Jacaroá, com outra versão.

Jucutuquara—Importante bairro de Vitória que foi fazenda dos Monjardim e ao tempo deles chamava-se Jucurutuquara, conforme rezam os anais.

O nome assim se decompõe: jucurutu, coruja, quara, buraco; ou seja,

buraco das corujas.

Lá está o buraco que o nordeste erodiu com o fluir dos tempos.

Maimbá—Maembá—May-bá—E o nome de uma lagoa nos arredores de Guarapari.

A primeira vista, parece nome de origem africana mas é puramente tupi e assim se decompõe: mba-mba, riquezas, haveres, cousas.

A repetição do nome significa abundância, como ficou explicado e corresponde ao aumentativo.

Na Bahia aparece sob a forma de embaes (pluralização portuguesa) e no Amazonas sob a forma mbaetá.

O topônimo nasceu da grande abundância de peixe, verificada nos iterados escoamentos das águas.

Manhuaçu ou Manhuassu—É um rio que derivando das regiões alpestres de Minas Gerais aflui para o Rio Doce. Abaixo desse rio há outro, no Espírito Santo chamado Guandu que aflui também para o rio Doce.

O nome do Guandu era primitivamente Mandii ou Mandiy (rio do mandi ou rio do bagre).

Havia, então, dois rios, a saber: o Mandii e o Mandiyuassu e ainda o Mandimirim, afluente deste último.

Manhuaçu ou Manhuassu significa, pois, rio Mandiy grande, em relação ao menor que é seu afluente.

Com o fluir dos tempos e evolver da língua, tornou-se Manhuaçu ou Manhuassu.

Marataizes—Importante praia do Espírito Santo. O topônimo assim se decompõe: mbara, para, mara, mar, tai, tahy, tagi, tahi furo (no Amazonas), canal, entre nós.

Tahi ou Tagi é o canal de comunicação natural entre um rio e seu afluente, acima da confluência; entre um rio e um lago, e ainda entre o mar e um lago.

E, pois, Marataizes, canais do mar.

Maratai, recebeu a pluralização portuguesa errada como em Airises, Caraizes, goitacazes, Cataguases, etc.

Marcanaiba—Árvore de nossas matas chamada em alguns lugares
brauna maneca.

É muito procurada pelo marcenciros.

O nome assim se decompõe: maracanã, conhecido psitacida de nossas
matas e capoeiras que anda em bando; iba, árvore, ou seja, árvore da
maracanã.

O nome foi adulterado para macanaiba.

Meaipe—Bela praia nos arredores de Guarapari.

O nome, assim se decompõe, miua, mbiuá, biqua, ave marítima, da
família dos carbonidas, chamada corvo marinho ou pata de água—hi, água;
pé, caminho, ou seja, canal.

Meahipe é, pois, canal do biguá.

Muchuara—Montanha nos arredores de Cariacica. Sobre um dos seus
flancos se divisa um bioco de granito em forma de caçador que espera insi-
dioso o animal para desferir-lhe o tiro.

É corruptela de ca—monduchara que significa caçador.

Há muitas interpretações, algumas lendárias e fantasiosas .

O nome certo é este embora deturpado—caçador.

Mucurata—Serra e povoado no município da Serra.

O topônimo assim se decompõe: micura, mucura, mbicura, gambé;
etc, sufixo que se emprega pospondo-se ao nome para indicar muitos.

Mucureta e não mucurata significa, pois, gambás. O povo persiste no
erro como em Jacaraípe.

Pereira—Preciosa árvore de nossas matas de propriedade medicinal e
cuja entrecasca é muito procurada .

A primeira vista parece palavra portuguesa, mas é puramente tupi.

Assim se decompõe: pi, pe, casca, rera, sufixo pluralizador; ou seja,
cascas.

O nome provém de muitas entrecascas que há superpostas umas às
outras.

Piuma—Município ao sul do Estado do Espírito Santo.

O topônimo provém do mosquito chamado pium que é onomatópico e

a pronúncia dos franceses com o destaque do m se transformou em piuma.

Essa é a versão exata.

Sabiá—Topônimo de Muqui e luna. É o nome de conhecido pássaro da família dos turdidas e de que há grande variedade.

O nome assim se decompõe: suaia, ruaia, ruaria, rabo; a, á, alevantado, arrebitado.

Assim o denominaram, por ter sempre a cauda levantada, ao alçar vôo ou ao pousar.

É uma espécie de leme que o equilibra.

Sanhaço—é um pássaro de nossas matas, capoeiras e pomares.

O nome assim se desdobra: sahi, pequeno pássaro conhecido; assu ou açu grande; ou seja, sahi grande saiassu, saiaçu que se transformou em sanhaço.

Sape—Gramínea conhecida também por capim sapé .

Tem a raiz doce e é arundiniforme, embora em miniatura.

Tem a raiz gomos como cana e é doce e daí seu nome que assim se decompõe—sapo, raiz, eem, doce; ou seja, raiz doce

A raiz é na verdade, doce, como cana.

É por isso que os cientistas classificaram o sapé como saccharum sapé.

Setiba—Praia nos arredores de Guarapari.

O topônimo assim se decompõe: sua, ciba, sia, sea frente; tiba, muitas, muitos, ou seja, muitas frentes, muitas praias, muitos ancoradouros.

Setiba era antigamente suatiba.

Tem de fato, muitas praias.

Tagi—Tagi, tahi, ou Tahy é a comunicação natural entre um rio e seu afluente acima da confluência, entre um rio e um lago; e ainda entre o mar e um lago. No Amazonas e proximidades chama-se furo e entre nós, canal (v. Marataizes).

Tahi ou Tahy é topônimo do Estado do Rio, em Campos e São João da Barra.

A interpretação desses nomes decorreu de diuturnas e acuradas pesquisas e sondagens das localidades e coisas e não por palpites e criações fantasiosas dos gabinetes isoladamente

Patrimônio Cultural: a preservação da memória ferroviária

Léa Brigida Rocha de Alvarenga Rosa

Documentos extraviados ou em mau estado de conservação, monumentos danificados, cidades históricas sempre ameaçadas. A preservação da memória nacional tem sido meta de muitos governos, mas ainda merece por parte de historiadores e pesquisadores críticas contundentes e queixas amargas.

Portanto, quando se trata de preservação da memória histórico-cultural, uma constatação é logo evidente: os acervos e a cultura do país embora discutidos continuamente por setores especializados, muitas vezes continuam abandonados e até passíveis de extinção pela pouca atenção que se dá às ações efetivas de preservação.

Uma pergunta então se coloca: quais as perspectivas da memória nacional?

Sem pretender esgotar o assunto, nossa intenção é chamar a atenção para possíveis caminhos que implicam a organização da cultura, como o caso da preservação da memória ferroviária.

A preservação da memória social tem recebido, nos últimos anos, o apoio de parcelas expressivas das comunidades brasileiras, em claro contraste com o que ocorria há dez ou vinte anos atrás. Nessa época, o ímpeto da modernização induzia à destruição do antigo para, sobre os seus restos, exigir o novo. Hoje, verifica-se o oposto! Há preocupação em preservar o antigo, embora, por as vezes, carente de uma participação efetiva da sociedade.

O próprio termo “memória”(que muitas vezes substituiu a nossa velha “história”, sem nenhuma vantagem) deixou de ser monopólio dos especialistas no estudo e preservação das coisas do passado.

Fala-se em “memória organizacional” para se referir aos arquivos e registros de atividades de empresas e instituições; fala-se da “memória de reuniões” em substituição ao tradicional termo “ata” etc. Em suma a palavra “memória” passou a fazer parte do cotidiano de importantes segmentos da população.

O valorizar da preservação do passado deve-se em grande medida à ação insistente de historiadores e outras entidades sociais e tem gerado frutos importantes: além de inúmeras ações concretas já concluídas ou em andamento, hoje é possível apresentar projetos de preservação (de documentos de imóveis de máquinas ou equipamentos, etc) sem obter a imediata resposta negativa que era usual há duas décadas atrás. Esta receptividade a projetos de preservação da memória tem estimulado grande número de iniciativas do gênero, o que, evidentemente cria novo tipo de dificuldade. Trata-se da grande concorrência que se estabelece por recursos que, em geral, já não são volumosos e que tendem a se reduzir diante do aprofundamento da crise financeira do Estado brasileiro.

Diante de tais circunstâncias, a proposta de preservação da memória ferroviária deve ser precedida de reflexão ampla que explicita:

1- Para os agentes da proposta de preservação: por que é importante a preservação da memória ferroviária; quais os elementos dessa memória ferroviária que devem ser preservados; e a forma que deve assumir tal preservação .

2- Para aqueles a quem será apresentada a proposta de preservação (ou seja, os que controlam. hoje, os acervos de interesse e os que controlam as fontes de recursos para tal projeto) e para o público em geral: qual o sentido social da preservação da memória ferroviária e em que ela contribui para o desenvolvimento da sociedade atual.

Poder-se-ia fazer alguma objeção sobre a pertinência das questões colocadas, argüindo que preservar o passado é necessidade inerente à natureza do ser humano. Seria difícil discutir esta no espaço de algumas páginas, mesmo assim, a reflexão proposta se fará necessária, independente da visão mais geral sobre o significado da História (e da memória).

Para justificar a importância da preservação da memória ferroviária bastaria destacar o papel das ferrovias na sociedade brasileira, como um setor pioneiro, organizado sob forma propriamente capitalista no Brasil, tendo por esse motivo, imposto sua marca sobre outros setores organizados posteriormente e deixado herança que, em certos casos, se prolonga até nossos dias.

Outros tantos exemplos da importância das ferrovias na constituição do capitalismo brasileiro podem ser citados: introdução de tecnologia típica do capitalismo; relações de trabalho capitalistas, ou seja, trabalho assalariado com uma hierarquia bem definida; núcleo de alguns dos primeiros movimentos de trabalhadores e das experiências sindicais; instalação das primeiras “escolas profissionalizantes”, ligadas ao ensino dos ofícios peculiares das estradas de ferro etc.

Assim, ressaltam questões que devem ser preservadas: documentação referente à constituição de empresas; aos acionistas e diretores; às contas da empresa; às máquinas e equipamentos; contratos de trabalho e fichas de funcionários; material referente às escolas ferroviárias e ao funcionamento das oficinas etc.

Mas há ainda o problema de saber como sensibilizar e como engajar órgãos públicos, empresas privadas e o público em geral nesse esforço pela preservação da memória ferroviária.

Quanto ao público, o trem tem forte apelo junto à população de modo geral e principalmente em relação às crianças. Nesse sentido, a restauração de estações desativadas e de equipamento em desuso pode constituir um primeiro passo para ganhar o apoio da população e gerar demanda popular por novas realizações.

Quanto àqueles que devem ceder o objeto da preservação e os recursos para tanto, pode-se prever maior dificuldade. Certamente não se deve atribuir à História uma função utilitária: sua legitimidade não depende daquilo que ela possa produzir de útil ou concreto em nossos dias. No entanto, fica evidente que a preservação da memória tem função educativa, atuando como catalisador de todo o sistema formal de educação.

Acervos preservados não produzem por si próprios, novas tecnologias, mas certamente preparam novas gerações para o domínio de instrumentos cada vez mais complexos e sofisticados. Esse é o sentido social que se pode atribuir à preservação da memória.

Entretanto, a prática preservacionista deve levar em conta a conceituação de preservação, especialmente no que se refere ao patrimônio coletivo. A preservação histórico-cultural assume, por vezes, caráter ideológico, mistificando a real participação da sociedade na produção social.

A própria historiografia pode constituir um sistema capaz de diluir a memória histórica em alguns aspectos, esvaziando o conteúdo de ação de algum segmento social, apresentando-o destituído de qualquer dimensão questionadora.

A tarefa do pesquisador será, então, a de trabalhar com um material que permita maior abrangência para que reconstitua através da preservação, a mais próxima dimensão das experiências históricas - o saber e o fazer da sociedade.

É importante lembrar que a parada problemática da preservação dos registros da experiência humana, a questão que deve mostrar todo o trabalho preservacionista é a defesa de uma memória racional ligada à observação crítica da História.

Os Juizes Conservadores da Nação Inglesa

Renato Pacheco

É conhecida a hegemonia inglesa sobre o mundo, no Século passado, e especialmente a influência da Inglaterra sobre o Brasil, nos tempos que antecederam a Independência e nos anos subsequentes.

Mas pouco se tem escrito sobre o privilégio de extraterritorialidade de que gozava o cidadão inglês, no Brasil, assim como em outras nações periféricas, inclusive no decadente Império Otomano, assunto de que vamos ocupar-nos, nesta pequena nota.

Quem chama a atenção para o fato é o grande historiador José Honório Rodrigues: não só a igreja e o pastor possuíam os ingleses como privilégios especiais, concedidos pelo Tratado de 1810, tinham direito à construção de um cemitério próprio e o fizeram, bem como a um juiz conservador, que dirimia questões entre eles, ou em um deles estivesse envolvido. “ (Meu é o grifo) (op. Cit. 2o vol.p.92).

Além dos privilégios concedidos à Grã-Bretanha, o Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro guarda os originais dos Tratados de Navegação e o projeto de aliança entre Portugal e a Inglaterra ambos de 1810.

Os Juizes Conservadores da Nação Inglesa, consoante afirma o Desembargador Fernando Vieira Ferreira foram criados pelo Alvará de 4 de maio de 1808 (op. Cit. p.10). Segundo o mesmo autor, havia-os no Rio de Janeiro, e em outras cidades como São Luís do Maranhão. Gilberto Freire dá notícia de outro em Salvador, cuja eleição foi defendida pelo Cônsul Parkinson (op. cit. p. 235). As eleições eram feitas, no Consulado Inglês, com presença dos negociantes daquela nação, e o eleito passava a ter Jurisdição em solo pátrio.

Este privilégio só desapareceria em 1844, e, ainda em 1833 o decreto de 7 de novembro designava para substituto do Juiz Conservador um desembargador e determinam que, em suas faltas, as partes elegessem árbitros.

Ainda no AHI há processos despachados pelo Conservador da Nação Britânica, em geral casos relativos a heranças de súditos ingleses. Gilberto Freyre, com base em Aviso de A Gazeta do Rio de Janeiro, de 21.08.1811, dá conta da grande confusão gerada na praça daquela cidade, com a falência de inúmeras firmas de cidadãos ingleses, cuja venda de mercadorias, em leilões, só satisfazia a eles mesmos, dando muito trabalho aos juizes Conservadores, situação que só se normalizaria em 1819 (op. Cit. p.117e 133).

É por isso que Richard Graham, ao analisar o impacto da economia inglesa na modernização do Brasil, só o faz a partir de 1850, mostrando quão periférico era nosso país, em contraste com a progressista Inglaterra. Nesta época um novo ator - o café - ocupa com brilho o palco nacional, trazendo prosperidade geral, com balança comercial favorável e orçamentos equilibrados, o que, com base nas idéias do liberalismo econômico europeu, acabaria dando origem ao “ Manifesto Republicano” de 1870.

Já então, os juizes especiais britânicos, que tanto irritavam os patriotas brasileiros ao tempo da Independência, quando afirmaram que o Brasil era um país “politicamente independente de toda tutela européia”, já então os Juizes Extraterritoriais Ingleses se tornaram algo inconcebível no panorama judiciário nacional.

Extraterritorialidade que os países ditos hegemônicos insistem em decretar, neste final do século XX.

Fontes

I - Manuscritas.

- Arquivo Histórico do Itamaraty-Privilégios concedidos à Grã-Bretanha, Lata 186, maço 3.
Tratado de navegação com a Grã-Bretanha, Lata 183, maço 2.
Projeto de aliança entre Portugal e a Inglaterra. Lata 201, maços 3,4 e 5.
Conservador da Nação Britânica, Lata 203, Maço 3

II - Impressas.

- Ferreira, Fernando Luiz Vieira, Juizes e Tribunais do 1º Império. Rio, 1937
Freyre, Gilberto. Ingleses no Brasil. Rio, JOE, 1977.
Graham, Richar. British & the onset of modernization in Brazil. (1850-1914). Cambridge, 1972.
Rodrigues, José Honório. Independência: revolução e contra-revolução. Rio, Francisco Alves, 1975.

ZUMBI

1655(?) -1 695

Paulo Stuck Moraes

Com a intensificação do tráfico negreiro para o Brasil, iniciado no século anterior, era natural que começassem a haver revoltas mais organizadas dos negros escravizados, já no início do século XVII. Retirados de seu habitat natural, onde, em muitos casos, pertenciam às classes dominantes, não poderiam aceitar pacificamente a condição que se lhes impunham os brancos portugueses baseados em terras brasileiras. Começam, então, a surgir as primeiras revoltas, as primeiras fugas, o que vai redundar na formação dos chamados *Quilombos*, aldeamentos de negros fugidos das fazendas, onde se organizam e tentam viver em liberdade. O mais famoso deles é o de *Palmares*, que resistiu por cerca de noventa anos ao assédio branco, só sendo vencido em 1694. É de seu mais famoso membro que dissertaremos a seguir: *Zumbi*

Não se sabe ao certo o início da formação dos Palmares, na realidade uma 'federação' de comunidades negras que se fixaram na região da Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. Provavelmente, já no final do século XVI, os primeiros núcleos embrionários do que seria conhecido como Quilombo dos Palmares já estavam em gestação. Alguns documentos dão conta de um movimento de escravos fugidos já por volta de 1597, naquela região. Como não eram discriminatórios para com quem quisesse habitar em seus limites, aceitando negros, índios, mestiços e também brancos, logo o crescimento demográfico foi ficando evidente, inclusive com a formação

de vários núcleos habitados, alguns a até 120 quilômetros de distancia do principal deles, o do Macaco, que era considerado a capital da ‘república’ dos Palmares. (Havia muitas palmeiras na região, formando uma densa floresta, daí a origem do nome Palmares).

Segundo documentos da época, no princípio de 1655, em uma das inúmeras e malfadadas expedições brancas contra Palmares, os atacantes destruíram vários mocambos, e, em um deles encontraram uma criança recém-nascida, à qual tomaram e levaram dali, deixando-a aos cuidados do padre português Antônio Melo, da localidade de Porto Calvo, em Alagoas. Teria sido batizado por esse padre com o nome de Francisco. Sob os olhares desse padre, essa criança cresceu, aprendendo português e também o latim, e, segundo relato do próprio padre, demonstrava “*engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrei em brancos*” (Freitas, Décio 116). O padre o fez seu coroinha com a idade de 10 anos, por ter “*cordura perfeitamente cristã*” (Freitas, Décio - 116).

Para surpresa do padre Antônio, em uma manhã de 1670, ao procurar seu pupilo, então com 15 anos de idade, descobre que ele havia fugido com outros negros levantados, para Palmares. O padre, que em 1682, voltou para Portugal para ser pároco na cidade de Santarém, deixou várias cartas, da sua correspondência com um amigo da cidade do Porto, onde fala desse menino.

O padre tornatia a vê-lo mais tarde, quando este já assumira o comando de Palmares e trocara o nome cristão Francisco pelo nome africano Zumbi. Em três ocasiões Zumbi chegou até Porto Calvo, para trazer presentes ao padre, “*por saber da muita miséria em que me encontrava*”, como consta de uma de suas cartas. Esse relacionamento com o principal chefe dos negros fugidos, causou algumas represálias ao padre, uma vez que dá conta que “*os moradores me chamaram repetidas vezes colono dos negros*”.

É esse homem que, no decorrer da década seguinte, vai participar de diversas incursões palmarinas contra povoados brancos, como Serinhaém Alagoas, Penedo e mesmo Porto Calvo. Em breve passa a comandar ações militares que se confrontam com as diversas expedições portuguesas, tal como no embate ocorrido no final de maio de 1676, contra as forças de Manoel Lopes Galvão. O relatório dessa campanha, cita o General das Armas Zumbi, que foi ferido em combate, em uma das pernas, ferimento este que o deixaria coxo para o resto da vida.

Nessa época, era “rei” de Palmares, como denominam os documentos portugueses da época o maior mandatário das hostes negras, Ganga-Zumba (? -1680), o qual, após a incursão de Fernão Carrilho, em 1677 e 1678, resolve aceitar as condições de paz oferecidas pelo governador, em 1679, que queria por fim às hostilidades que já se arrastavam há mais de 70 anos. Esse acordo trouxe a insatisfação ao seio de toda comunidade, que acusava seu rei de inépcia e irresponsabilidade, e fez aumentar a oposição ao seu governo, além de aumentar o prestígio de Zumbi, já visto como principal chefe oposicionista.

Passando à ação, Zumbi rebela-se em meados de 1679, e, liderando seus homens, primeiramente assume o controle de todos os povoados à volta de Macaco, para a seguir marchar contra a capital. Ganga-Zumba, para evitar o confronto, abandona a cidade, refugiando-se em Cucaú, juntamente com cerca de 400 simpatizantes, prometendo retornar para livrá-la do jugo de Zumbi.

Refugiado em Cucaú, e mantendo bons entendimentos com o governo, Ganga-Zumba sente a revolta no ar, mas não consegue se livrar de seus algozes, sendo envenenado em princípio de 1680.

Zumbi assume o controle total dos Palmares, infligindo, logo nos primeiros meses de atuação, a primeira de uma série de derrotas que causou aos portugueses.

Diversas campanhas se seguiram, com sucessos de ambos os lados, e garantias, pelo lado dos portugueses, de ter eliminado Zumbi, como foi o caso do negro Domingos Rodrigues Carneiro, filho de escravos e comandante do Terço dos Henriques, e Sebastião Pinheiro Camarão, sem que se comprovasse o real sucesso da empreitada.

O rei D. Pedro II (1648-1706) em pessoa teria encaminhado correspondência a Zumbi, datada de 26 de fevereiro de 1685 (encontra-se na Biblioteca da Ajuda (Freitas, Décio - 132)), por intermédio de João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco, onde prometia-lhe liberdade, extensiva aos familiares e seguidores, com opção de escolher o lugar de moradia. Não se sabe se Zumbi a recebeu a mensagem, e, se a recebeu, não tomou conhecimento, pois continuou com as campanhas contra os portugueses.

Novamente é chamado para combater Palmares o sertanista Fernão Carrilho, que havia imposto séria derrota a Ganga-Zumba, em 1677 e 1678,

que levava ao acordo de paz de 1679. Nessa empreitada teve sucesso duvidoso, tendo interrompido a campanha em virtude da chegada do inverno, limitando-se a queimar casas e destruir plantações.

Começam, então, a entrar em cena, os bandeirantes paulistas, capitaneados por Domingos Jorge Velho (1614-1703). Em contato desde 1687, somente em 1691 o bandeirante pode partir para o efetivo combate a Palmares, após participar de campanha contra índios rebelados do Rio Grande do Norte, além de diversas exigências que fez para empreender a luta. O primeiro confronto com os palmarinos representou fragorosa derrota dos paulistas, tendo Jorge Velho culpado aos dois pelotões de locais e ao seu pouco conhecimento, tanto do local como do aguerrimento do inimigo.

A nova expedição só se põe em marcha em fins de 1693, muito mais fortalecida, em homens e armamentos, impondo impiedoso cerco a Macaco, desde os primeiros dias de janeiro de 1694. Os palmarinos, sob o comando de Zumbi, conseguem resistir ao assédio, por cerca de um mês, repelindo vários ataques efetuados contra a muralha central.

Com a chegada de 6 canhões vindos do litoral, a 3 de fevereiro de 1694, preparou-se o ataque final. Em tentativa desesperada, Zumbi tentou um ataque noturno, entre 5 e 6 de fevereiro, mas, descobertos antes de se posicionarem, e acuados entre o ataque dos paulistas e um despenhadeiro, foram facilmente vencidos. Ao amanhecer, após o fogo dos canhões, a capital dos Palmares foi invadida, e se consumou um dos maiores massacres já vistos no Nordeste, segundo Décio Freitas.

Zumbi escapou à destruição de Palmares, provavelmente ferido, refugiando-se com alguns poucos sobreviventes, em florestas um pouco distantes do local onde antes fora Palmares. Em dezembro de 1694, recomeçam a aparecer sinais de hostilidades negras, e a notícia de que Zumbi se encontrava vivo, causa enorme surpresa na capital da capitania. Acreditava-se que o "valoroso negro que era seu general" (Freitas, Décio - 165), estaria entre os mortos da batalha ocorrida a 5 e 6 de fevereiro passado. Domingos Jorge Velho assinala sua presença em diversos pontos da região da vila de Penedo, onde chega a entrar, em busca de armas e munições.

No início de novembro de 1695, o mulato Antônio Soares (séc. XVII - séc. XVIII), chefe de um dos grupos que serviam sob as ordens de Zumbi, é capturado quando de uma incursão à vila de Penedo. Após resistir à tortura,

cede à promessa de liberdade e manutenção da vida, caso entregasse Zumbi.

Aquartelado num local próximo à serra Dois Irmãos, em um ponto guarnecido de matas, mantinha-se cercado por aproximadamente 20 homens, mas contava com apenas 6, quando da chegada de Soares e dos paulistas, na calada da noite.

Ao amanhecer, Soares dá seguimento ao plano de traição, chamando Zumbi em altos brados. Este vem ao encontro de seu lugar-tenente, que, covardemente crava-lhe um punhal no estômago, dando o sinal aos tocaiados, que aguardavam nas sombras. O desfecho é rápido, apesar da resistência feroz empreendida por Zumbi, apesar de ferido, e seus 6 seguidores, dos quais só um não é morto. Era 20 de novembro de 1695.

O cadáver é levado a Porto Calvo, onde se lavra o “Auto de reconhecimento do negro Zumbi”. O exame realizado apontou 15 ferimentos a bala e um número sem conta de ferimentos a arma branca. Consta que foi castrado e teve o pênis introduzido na boca, além de ter perdido um olho e ter a mão direita decepada. Por proposta de André Furtado de Mendonça Soares (séc. XVII - séc. XVIII), comandante da expedição, somente a cabeça seria remetida a Recife. Após a decapitação, a mesma foi salgada e enviada ao governador Caetano de Melo e Castro (séc. XVII - séc. XVIII), que a mandou espetar em um chuçó e colocar no lugar mais público da cidade, e que ali permanecesse até se decompor totalmente.

Assim acabou o homem que aterrorizou o governo português por mais de quinze anos, lutando por um ideal de liberdade, e até por uma comunhão de raças em um Brasil livre de tiranias.

Mentes preocupadas com interesses menores, aventaram a hipótese de o herói dos Palmares ser homossexual. A mim não importa se Zumbi era negro ou branco, se era heterossexual ou homossexual. E tal dúvida não deve afligir a quem preza o maior de todos os bens: a Liberdade.

Nos poucos documentos existentes sobre a epopéia de Palmares, o que se percebe é que seu grande baluarte lutava contra a opressão do colonizador, nem ao menos se importando com o conflito racial, como seria de se supor. Palmares era multirracial, pois reunia em seu âmago diversas etnias negras, que, em África sempre se digladiaram, diversas etnias de índios americanos e também brancos, em uma comunhão de raças talvez jamais vista na história do mundo.

Zumbi deve ser lembrado e cultuado como mártir da liberdade, não apenas como símbolo de uma raça. Com suas ações, ele extrapolou a sua raça original. É um patrimônio da Humanidade, digno de constar na galeria dos homens e mulheres que tentaram fazer desse mundo, um mundo melhor.

Negro? Homossexual? E daí? O que importa são seus atos, suas ações, o legado para gerações futuras, quer sejam brancos, negros, vermelhos ou amarelos. Pequenas questões, como preferência sexual ou cor de pele nunca deveriam influenciar o juízo que se faça de uma personagem. São preocupações de pessoas mesquinhas, que não sabem reconhecer o mérito de ações desenvolvidas em benefício de muitos. Antes de qualquer outro brasileiro nato, cem anos antes de Tiradentes, Zumbi é o primeiro grande herói brasileiro, o primeiro a lutar contra a opressão do colonizador. Deve ser alçado à categoria de herói nacional, precursor que foi, de nossa sociedade multirracial, ao lado do próprio Tiradentes, e outros mais.

Que a luta de Zumbi sirva de exemplo às gerações atuais e vindouras, posto que continua, uma vez que não conseguimos, ainda, nos livrar do ranço colonial, entranhado que está em nossa classe dominante, que age como se ainda estivesse ligada à metrópole, explorando e sugando a população, como se escravos fossem. Era essa, no fundo, a luta de Zumbi. E essa luta continua. Ainda não conseguimos, de fato, declarar a nossa independência de Portugal.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES FILHO**, Ivan: A República dos Palmares. Rio de Janeiro: Otto Pierre, Editores Ltda., 1981.
- ARNT**, Ricardo e **BONALUME NETO**, Ricardo. A cara de Zumbi. In: Superinteressante - Nov/95. São Paulo: Editora Abril, 1995.
- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DO BRASIL**. Ed. Melhoramentos, Volumes I e II. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1976.
- DIVERSOS**: Zumbi. In: Grandes Personagens da Nossa História Volume I (141-156). São Paulo: Abril Cultural, 1969.
- FREITAS**, Décio: Zumbi. In: Palmares - A guerra dos escravos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- Caderno MAIS**, da Folha de São Paulo, edições de 28/05/95, 04/06/95 e 18/06/95.

**Documentos para nossa
história**

Entrevista com Rubem Braga ()*

Num “LIVRO DE CABECEIRA” lançado em 1967 pela Edit. . civilização s a repórter Ana Maria Roiter inseriu esta entrevista mantida com RUBEM BRAGA Na REVOLUÇÃO DE 1932, constituindo preciosa fonte para nossos registros de História:

Entrei numa cobertura de Ipanema e Rubem me levou imediatamente para ver a horta, onde ele planta de tudo e cuida sozinho dos tomates, do café ou da pimenta. O jardineiro vai de vez em quando para arrancar mato ou remover a terra.

Rubem Braga, 57 anos, bigode cortado, grisalho, olhos vivos e extremamente observadores, cara séria e desconfiada, não gosta muito de falar.

Rubem tem horror de fanatismo, medo da humilhação, doença e câncer. É Flamengo, mas tem preguiça de ir ao Maracanã. “Sou preguiçoso e comodista”. “Sou fanático por mulher. Fui felicíssimo, infelicíssimo. Casei uma vez só, tenho um filho e dificilmente me casaria de novo”.

Em pintura, além de conaisseur é Marchand. Quando vai a Londres, não vai a teatro, só a Museu. . .

“Não sou ambicioso e não tenho vocação de homem de letras. Com os amigos, converso de tudo, menos de literatura”.

“Converso da vida, única coisa que me interessa. Nunca fiz esforço extraordinário para o que tenho hoje. Hoje, tenho 30 anos de jornalismo e foi a maneira mais fácil de viver”.

() Publicação sugerida por nosso ilustre consócio Levy Rocha.*

Continua a escrever, profissionalmente. Quando não lhe pagam, não escreve direito. Nunca teve necessidade de escrever. “Nem todo dia se está alegre ou triste, às vezes calha e a gente tem alguma coisa para dizer”.

Escreveu contra o golpe de 64 e a política externa de Castelo Branco, “quando o Brasil era capanga dos Estados Unidos”. Defendeu amigos seus, políticos exilados.

Não assina manifesto, tem um sentimento individualista muito forte. “Não vou assinar uma coisa que outros escreveram, quando posso dizer as mesmas coisas em minhas crônicas”.

“Atualmente escrevo no Diário de Notícias, Manchete e uma coluna de artes plásticas na Visão. Sou um homem de esquerda, um pouco depreciativo, tenho o maior desprezo pelos comunistas e direitistas. Pertencço à pequena burguesia, não quero ser operário, nem rico”.

“Não pretendo entrar para a história literária. Se puder, paro de escrever. Sempre tive preguiça, porque sempre foi obrigação, sempre foi trabalho”.

No fim da frase, a vontade de parar de falar. Achava que estava falando demais.

“Depois quero ver tudo que você escreve aí”.

Tentei perguntar, então, sobre a crônica como gênero, da qual ele foi um dos iniciadores.

“Cronista é um gênero brasileiro. Não existe na Argentina, Chile, França ou Estados Unidos, apenas em artigos de revista. Por que? Realmente não sei. Mas no Brasil é uma verdadeira instituição. Ser cronista dá uma valorização artificial muito invejada. É muito importante ser cronista, só que sobre a vida brasileira não há nada”.

Rubem começou a lembrar fatos da revolução de 32. algumas histórias referentes a mortos, uma média de quatro por dia, ou a defuntos jogados dentro do rio; e outros, gaiatos. Como a história contada por um soldado de que a fuzilaria inimiga durante um ataque foi tão feia que uns urubus que vinham voando, voltaram de marcha-a-ré; a extrema diversidade de armas, especialmente metralhadoras, usadas pelas forças legalistas; os batalhões improvisados no norte de Minas com gente fugida da seca do Nordeste e seus homens tão despreparados que ele mesmo ensinou alguns a manejar o fuzil; um prisioneiro que vinha para a retaguarda e que foi ameaçado de

morte e ele ajudou a salvar; um oficial que o convidou a dormir no seu alojamento, dizendo que tinha cobertores ótimos, convite que ele não aceitou porque o homem era pederasta; a vingança dele, mandando dar sumiço em seu cobertor; uma viagem de madrugada, sobre caixotes de munição, em um caminhão; o soldado que lhe pediu para redigir um telegrama para ele com o máximo de economia de palavras, mas vetou a palavra mamãe no lugar de minha mãe porque achava que homem grande não chama a mãe de mamãe. Etc., etc. ..

Evidentemente, queria saber o que era o etc... Insisti tanto que acabei ganhando uma crônica, espécie de trechos de memórias que não foram ou não serão publicadas, 12; sobre a revolução que agora completa 35 anos.

“Quando veio a Revolução de 1932, fui como repórter dos Associados, para a fronteira paulista. Foi uma experiência boa para um rapaz de 19 anos. Fiz uma longa viagem em trens atulhados de soldados até Passa Quatro. Lembro-me de ter passado um dia em Três Corações, onde tomei banho no rio Verde.

“Em Manacá, uma estaçãozinha da Rede Mineira de Viação, era o acantonamento dos mineiros. Os paulistas, que tinham avançado por território mineiro e recuado, ocupavam o túnel, na fronteira, e algumas elevações próximas. As tropas fiéis à Ditadura, naquele setor, eram comandadas pelo então coronel Cristóvão Barcelos, cujo QG ficava em Passa Quatro, e constavam de uma parte do 10ºRI, que ocupava posições fronteiras ao túnel, e vários batalhões de infantaria da Força Pública Mineira, que se colocavam em leque diante do túnel. A única artilharia era um canhão Schneider 75: havia também o 12 Esquadrão de Cavalaria da Força Mineira, mas pela natureza montanhosa do terreno, seus homens combatiam a pé.

“Comecei a escrever regularmente em um jornal de minha família—o Correio do Sul, de Cachoeiro de Itapemirim, que ainda existe com outros donos. A certa altura esse jornal saía três vezes por semana. Por volta dos 16, 17 anos, eu assinava artiguetes sobre todos os assuntos, inclusive sobre política. Era contra a Aliança Liberal; quando a Revolução de 30 venceu e Cachoeiro foi ocupada por uma tropa que veio de Minas, houve quem fosse à redação do jornalzinho especialmente para me dar uma surra ou me prender, não sei; mas eu estava no Rio, doente, e só voltei a Cachoeiro em dezembro para o enterro do meu pai. Ninguém me incomodou então; apenas um conhecido, um rapaz cearense, me disse que se não fosse aquele morto, eu iria ver. Mandei, o às favas, acho que sem violência, pois nem sequer rompemos relações.

“Quando o Correio do Sul voltou a sair, voltei a escrever. No verão mandava crônicas ligeiras sobre a vida praieira de Marataíses e durante o resto do ano escrevia do Rio. Em 1931 mudei-me para Minas, porque para lá tinha ido meu irmão Newton, que estava “fraco do peito”, como se dizia então. Newton já tinha feito muitos amigos em Belo Horizonte— na Faculdade de Direito (era da turma de Guilhermino César, Tancredo Neves e Cyro dos Anjos), nos meios esportivos (foi beque do segundo time do América) e na imprensa, pois trabalhava nos Associados. Quando Newton se formou e voltou para Cachoeiro, ocupei seu lugar de redator do Diário da Tarde e pouco depois já fazia lá, na coluna social, uma crônica diária; como era composta em grifo corpo 7, dei-lhe esse título Grifo 7.

Depois foi para o Diário de São Paulo, mas briga com Chateaubriand e funda a Folha do Povo, defendendo a Aliança Nacional Libertadora. Quando veio o levante de 1935, dirigia A Manhã, que foi fechada.

Durante o Estado Novo, Rubem teve uma vida bastante atribulada, de prisões e esconderijos.

“Fiz muito jornalismo político, usando minhas crônicas contra o fascismo. A política sempre me interessou, mas não para fazê-la na prática. 12; um processo muito cansativo, que tira a liberdade individual. Sou muito comodista e não tenho presença de espírito para discutir”.

Foi preso no tempo de Getúlio e escondeu-se num sítio de Carlos Lacerda, no Estado do Rio. Ouviu no rádio que Ademar de Barros fora feito interventor em São Paulo e como era amigo dele, seguiu para lá, e lá estava quando do golpe de 1937.

A censura do Estado Novo obrigou-o a largar a imprensa, por mais de um ano e passou a viver, como representante de um amigo mineiro, vendendo pedras semipreciosas . . .

“Certo dia fui preso e colocado num navio. Deixei mulher e filho em Porto Alegre e como sabia que ia ser preso em Santos, saltei em Paranaguá. Peguei um outro navio e fiz um passeio pelo Norte. Na volta, fui preso no Rio, no dia em que o Brasil perdia para a Itália o campeonato mundial de futebol—cujo jogo ouvia na policia, através de rádio escancarado, enquanto esperava o interrogatório”.

Fala do perigo da poesia política pela contingência dos fatos.

Sempre escreveu como profissional. “A profissão é a sobrevivência, coisa que permite continuar na vida. Acaba sendo parte vital, de uma vida freqüentemente humana, às vezes gloriosa e sempre inconfessável”.

Lê de tudo, geologia, economia, plantas, passarinho e pesca. De literatura também, mas prefere um bom papo com os amigos, e as mulheres.

Esteve no Chile, como adido comercial, amigo de Neruda; em Paris, de onde enviava “qualquer coisa” aos sábados para O Globo, ou no Marrocos, onde viu a irmã do rei fazer campanha para acabar com o uso do véu e ser muito combatida.

Tem uma segurança que trouxe desde garoto de Cachociro de Itapemirim e levou para a Segunda Guerra Mundial, junto do Alto Comando Aliado da Itália; para a primeira eleição de Peron e para a segunda de Eisenhower.

Atrás da cadeira de espaldar alto, uma luneta fantástica, através da qual domina toda Ipanema, a praia e a praça.

Começou a falar.

“Depois de me informar sobre essas coisas resolvi percorrer toda a frente. Juntei-me a uma Companhia que devia ocupar certa posição no flanco esquerdo. Fomos a princípio em caminhão, depois a pé. Em certo trecho a estrada ficava sob as vistas do inimigo. Tivemos ordem de avançar pela beira de um córrego, no mato, em fila indiana, cada homem guardando uma distancia de dez metros do outro. Ainda assim o inimigo nos viu e deu várias rajadas de metralhadora. A certa altura um tenente me agarrou, tirou o meu capote e jogou-o dentro d’água. Ele atribuía a meu capote, que na verdade era bastante claro, o fogo do inimigo.

“Claro que não reclamei, pois não me agradava servir de alvo: mas o capote fez muita falta. Não me deram outro, e certa noite, que passei em uma trincheira no Pico do Cristal o frio chegou a 2 graus abaixo de zero; combati-o com a cachaça que encontrei no cantil de um sargento que dormia ao meu lado, e que eu peguei pensando que estava cheio d’água. Ao amanhecer tive dificuldade em andar, porque meus pés estavam entorpecidos pelo frio. Tomei mais cachaça e foi isso, certamente, o que me salvou da gangrena nos pés. De qualquer modo o álcool me deu uma certa euforia, e me arrisquei um pouco pela terra de ninguém, desejoso de ver mais de perto as posições paulistas. Foi uma imprudência sem conseqüências no momen-

to; mas, não sei como, a notícia chegou exageradíssima ao conhecimento do redator-chefe do jornal, em Belo Horizonte: eu estava bebendo muito e fazendo loucuras na frente. Recebi um telegrama a respeito, dias depois, em que se dizia que era melhor eu regressar; mas não o fiz.

“De uma vez que fui à frente fiz parte da viagem a cavalo. Nunca tinha andado em trote inglês, e o remédio foi aprender na hora. A certa altura progredíamos por uma picada aberta na mata pelo pessoal da Engenharia; de repente o homem que ia na minha frente deu um urro de dor e caiu do cavalo. Saltei para socorrer-lo, achando que tinha sido ferido por uma bala, embora não houvesse qualquer inimigo à vista. Um garrancho pendente de uma árvore, naquela espécie de túnel vegetal, havia arrancado seu olho direito, e o sangue corria daquele buraco. Ele foi levado para a retaguarda, e fiz o resto da viagem de cabeça bem baixa, até uma tal de fazenda S. Bento, onde deixamos os cavalos para seguir a pé até umas posições do flanco direito.

“Comecei a reparar que havia uma certa hostilidade entre o pessoal da Força Pública e o do Exército. Os homens do Exército eram acusados pelos mineiros de não se empenharem muito, porque do lado paulista também havia tropa federal —o 5o RI de Lorena, por exemplo. Na verdade, acostumado às trincheiras da Força Pública, muito rasas e próximas do inimigo, tive uma boa surpresa ao visitar as do Exército, bem cavadas e tranqüilas, a centenas de metros do paulista.

“Um dia fui a Passa Quatro fazer umas compras e tomar um banho de verdade: quando tomava na estação uma locomotiva escoteira que devia ir a Manacá, fui interpelado por um tenente do Exército, que pediu meus documentos. Mostrei-lhe a identidade e uma carta assinada pelo Secretário do Interior de Minas, Gustavo Capanema, dizendo que eu estava autorizado a visitar a zona de operações em território mineiro, a serviço do Estado de Minas. O tenente me fez saber que aquilo ali era a 4o Região Militar, e não apenas Minas Gerais; que o jornal para o qual eu trabalhava era da cadeia dos Associados e estava a favor de São Paulo; e que eu estava preso como espião ou, pelo menos, suspeito. Um sargento e um praça foram incumbidos de me recolher à prisão.

“Quando atravessávamos uma rua de Passa Quatro apareceu um caminhão da Força Pública que ia para a frente cheio de homens e mantimentos. Na boléia, um tenente da Força Pública com quem eu fizera amizade. Ao me ver, ele parou o caminhão, e perguntou se eu queria carona para Manacá. Expliquei que eu estava preso, mas ele, depois de um momento de

hesitação, disse: “sobe aí!” O sargento do Exército protestou, mas em vão.

“Na verdade minha situação não era muito fácil: eu trabalhava, na frente legalista, para um jornal que era favorável à revolução e estava sob rigorosa censura. Ao jornal não interessava publicar qualquer notícia favorável aos legalistas, e a censura não o deixava dar nenhuma notícia contrária. Tomei o partido, assim, de mandar apenas notícias mais ou menos neutras e, sobretudo, de escrever crônicas de impressões sobre a paisagem e a vida da região, conversas de soldados etc.

“Meu censor era o chefe de polícia do teatro de operações, Benedicto Valladares, prefeito de Pará de Minas, com quem eu discutia pacientemente. Uma vez ele quis cortar o trecho de uma crônica-reportagem em que um soldado perguntava aos outros, que juntamente com ele se aqueciam junto a uma fogueira, de madrugada, aonde eles queriam estar àquela hora. Um queria estar em casa com a família, outro queria estar assistindo a uma boa fita com a namorada em um cinema de Bom Despacho, mas houve um que disse: rua Guaicurus número tal, com fulana e uma cerveja Cascatinha. Era uma casa de mulheres.

“O censor riscou isso, dizendo que era “contra o moral da tropa”. Ponderei que “o moral” era uma coisa e “a moral” era outra... Também conheci ligeiramente nessa ocasião um jovem médico da Força Pública Mineira cujo nome guardei porque era estranho: Juscelino Kubitschek: e o comandante do batalhão de engenharia dos mineiros, Otacílio Negrão de Lima.

“Um dia eu estava junto a uma posição mineira observando a frente com um binóculo, quando um soldado me advertiu de que eu devia me abaixar, pois ali estava me arriscando a levar um tiro do paulista. Um sargento que estava perto disse: “Moço, você se arrisca mais ainda a levar um tiro pelas costas; tem muita gente aí dizendo que seu jornal está contra nós e que você é espião dos paulistas...” Logo outro disse que era isso mesmo; ainda não pegaram esse menino “porque ele é muito simpático”. Agradei a referência a minha simpatia (qualidade, aliás, raramente reconhecida...), mas fiquei apreensivo.

“Soube, logo depois, que em escalão superior, na própria Força Pública, havia quem fosse partidário de me prender e mandar para a retaguarda; mas alguns oficiais me defendiam porque eram amigos de meu jornal, o Estado de Minas. Entre eles, Otacílio Negrão e o Cel. Fulgêncio, comandante de um Batalhão.

“Eu sabia que estava sendo organizado um ataque geral contra o túnel e não queria perdê-lo. Três mil homens avançariam sobre a posição e, como repórter de uma guerra parada, sentia-me humilhado em ir embora sem ver a ofensiva. Ponderei isso ao Cel. Vargas, que era, se bem me lembro, chefe do Estado Maior do Cel. Lery, comandante da Força Pública.

“Foi ao percorrer as posições avançadas à noitinha, para dar as últimas ordens para o ataque que deveria ser desfechado ao amanhecer que o Cel. Fulgêncio recebeu no ventre uma bala de fuzil, pontiaguda, provavelmente de um sniper, ou “caçador” como a gente dizia. Trazido para a retaguarda, morreu no hospital. O ataque foi suspenso; soube-se depois que, no flanco direito, Otacilio Negrão de Lima, que comandava a Engenharia, ficou com raiva, porque era muito amigo do Cel. Fulgêncio, e desrespeitou essa ordem, avançando e tomando uma posição dos paulistas. Como o resto da tropa não avançou, ele foi obrigado a regredir para não ser cercado.

“Pela manhã um sargento me chamou: “Estado de Minas (era meu apelido) o Cel. Vargas quer lhe falar.” Apresentei-me e ouvi as ordens. Eu estava preso e seria mandado com escolta para Belo Horizonte, quanto antes. Fosse, portanto, arrumar minhas coisas, para seguir logo. Antes que eu me despedisse o Cel. Vargas me chamou à parte e me explicou que a morte do Cel. Fulgêncio, homem muito querido da tropa, e um acidente de granada em que um capitão morrera haviam impressionado muito os homens: além disso a suspensão da ofensiva e o grande número de feridos da véspera os abatera e irritara. O Cel. Lery entendia que para minha própria segurança eu devia ser mandado para a retaguarda.

“Em Passa Quatro ainda levei um carão de um oficial do Exército, do QG, que brandia um número da Noite Ilustrada em que havia fotos feitas por um repórter que estivera rapidamente naquela frente. Ele pretendia que as fotos e a reportagem “revelavam claramente as nossas posições”. Respondi que eu não tinha nada com isso: meu jornal era o Estado de Minas. Ouvi uma torrente de insultos aos jornalistas dos Associados, à progenitora do Dr. Assis Chateaubriand e à minha própria, e também a opinião de que eu devia ser fuzilado. A minha escolta tinha, porém, outras ordens, e lá fomos.

“Lembro-me de que dormi uma noite na cadeia de Divinópolis, onde entretanto me foi permitido fazer o footing à noitinha (era domingo) em uma ponte sobre uma cachoeira. Ao chegar a Belo Horizonte fui solto”.

Discurso de Posse

Discurso de Posse ()*

Neste início de noite, prenunciando a chegada do inverno tenho o meu coração aquecido pelas vibrações de carinhos e considerações dos componentes desta casa ao proporcionarem a nós outros ingressos como novos sócios deste Instituto de tão gloriosas tradições.

Fundado por sugestão do saudoso Des. Carlos Xavier Paes Barreto, objetivando estudar a história e a geografia do Espírito Santo, assim como preparar as festas do centenário da morte do mártir capixaba Domingos José Martins, fato histórico de relevante importância para a independência do Brasil e que ocorrera em 12 de junho de 1817. A minha ousadia em dirigir-lhes a palavra, ante tantos oradores de grande expressão se prende ao convite que me fora feito nesse sentido e tantas foram as emoções dele decorrentes que jamais poderia refutá-lo. Decorridos seus 80 anos de fundação por uma gama de intelectuais com eles compartilhando destacados Desembargadores do nosso Egrégio Tribunal de Justiça, sinto-me feliz em unir-me a essa plêiade de colegas de valores autênticos, quais sejam o nosso Presidente de Honra Des. Carlos Teixeira de Campos e demais colegas Cristalino de Abreu Castro, Rômulo Salles de Sá, Sebastião Teixeira Sobreira, Job Pimentel, Antônio José Miguel Feu Rosa, Nivaldo Xavier Valinho, Hélio Gualberto de Vasconcellos, Waldemar Mendes de Andrade e Renato Pacheco. Eis a forte razão de sentir-me em casa, aliando-me às múltiplas atividades que este Instituto vem realizando em prol do nosso torrão capixaba, divulgando de maneira ímpar a grandeza de nossa terra. Hoje, 12 de junho, outra não seria a melhor data para que se perpetuasse a memória do nosso

() Pronunciado pelo Dr. Ewerly Gandi Ribeiro na solene posse de 12/06/96.*

herói Domingos José Martins, que veio ao nosso mundo lá pelas bandas do Caxangá, Município de Itapemirim, à época a interlândia intelectual sul capixaba, e grande eixo da vida econômica, social e mental do Estado. Sou um apaixonado do fértil e poético Vale do Itapemirim, com seu rio serpenteante entre as montanhas, destacando-se entre elas o Itabira e o Frade e a Freira, grandes motivações para o poeta conterrâneo Benjamim Silva registrar para sempre, com seus sonetos, suas inegáveis qualidades na arte de se expressar em versos o invulgar da nossa natureza, constante da edição, pelo seu filho Cel. Guilherme Rebello Silva do livro intitulado Cachoeiro. Nessa obra temos a ilustração literária em versos sobre o Itabira e o Frade e a Freira que destaco transcrevendo parte dos mesmos. Sobre o Itabira disse o poeta: "Itabira, ídolo de minha terra/ de belezas raríssimas e estranhas/ altiva a dominar serra por serra/ toda vasta amplitude das montanhas - é um esguio pedaço de granito/ da singular conformação de um dedo/ que parece indicar que no infinito/ existe algum mistério, algum segredo... - Para o nauta perdido pelos mares/ rumo incerto a seguir quando anoitece/ por entre a luz sombria dos luares/ ela é o primeiro guia que aparece." E com referência ao Frade e a Freira nos conta: "Na atitude piedosa de quem reza/ e como que num hábito embuçado/ pôs naquele recanto a natureza/ a figura de um frade recurvado - diz a lenda, uma lenda que espalharam/ que aqui, dentre os antigos habitantes/ houve um frade e uma freira que se amaram...- mas que Deus os perdoou lá do infinito/ e eternizou o amor dos dois amantes/ nessas duas montanhas de granito." Outras obras destacam o Espírito Santo, por sua situação geográfica, pelas condições de seu solo apropriado a todas as culturas do país, pelos diversos fatores históricos da sua formação e evolução, que o convertem em centro de viva e intensa convergência, de imigração externa e interna - ardente crisol de raças e num dos mais ativos setores de intercâmbio psíquico da nacionalidade. Este conjunto rico de elementos e circunstâncias refletiu no espírito e inspiração do excelso Graça Aranha ao escrever um dos mais primorosos romances nacionais - Canaã - transmitindo em letras as belezas naturais daquele vale. Nas minhas limitações culturais jamais desprezei a leitura de obras e crônicas que dizem respeito a fatos históricos e folclóricos com saborosas lembranças do passado. Sou por intuição um saudosista autêntico e com muito respeito e admiração cito aqui cronistas e articulistas como Rubem Braga - Newton Braga - Re-

nato Pacheco, meu grande mestre Ailton Bermudes, Ormando Moraes e Mauro Braga, com obras de requintes como a "A oferta e o altar" do colega Renato Pacheco, Itapemirim, do Mauro Braga, Seu Manduca e Por Serras e Vales do Espírito Santo - a Epopéia das Tropas e dos Tropeiros, de Ormando Moraes, dentre tantos outros os quais devoto respeito pelo sabor dos seus estilos.

O nosso pequenino Espírito Santo, em razão de sua área territorial e, bem assim de escassa população, se comparado aos demais Estados que compõem a região sudeste, torna-se muito grande no contexto nacional pelo labor da sua gente, pelo desejo de progredir e oferecer exemplos virtuosos de sua sociedade ao longo dos anos que se passaram, porém, a estrada da vida continua à nossa frente, em direção ao infinito como a nos orientar: "trabalha e confia" muito há que se fazer a exemplo de entidades culturais como o nosso Instituto Histórico e Geográfico, beneméritas na sua formação de dados para concretizar o maior e melhor conhecimento da nossa gente e desta terra que nos dá vida e nos abençoa pela celestial denominação de Espírito Santo.

Ao encerrar, felicito o amigo Ormando Moraes que conclui hoje suas atividades na presidência, deixando um rastro luminoso do seu profícuo trabalho em prol da instituição, ao tempo em que cumprimento o não menos amigo Miguel Depes Tallon, doravante o novo timoneiro deste Instituto, que com as luzes da sua cultura e espírito empreendedor conforta a todos nos na certeza de que não haverá solução de continuidade em nossos trabalhos.

De minha parte, dentro do âmbito de minha vida profissional dedicado ao estudo das ciências jurídicas e sociais, procurarei tudo fazer por merecer o gratificante e honroso título que hoje me é concedido, enchendo o meu coração de esfuziante alegria e agradecimento.

Tenho dito.

Resenha

“AQUÉM DA INFÂNCIA”

Berredo de Menezes

A Editora Nejarim-Paiol da Aurora, acaba de nos premiar com mais um livro do poeta e novelista Carlos Nejar : “AQUÉM DA INFÂNCIA”

Conheço, de muitos anos, a obra desse poeta. Inclusive “O Selo da Agonia” - inédito ainda - onde já se vislumbra o rastro genial dos que procuram, através da palavra, eliminar qualquer espécie de ponte que possa separar a prosa da poesia, porque é o próprio Nejar quem nos ensina, numa linguagem do futuro, que “Viver é ir emigrando, com os sonhos às costas”

Como nunca tive inclinação nem competência para a crítica literária, limito-me, como leitor, ao gosto saboroso de ouvir o poeta me dizer que, “aquém da infância , é uma sintaxe de casas adejadas pelos sonhos”, onde “a hierarquia vem do olhar e não das regras”.

E na visão desse sonho, que é a atmosfera do seu livro, consigo ver Nejar, poeta menino, “apresentado a um par dal sonâmbulo”. E ao descobrir “a tarde sobre um galho de cigarras”, tenta um vôo mais alto: pega um lápis do arco-íris para fazer, com nuvens, “os desenhos do esquecimento”, porque já acreditava, levitando a aurora, que “a infância era a cadência das primeiras gotas”

Filho dos pampas, nunca se conformou com a eternidade daqueles ventos. Quis “descer até o segredo múrmure do mar, com um ramo de infância entre as mãos, sem nada ter de naufrago”. Voejou o Mundo no lombo de

Leticia - a nuvem - e descobriu que a “derradeira infância é uma guitarra de vulcão e água”. E na volta, “chorava de esquecimento, pelo tear das marés, ao gemido secreto dos rochedos”. Parando para refletir, compreendeu que “há céus que nem os anjos chegam”, pois “o repouso é um sopro adormecido”.

Recuperado pela luz, que vinha sempre da infância, Nejar recorda o sopro do menino poeta: “nada te divide, que sabes a idade das tuas sombras”. E foi mais longe: “ninguém agarra muito tempo a luz”, pois “a história é uma idiota repetindo o tempo”.

E o poeta vai crescendo, em cada página reiventando os caminhos de dizer o belo, porque acredita, profeticamente, que “a perfeição se ordena pela altura”, onde “o tempo é harmonia que a fome de viver já não suporta”.

Pela tristeza de saber que poucos o atingirão, ainda lança um grito de esperança: “o que não compreendes, sonhos entenderão”. E complementa, iluminado: “por amares absurdamente a claridade, não temes nem temerás as visciras da escuridão pois “um navio na garrafa, navega entre os vazios do descobrimento que “viver é ir para a palavra mais completa”.

E é nessa luz de sonhos, vinda de ocasos do Paiol da Aurora, que Nejar nos sopra esse murmúrio: “certas partes do ar, não cessam nunca de envelhecer”, pois “o homem é luz que se acaba. É a luz que a infância afaga, entre os odores”. Mas ensina, lírico: “a memória é o candelabro de um rio empurrando tempo”. E como o amor não cessa de correr, é ele que nos premia mágico: “nas cinzas, o fogo sabe onde o amor desequilibra. Embora tenhas partido, fica este orvalho de irmos juntos. Com a água na mão”.

E como se falasse entre os espelhos do Agora, onde se sabe um relâmpago velejando o escuro, deixa vazar um átomo de dor: “aquém da infância, é uma garrucha que não mais detona”.

Depois de ler três vezes o livro de Nejar menos seguro me senti nas asas de minha sombra. Mas pude experimentar, em cada vôo que o Poeta inventa, que ele não se recusa a dividir, entre os que sonham, as luzes que ele bebeu em busca do Absoluto, pois ele sabe, desde os caminhos dos pampas, que “devagar é o olho do cavalo. E a vida é o encravado em Deus”.

Discurso em homenagem aos 80 anos do Instituto

José Garajau da Silva

O Instituto Histórico e Geográfico se desloca de sua sede para o auditório de A Gazeta para comemorar com mais solenidade os 80 anos de fundação. Foi no dia 12 de junho de 1916 que um grupo de intelectuais, entre os mais ilustres da época, movido pelo mais puro idealismo, fundou o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, tomando com seu patrono, o herói Domingos José Martins.

A humanidade cultua os heróis e os santos; os santos e os heróis, conservada a diferença dos planos em que se colocam, se identificam - neles prevalece a tendência para o bem, sabido que a natureza humana traz em si duas potencialidades - a potencialidade para o bem e a potencialidade para o mal. A potencialidade para o bem podemos definir como virtude, essência divina que se desenvolve em uns para os valores espirituais propriamente ditos e em outros para os valores cívicos, os quais, em ambos os casos, elevam o homem e o distinguem dos demais.

Domingos José Martins teria passado pela vida sem certidão, como passam multidões de anônimos, se não houvesse brilhado em sua frente a auréola do autêntico herói e mártir e o Instituto não teria patrono tão eminente.

Ele não foi, portanto, um simples herói como, por vezes, acontece com os heróis de circunstância. O herói pode sobreviver aos acontecimentos, o mártir, entretanto, é aquele que leva à última conseqüência o seu ideal.

A palavra ideal não poderia aplicar-se melhor, porque ela nos dá exatamente a noção de algo que se põe acima das ambições pequenas,

acima dos interesses imediatos. O ideal é algo sagrado, que brota no recôndito de nosso ser e se desenvolve na medida em que recebe o calor, a força do sentido de justiça, que o anima. E aqui me parece ter conseguido a moldura em que buscarei enquadrar o nosso homenageado - o ideal de justiça que o impelia, que alimentava os seus ansios e o inquietava.

Ele não foi um aventureiro; o aventureiro nada tem a perder. Ele, ao contrário, deixou tudo, as mais promissoras condições de uma prosperidade, que logo cedo o envolveu; deixou-se levar e se empolgou pelo ideal, que o abrasava.

Ponho-me diante de sua história e vejo não a comum figura humana; nele vejo o homem e vejo Deus, abrindo o caminho da história, pois esta só é mestra da vida, quando traz em seu curso as pegadas de Deus. E qual é a pegada de Deus neste lance em que é protagonista Domingos José Martins

A liberdade.

O homem nunca entendeu suficientemente bem a transcendentalidade do dom da liberdade; o homem não avalia a sua responsabilidade por ser livre - a liberdade de agir, de pensar; a liberdade de consciência, esse indevassável foro íntimo, onde Deus, somente Deus é testemunha. Eu digo testemunha e não digo juiz, porque entendo que cada um de nós será juiz de si mesmo, tal a majestade de Deus.

Hoje, no mundo, prevalece a mentalidade de uma liberdade, que já atinge os limites do inconveniente. Apagaram-se as luzes da consciência e usa-se a liberdade como quem joga papéis picados ao vento, sem alvo e sem direção, sem a mínima responsabilidade. A liberdade deve respeitar não só o direito, mas a sensibilidade alheia.

Depois da vida, que é o dom por excelência como a maior manifestação do amor, a liberdade é o mais importante atributo da dignidade do homem e atente-se para o fato de que é a liberdade um bem inalienável e dom gratuito, todo feito de generosidade. Ora, um bem dessa ordem, recebido gratuitamente, não pode ser usado para o mal - será a mais grave malversação.

E não será este o grande pecado de nossos dias ?

Imagino que Deus, ao conceber o homem, ao infundir-lhe a vida, há de ter-lhe dito: Olhe. Vou dar-lhe uma faculdade decisiva com a qual você irá orientar a sua vida. Cuidado!

A liberdade é uma faculdade de tal modo pessoal que o próprio Deus a respeita e entre a liberdade de uma pessoa e a liberdade de um povo, há um espaço imensurável. A vida de uma pessoa pode significar uma perda para a história, mas a falta de liberdade para um povo interrompe os desígnios de Deus e nesta hora, prevalece uma força maior, que faz surgir, que suscita os heróis, como látegos na mão de Deus para ferir os que a usurpam.

Meus senhores e minhas senhoras, busquei nesta síntese, avivar os traços do esboço inicial e revelar a imagem do nosso homenageado, modelo perfeito e acabado de mártir.

Domingos José Martins, para honra deste Estado, nasceu ali na localidade de Caxangá, próxima à cidade de Itapemirim. Era filho de Joaquim José Martins e dona Joana Luiza de Santa Clara Martins.

Assim, no ano de 1781, em um berço do solo espírito-santense, choraminga e por certo ri uma criança, como todos os recém-nascidos choram e riem. O choro é a defesa natural da luta pela vida, que se inicia e o riso é a paga com que compensam as mães do trabalho e das preocupações. Só que, no caso desta criança, o choro e o riso podem ter uma projeção, que não custa nada à nossa fantasia - ela chora pela Pátria, que não gozava de liberdade, ria com a esperança de um dia poder levantar a voz e lutar até o extremo de derramar por ela o seu sangue.

Domingos José Martins iniciou seus estudos em Vitória e os continuou em Portugal. Dali foi para Londres, onde se empregou na firma Dourado Dias & Carvalho, de que logo se fez sócio. A sua passagem pela Europa (Londres e Paris) não poderia ter sido mais propícia para um jovem de sua têmpera.

Retornando a Pernambuco, onde já havia deixado plantada a semente de suas idéias de revolucionário, arregimentou as forças de que dispunha e deu curso aos seus plano e se tornou incontestavelmente o chefe da revolução de 1817.

Os seus historiadores, em páginas esparsas, foram tecendo o documentário de sua vida, mas coube a Norbertino Bahiense reuni-las num livro em que se consubstancia criteriosamente a verdade sobre esse extraordinário vulto da história do Espírito Santo.

Eis com que palavras, o historiador capixaba, Norbertino Bahiense,

narra o final trágico desta vida: "Vinde executar as ordens de vosso sultão. Eu morro pela liber..." Um monge, ao seu lado, não o deixou terminar a frase, ao se abrirem os pesados gonzos da cadeia da Bahia e formar-se o tétrico cortejo até o campo da Pólvora.

Quem é esse destemido brasileiro, continua Norbertino Bahiense, que descalço e algemado, caminhava impávido e sereno para ser arcabuzado pelos espingardeiros do déspota, que governava a terra de Nosso Senhor do Bonfim?

Todos o sabem. Era Domingos José Martins, o glorioso espírito-santense que, instantes depois, cairia varado pelos arcabuzes do sanguinário Conde de Arcos, justamente com dois valentes companheiros. Miguel Joaquim de Almeida e Castro ou seja, o Padre Miguelzinho e José Luis de Mendonça, a 12 de junho de 1817.

Este o nosso insigne patrono, cuja memória o Instituto se orgulha de cultivar. Todo ano, neste dia, a Casa de Domingos Martins se engalana para homenageá-lo e, no ensejo, receber festivamente nossos consócios.

Hoje, a par do respeito de que desfruta como instituição octogenária, a Casa de Domingos Martins não sofre a ação do tempo e se mostra cada vez mais jovem e vigorosa. Pode-se afirmar que vive a melhor fase como instituição cultural ativa. Os novi-consócios que hoje se diplomam e assumem por certo o compromisso do seu maior engrandecimento, representam um contingente da maior expressão intelectual - magistrados, professores, historiadores, homens de letras, que poderão contribuir para que se alargue o campo de atividades, a que o Instituto se propõe, de acordo com sua natureza específica. Cumpre destacar que, entre os diplomados de hoje, para honra desta Casa, encontra-se o Presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Dr. Ewerly Grandi Ribeiro, o orador da turma.

Srs. Novi-consócios, a vós me dirijo em nome da diretoria para apresentar-vos as boas vindas com a certeza de que poreis a serviço do Instituto toda a vossa capacidade disponível de trabalho e que todos vos sintais bem neste convívio.

Meus senhores e minhas senhoras, nem tudo são alegrias.

No meio de tanta festa, há uma nota de tristeza, que nos cumpre registrar. É praxe neste dia relembrar os consócios falecidos.

No dia 15 de maio deste ano, faleceu o nosso consócio Hermógenes Lima Fonseca. Hermógenes Lima Fonseca nasceu em Conceição da Barra, a 12 de dezembro de 1916. Poeta, escritor, notabilizou-se como homem dedicado à pesquisa do folclore do seu Estado.

Há um pensamento, que escolhi como sendo seu, que o define. Disse ele: “Quando penso no macrocosmos, no cosmo e no infinitamente pequeno, sinto-me um verme petulante”.

Por aí se vê que Hermógenes não era arrogante, era humilde. Ele tinha noção da sua infinitésima condição humana. O pensamento continua: “Voltaire esmagaria uma formiguinha, mas lamentava ser incapaz de dar-lhe novamente a auto-locomção. A biologia e não a teologia é a ciência de Deus. “Aqui, se a afirmativa é de Voltaire, discordo firmemente. Biologia é biologia, é a ciência da vida. Teologia é a busca do conhecimento de Deus. As ciências gravitam em torno da Teologia. As ciências são o limite da inteligência humana, a Teologia transcende esse limite.

Hermógenes era um homem inteligente. Vivia como se deve viver - desprendido de interesses materiais, despido de vaidades. Hermógenes, não direi que foi um anjo, mas era uma espírito superior.

O BOLO DO MORTO

José Hygino de Oliveira

Por que somente o bolo de aniversário, de casamento e não o bolo do falecido? O bolo da despedida? Por que o finado não tem direito ao seu bolo? Por que não? Depois de tudo ter feito e muito realizado, por que não lhe é dado como pleito de gratidão um bolo condigno com a personalidade do extinto...

Seus feitos, suas realizações, ficam no cenário social, empresarial, em todos os setores da vida que ele sempre amou e deixou um pedaço de si como um marco na terra que lhe serviu de berço, para que as gerações futuras se beneficiem de seu trabalho em prol da família e seus semelhantes, e porque não da sociedade a qual sempre participou durante sua permanência entre nós. E porque não o bolo do morto? Aqui fica minha sugestão, que se faça o bolo e que seja servido aos presentes no momento de sua partida, dentro de um ritual condigno com seu passado entre os homens probos de nossa cidade e mesmo entre os canalhas, que por certo estarão presentes, por que esses sempre se encontram em todos momentos solenes. E seu pedaço dê a terra que lhe serviu de berço... e a quem ele sempre foi grato.

Eis aí a RECEITA DO BOLO DO MORTO!

ALEGRIA
FELICIDADE
SAUDADE
AMOR E PAZ

Fica aí a nossa singela homenagem ao distinto que nos deixa, que mesmo depois de MORTO - AINDA VIVERÁ ...